

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DISSERTAÇÃO

**Sobre pensar e dizer o ser e o não-ser: matizes
epistêmicos e semânticos da Teoria dos Objetos
de Alexius Meinong**

Deir da Silva Machado Junior

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

**SOBRE PENSAR E DIZER O SER E O NÃO-SER: MATIZES
EPISTÊMICOS E SEMÂNTICOS DA TEORIA DOS OBJETOS DE
ALEXIUS MEINONG**

DEIR DA SILVA MACHADO JUNIOR

Sob orientação de
Alessandro Bandeira Duarte

Dissertação submetida para obtenção do grau de **Mestre em Filosofia**, no curso de Pós-Graduação em Filosofia, Área de Concentração: Filosofia.

Seropédica, RJ, Brasil
Julho de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M149s Machado Junior, Deir da Silva, 1990-
Sobre pensar e dizer o ser e o não-ser: matizes
epistêmicos e semânticos da Teoria dos Objetos de
Alexius Meinong / Deir da Silva Machado Junior. -
Seropédica, 2022.
108 f.

Orientador: Alessandro Bandeira Duarte.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Filosofia, 2022.

1. Teoria dos Objetos. 2. Filosofia da Linguagem.
3. Alexius Meinong. 4. Semântica. 5. Lógica. I.
Bandeira Duarte, Alessandro, 1976-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Filosofia III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DEIR DA SILVA MACHADO JUNIOR

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Filosofia** no Curso de Pós-Graduação em Filosofia, área de Concentração em Filosofia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/07/2022

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Alessandro Bandeira Duarte, Dr. UFRRJ
(Orientador)

Robinson Guitarrari, Dr. UFRRJ

André Nascimento Pontes, Dr. UFAM



Emitido em 2022

TERMO Nº 917/2022 - PPGFIL (12.28.01.00.00.92)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/08/2022 17:56)

ALESSANDRO BANDEIRA DUARTE

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptFILO (12.28.01.00.00.00.85)

Matrícula: 1764563

(Assinado digitalmente em 17/08/2022 18:03)

ROBINSON GUITARRARI

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptFILO (12.28.01.00.00.00.85)

Matrícula: 2080114

(Assinado digitalmente em 19/08/2022 10:51)

ANDRÉ NASCIMENTO PONTES

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 009.438.633-17

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número:
917, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **17/08/2022** e o código de verificação: **96d65c4755**

DEDICATÓRIA

À minha amada avó Elisa (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

“Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

Agradeço ao meu orientador e amigo Alessandro Bandeira Duarte, não só pela orientação da presente dissertação, mas pelos conselhos, estímulos, empatia e, sobretudo, por sua paciência, pois tudo isso foi fundamental não só à realização do presente trabalho, mas também à minha evolução acadêmica e pessoal.

Agradeço aos professores Robinson Guitarrari, Markos Klemz Gurrero e André Nascimento Pontes por seus ensinamentos valiosos e contribuições diretas ou indiretas na produção do texto da presente pesquisa.

Agradeço à minha família por ter sido o meu amparo nestes últimos 2 anos.

Agradeço a todos os membros do departamento de Pós-Graduação em Filosofia da UFRRJ por toda solicitude e contribuição à minha formação filosófica.

RESUMO

MACHADO JUNIOR, Deir da Silva. **Sobre pensar e dizer o ser e o não-ser: matizes epistêmicos e semânticos da Teoria dos Objetos de Alexius Meinong.** 2022. 108f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

A relação entre o ser, o dizer e o pensar é uma questão central na Filosofia. Com suas devidas diferenças, desde Parmênides, as posições centrais da tradição filosófica – empirismo, idealismo e materialismo – e, por conseguinte, da lógica contemporânea, têm majoritariamente ligado o dizer e o pensar inflexivelmente ao ser e, desse modo, o não-ser tem sido excluído da categoria de objeto genuíno do pensamento e do discurso, ora como algo sem significado, ora como algo significativo, mas que nunca é um constituinte de expressões verdadeiras. No entanto, tais abordagens parecem não se adequar à natureza intencional do pensamento e ao uso ordinário da linguagem, uma vez que a esmagadora maioria do discurso e do pensamento humano não se restringe ao ser, e, com efeito, o não-ser, além de assumido como significativo, é, algumas vezes, considerado como um constituinte de expressões verdadeiras. No contexto dessa assimetria entre a Filosofia e o discurso ordinário, no presente trabalho são exibidos e analisados os matizes epistêmicos, semânticos, lógicos e ontológicos da Teoria dos Objetos de Alexius Meinong que oferecem bases para uma solução alternativa para o impasse, por meio de um domínio semântico que subsume tanto o ser como o não-ser como referentes genuínos no dizer e no pensar, levando em consideração os panos de fundo histórico e teórico que compreendem aspectos que fundamentaram motivações, problemas, críticas e alterações à teoria meinonguiana.

Palavras-chave: Alexius Meinong; Teoria dos Objetos; Ser; Não-ser; Semântica.

ABSTRACT

MACHADO JUNIOR, Deir da Silva. **On thinking and saying the being and the non-being: epistemic and semantic nuances of Alexius Meinong's Theory of Objects.** 2022. 108p. Dissertation (Master of Philosophy). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

The relation between being, saying and thinking is a central issue in Philosophy. With their due differences, since Parmenides, the central positions of the philosophical tradition – empiricism, idealism and materialism – and, thereafter, of contemporary logic, have mostly linked saying and thinking inflexibly to being and, thereby, non-being has been excluded from the category of genuine object of thought and speech, sometimes as meaningless, sometimes as something significant, but which is never a constituent of true expressions. However, such approaches do not seem to suit the intentional nature of thought and the ordinary use of language, since the overwhelming majority of human discourse and thought is not restricted to being, and, in effect, non-being, besides assumed as significant, it is sometimes considered to be a constituent of true expressions. In the context of this asymmetry between Philosophy and ordinary discourse, in the present work the epistemic, semantic, logical and ontological nuances of Alexius Meinong's Theory of Objects are shown and analyzed, which offer bases for an alternative solution to the impasse, through of a semantic domain that subsumes both being and non-being as genuine referents in saying and thinking, considering the historical and theoretical backgrounds that comprise aspects that based motivations, problems, criticisms and changes of the meinongian theory.

Keywords: Alexius Meinong; Theory of Objects; Being; Non-being; Semantics.

LISTA DE FIGURAS

3.1	A relação de adequação entre o conteúdo e o objeto.	27
3.2	Exemplo de qualidades de forma (<i>Gestaltqualitäten</i>).	40
3.3	Graus de possibilidade.	41
3.4	O domínio do <i>Aussersein</i> do objeto puro em relação à ontologia.	47
3.5	Esquema sobre a semântica da Teoria dos Objetos em 1904.	52
3.6	Árvore de porfírio da Teoria dos Objetos em 1904.	54
5.1	Exemplo de indeterminação de propriedade constitutiva.	88
5.2	Exemplo do 1º modo de determinação de propriedades constitutivas.	89
5.3	Exemplo do 2º modo de determinação de propriedades constitutivas.	89
5.4	Exemplo do 3º modo de determinação de propriedades constitutivas.	89
5.5	Critério de compromisso ontológico na Teoria dos Objetos.	92
5.6	Semântica da Teoria dos Objetos em 1915.	96
5.7	Árvore de Porfírio da Teoria dos Objetos em 1915.	97

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETOS NÃO-EXISTENTES?	5
2.1	A Suposição Ontológica	8
3	SOBRE A TEORIA DOS OBJETOS	12
3.1	O Objeto enquanto tal	12
3.1.1	Objetos irrealis	14
3.1.2	A crítica de Meinong à metafísica	18
3.1.3	O princípio de independência	21
3.2	Princípio de intencionalidade	23
3.2.1	O conteúdo dos atos mentais	25
3.2.2	A irrestrita liberdade de suposição	28
3.3	A “anatomia” do objeto	32
3.3.1	Instâncias particulares	32
3.3.2	Relações	37
3.3.3	Objetivos	40
3.4	O princípio da indiferença	44
3.5	A apreensão do objeto	47
3.5.1	A apreensão do real	48
3.5.2	A apreensão do irreal	50
3.5.3	Semântica do objeto enquanto tal	52
3.6	A Teoria dos Objetos em 1904	53
4	O MEINONG MITOLÓGICO	55
4.1	Background semântico	56
4.1.1	Proposições e seus constituintes	57
4.1.2	Termos que não são <i>termos</i>	60
4.1.3	Conceito denotativo	63
4.2	On Denoting	65
4.2.1	Descrições indefinidas	67
4.2.2	Descrições definidas	69
4.2.3	Os 3 <i>puzzles</i> sobre descrições definidas	70
4.3	O nascimento do mito	74
4.4	Desmistificando Meinong	78
5	MUDANÇAS NOTÁVEIS NA TEORIA DOS OBJETOS	81
5.1	Uma primeira tentativa de resolução	81
5.2	Objetos completos e objetos incompletos	83
5.3	Propriedades constitutivas e propriedades consecutivas	86
5.4	Objetos Auxiliares	94
5.5	A Teoria dos Objetos em 1915	96

6 CONCLUSÃO	98
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

1 INTRODUÇÃO

Alexius Meinong (1853-1920) desenvolveu, durante seus anos de atividade na Universidade de Graz – de 1882 a 1920 –, aquela que pode ser considerada a sua maior e mais original contribuição para a filosofia: a Teoria dos Objetos. Professor respeitado, pensador independente e de verve altamente investigativa, Meinong estabeleceu, em meados de 1885, o início do funcionamento do primeiro laboratório de psicologia experimental da Áustria¹ – o qual permaneceu sob sua direção até o outono de 1914². Meinong engajou-se não só em investigações psicológicas, mas também em difíceis problemas da filosofia, além de escrever e editar coleções de artigos que tratavam dos mais diversos temas como Teoria dos Objetos, psicologia descritiva, metafísica, teoria de valores, filosofia da linguagem, teoria da evidência, abstração, probabilidade e possibilidade. Escritor profícuo, produziu um imenso acervo intelectual que poderia ter sido ainda maior não fossem as consequências das vicissitudes da uma grave doença nos olhos que o acometeu a partir dos 30 anos de idade, e que, em 1904 – ano da publicação de seu artigo mais célebre, o “Über Gegenstandstheorie” –, já o deixara quase totalmente cego, o privando inclusive da possibilidade de ler³, o que, com efeito, foi um grande fator limitador para as suas pesquisas e sua capacidade de lecionar.

Apesar de sua longa carreira, Meinong nunca teve seu trabalho reconhecido nos grandes círculos filosóficos – tanto em sua época, como nos dias atuais. O próprio Meinong admitiu, em sua auto-biografia, seu caráter impopular, até mesmo dentro do nicho mais estreito da relação também não muito afamada da filosofia com as ciências:

A arte de tornar o popular ainda mais popular, tornando-se popular, me foi negada, e a filosofia nunca foi realmente popular no campo científico, por mais que tenha sido usada para "introduções" e excursões retóricas.⁴(MEINONG, 2008, p. 192).

Não só pela estranheza da originalidade do que propunha, mas também em virtude de sua escrita truncada, a obra de Meinong recebeu uma extrema rejeição, sobretudo, de grandes nomes da tradição analítica da primeira metade do Século XX. Fatores cruciais para tal aversão são, certamente, o choque entre suas concepções conti-

¹ Cf. DÖLLING, 2001, p. 62.

² Cf. MEINONG, 2008, p. 131.

³ Cf. JACQUETTE, 1996a, p. 133.

⁴ Tradução minha: “El arte de hacer de lo popular algo todavía más popular, volviéndose así uno mismo popular, me ha sido rehusado y la filosofía jamás ha sido realmente popular en el ámbito científico, por más que pueda haber sido usada para “introducciones” y excursos retóricos”. Doravante, todas as traduções feitas por mim serão apresentadas em notas de rodapé contendo as passagens traduzidas entre aspas. Quando houver necessidade, também serão colocadas algumas sinalizações.

das em sua Teoria dos Objetos com os preceitos da nova lógica surgida no fim do Século XIX – a partir dos trabalhos de Frege – e, sobretudo, as críticas de Russell presentes no artigo “On Denoting”. Todavia, dos seus pormenores vinculados à epistemologia – que envolvem, por exemplo, a apreensão de um objeto por um sujeito – às noções mais genéricas que se vinculam a uma ontologia – como os conceitos de *ser* e existência –, a filosofia de Meinong foi (e ainda tem sido), na esmagadora maioria das vezes, distorcida por seus críticos – dos quais parte significativa abraçou o que foi dito por Russell como um veredicto inquestionável. Contudo, aceder às acusações num texto em que Meinong é um alvo secundário⁵ e, em última instância, uma “entidade mitológica”⁶, é esquecer as longas décadas de investigação e a atitude de vanguarda de um pensador independente que mantinha uma postura análoga a um Prometeu ao invés de um Epitimeu⁷. Por isso, uma abordagem mais honesta acerca de Meinong perpassa pelo que alertou Hintikka:

Acredito firmemente que suas visões [as de Meinong] sobre existência e *ser* não podem ser totalmente apreciadas e avaliadas sem conhecer seu pano de fundo histórico (e também seu tópico de primeiro plano). E, talvez surpreendentemente, esse pano de fundo – isto é, a história anterior das noções de existência e ser – não seja absolutamente bem compreendido⁸([HINTIKKA, 1995](#), p. 29).

É justamente no espírito dessa afirmação que essa pesquisa se desdobra, uma vez que o próprio Meinong considerava a sua criação – a *Gegenstandstheorie* – como uma extensão do intencionalismo empirista e realista de seu célebre professor Franz Brentano⁹. Trazer essas e outras contextualizações podem, com efeito, fazer com que a Teoria dos Objetos seja um pouco melhor compreendida. Assim, nossa explanação tem uma dupla abordagem. Ela é teórica, mas é também histórica; de modo que os matizes da teoria de Meinong são analisados dentro de seu pano de fundo e tópicos filosóficos. Essa abordagem é mister, pois a teoria é, ao contrário do que muitos acusam na tradição analítica, muito heterogênia, carregada de pormenores e sofreu inúmeras alterações ao longo dos tempos, de modo que muitos de seus conceitos-chave demoraram para adentrar de forma satisfatória num sistema devidamente coerente¹⁰, em virtude de um avanço infinitamente gradual em questões isoladas – e, conseqüentemente, raros

⁵ Com efeito, o principal alvo de Russell parece ser Frege. No entanto, defendo, no presente trabalho, que o maior criticado por Russell é, tacitamente, ele próprio e sua teoria inicial da denotação presente no *Principles of Mathematics*, de 1903.

⁶ Essa posição também será defendida mais a frente.

⁷ Cf. [MEINONG, 1960](#), p. 114.

⁸ “I believe strongly that his views on existence and being cannot be fully appreciated and evaluated without knowing their historical background (and also their topical foreground). And, perhaps surprisingly, this background— that is to say, the earlier history of the notions of existence and being— is not at all well understood”.

⁹ Cf. [JACQUETTE, 1996a](#), p. 131.

¹⁰ Cf. [FINDLAY, 1963](#), p. 116.

avanços de Meinong em questões dispersas que poderiam ser reunidas e abordadas juntas – o que fez com que Findlay comparasse a fascinação do pensamento de Meinong com “a fascinação do minuto”¹¹.

Assim, no presente trabalho, a Teoria dos Objetos será apresentada em dois momentos históricos distintos: um primeiro no qual o foco é centrado no artigo “Über Gegenstandstheorie”, de 1904 – incluindo obras anteriores e alguns tópicos de obras posteriores que vão até o ano de 1910¹²; e um segundo no qual Meinong apresenta diversas modificações significativas à sua criação – principalmente em virtude de críticas e problemas que lhes foram apresentados –, em 1915, no seu livro *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit: Beiträge zur Gegenstandstheorie und Erkenntnistheorie*.

Desse modo, para situar a mudança supracitada, será necessário também analisar de forma histórica e teórica os fatores que a acarretaram. Dentre diversos motivos, o mais proeminente é, sem dúvida, uma crítica específica feita por Russell. Em virtude disso, essa objeção do filósofo britânico a Meinong – bem como as questões que envolvem seu pano de fundo – serão também um dos temas centrais de nossa análise.

A apresentação de todos esses pontos terá início no capítulo 2, no qual abordo, de maneira concisa, o problema que pode ser considerado o pomo da discórdia e a base para os equívocos na interpretação do trabalho de Meinong: o paradoxo do *não-ser*. Um problema cuja origem é associada a Parmênides e deixou um *puzzle* com implicações ontológicas e semânticas que, ao longo dos tempos tem sido objeto de investigação filosófica, com uma grande ênfase nos campos da Ontologia e da Filosofia da Linguagem. O problema pode ser previamente exposto por meio da pergunta “é possível falar sobre o que não é?”. Num recorte sucinto exibirei que a resposta *standard* para essa questão é “não”, e sua justificação tem uma “petição ontológica” que restringe o discurso genuíno ao *ser*.

Em seguida, no capítulo 3, exponho os argumentos centrais de Meinong em seu *manifesto* em defesa da Teoria dos Objetos, o “Über Gegenstandstheorie”, de 1904, que na contramão da posição *standard*, defende não só o *não-ser* como algo genuíno para o dizer, mas também como um objeto sólito para um estudo científico que só a nova ciência que havia postulado poderia dar conta. Para tal, além de apresentar as críticas de Meinong à posição *standard*, exibirei suas concepções acerca da realidade e da irrealidade e analisarei os principais postulados e implicações semânticas que estão compreendidas em seu artigo de 1904.

Após isso, no capítulo 4, exibirei a clássica teoria da denotação de Bertrand Russell, que foi exposta no artigo “On Denoting”, tendo em mente como enfoques principais: (1) mostrar que Russell seguiu a concepção a qual chamei de *standard*; (2) analisar e defender que suas críticas ao trabalho de Meinong foram, em sua maioria, falaciosas,

¹¹ Cf. FINDLAY, 1963, p. 128.

¹² Especificamente a segunda edição de *Über Annahmen*.

mas que há especificamente uma objeção que não só é válida, mas que também ajudou a provocar mudanças significativas na Teoria dos Objetos; e (3) apontar que, quiçá, no “On Denoting”, Russell estaria criticando a si próprio, uma vez que, num período anterior, seguia uma teoria da denotação distinta da defendida em 1905. Para expor esses 3 pontos, apresento as nuances e mudanças na teoria da denotação de Russell, numa ordem cronológica que subsume alguns de seus escritos no período de 1900 a 1905.

Por fim, no capítulo 5, analiso mudanças significativas na Teoria dos Objetos, contidas principalmente no livro *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit: Beiträge zur Gegenstandstheorie und Erkenntnistheorie*¹³, que rearranjam pontos centrais da Teoria dos Objetos. Para fazer tal análise, além das concepções do próprio Meinong, avalio alguns livros de alguns dos pouquíssimos filósofos meinonguianos que abordaram as concepções do filósofo austríaco sob um viés lógico-semântico¹⁴, de modo que opto por abraçar as interpretações que considero congruentes com o que foi exposto originalmente por Meinong.

¹³ Vale ressaltar que não abordaremos a teoria de valores de Meinong e manteremos o foco principalmente nas questões semânticas.

¹⁴ Basicamente Dale Jacquette, Richard Routley, Karel Lamberte Terence Parsons.

2 OBJETOS NÃO-EXISTENTES?

Objetos não-existentes podem ser genuinamente considerados e analisados como objetos do nosso conhecimento? Eles podem ser sujeitos de enunciados que, além de significativos, são verdadeiros? Ou, ainda, num sentido mais genérico, há objetos que não existem? Essas são questões filosóficas que têm implicações nos campos da lógica, da ontologia e da semântica; e a resposta de Meinong para todas elas foi afirmativa, pois, segundo ele, "...há' (*es gibt*) também objetos que não existem ou subsistem..."¹⁵ (MEINONG, 1983, p. 62), e justificações de suas afirmações foram construídas ao longo de sua longa atividade de pesquisa e produção intelectual envolvendo sua Teoria dos Objetos. No entanto – como nenhuma outra teoria dentro da filosofia –, os postulados de Meinong foram e continuam a ser alvos de ridicularizações, escárnios e uma enxurrada de críticas¹⁶, tendo inclusive sua teoria recebido o depreciável apelido "Selva de Meinong"¹⁷, uma ontologia cujo "perigoso ecossistema" subsume quaisquer coisas que podem ser ditas e, por isso, não há distinção entre o *ser* e o *não-ser*.

O problema que envolve a possibilidade de dizer tanto o *ser* como o *não-ser* é antigo na Filosofia e para entender suas origens é mister fazer um retorno – até ao que historicamente é considerado o germe dessa questão – no que foi dito por Parmênides nos fragmentos de seu *Da Natureza*: "...o outro [caminho da investigação que contrasta com o caminho do *ser*] que não é, que tem de não ser, esse te indico ser caminho com tudo ignoto, pois não poderás conhecer o não ser, não é possível, nem mostrá-lo" (PARMÊNIDES; SANTOS, 2000, p. 19) e "É necessário que o ser, o dizer e o pensar sejam; pois podem ser, enquanto o nada não é: nisto te indico que reflitas" (PARMÊNIDES; SANTOS, 2000, p. 21). Nessas passagens, as respostas do eleata às perguntas que iniciam esse capítulo claramente são negativas, pois, segundo ele, o que não é, é inefável e impensável. Há, assim, em Parmênides, uma ligação inflexível entre o *ser*, o dizer e o pensar. No entanto, é tradicionalmente interpretado que tais afirmações originam um curioso impasse: uma vez que é dito que é impossível falar ou pensar sobre o que não é, ao que, então, o próprio Parmênides se referiu em tais afirmações? Isto é, para negar a existência de algo, parece ser, no mínimo, necessário referir a este algo, e isso, conseqüentemente, leva a um paradoxo. Essa aparente incoerência sobre a

¹⁵ "...there are' (*es gibt*) also objects that do not exist or subsist...".

¹⁶ Cf. ROUTLEY; ROUTLEY, 1973, p. 224.

¹⁷ Essa expressão tem origem em *Probability and Necessity*, livro de William Kneale, publicado em 1949, no qual há a seguinte passagem: "Com os horrores da selva de Meinong frescos em nossas mentes, não podemos aceitar tal linguagem [que admite não-existentes como referentes] até que estejamos convencidos de que ela é inofensiva. Não queremos admitir entidades que sejam de alguma forma como fatos, mas sem sua existência plena ("With the horrors of Meinong's jungle fresh in our minds, we cannot accept such language until we are convinced that it is harmless. We do not wish to admit entities which are somehow like facts but without their full-blooded existence")" (KNEALE, 1949, p. 32).

negação existencial tem sido alvo de debates desde a Antiguidade até os tempos atuais, tendo sido tema central, por exemplo, de *O Sofista* de Platão e, apesar de uma distância de cerca de 23 séculos, também o tópico do célebre texto da filosofia contemporânea “Sobre o que há”, no qual Quine apelidou o paradoxo de “a barba de Platão”¹⁸, pois, em situações de embates ontológicos, parece ser capaz de fazer a *navalha de Ockham* – um princípio metodológico, que deve atuar como um polícitante de valores epistêmicos como simplicidade e consistência de teorias – perder o corte.

Em suma, o que Quine apontou foi que se alguém nega a existência de algo como *Pégaso*, *Medusa* ou *Flogisto*, então assume que tais elementos devem ser cortados de uma ontologia. Todavia, cortá-los é cortar alguma coisa, e, dessa maneira, quem se coloca na posição de barbeiro – defendendo a negação existencial – sai em desvantagem em relação àqueles que defendem a existência de tais elementos, pois amarga o dissabor de, ao querer cortá-los, parecer se comprometer com a existência do que não existe – uma posição paradoxal.

Richard Routley, em seu *Exploring Meinong's Jungle and Beyond*, além de defender o valor filosófico da Teoria dos Objetos de Alexius Meinong e postular um sistema lógico baseado nos trabalhos do filósofo austríaco, fez uma análise histórica do problema e apontou que as soluções para esse impasse, dentro das posições ontológicas centrais da tradição filosófica – empirismo, idealismo e materialismo – e, por conseguinte, na lógica contemporânea, têm sido, seguindo Parmênides, majoritariamente responder às questões sobre não-existentes (na maioria das vezes proferidos sob a alcunha de *não-ser*) de forma negativa¹⁹. Desse modo, objetos não-existentes têm sido – sob as mais diferentes metodologias para a justificação dessa resposta –, quase sempre, tratados como mero nada, em virtude da maioria das posições filosóficas tradicionais comungarem de um domínio semântico que é carregado de uma espécie de irrestrita ligação a aspectos extensionais²⁰ – que vincula a palavra estritamente ao que existe e que, basicamente, suprime ou oblitera o *não-ser* do arcabouço teórico de suas investigações –, atribuindo-lhe pechas como: impróprio, *nonsense*, auto-contraditório ou logicamente malformado²¹. Restringindo, portanto, o objeto de estudo da filosofia ao *ser*.

Entretanto, de um ponto de vista intuitivo, tanto a abordagem da lógica contemporânea como o pensamento tradicionalmente preponderante na filosofia parecem equívocos, à medida que o conhecimento humano prefigura estar permeado por uma grande parcela de objetos que não existem, bem como nosso discurso cotidiano também é transpassado por expressões contendo, como sujeito gramatical ou complemento verbal de nossas declarações, termos singulares²² que são estritamente intensionais, não

¹⁸ Cf. QUINE, 2011, p. 11.

¹⁹ Cf. ROUTLEY, 2018, p. xli.

²⁰ Cf. ibidem, 11.

²¹ Cf. ibidem, 17.

²² De um modo geral, termos singulares são associados a nomes próprios, pronomes demonstrativos,

tendo, portanto, qualquer tipo de vínculo com o que existe. As ficções, as personagens fictícias, as projeções de estados de coisas em discursos sobre o passado e sobre o futuro e as entidades teóricas de hipóteses científicas são alguns dos muitos exemplos que podem ser citados acerca do uso do *não-ser* como objeto genuíno do conhecimento e do discurso, e que, além disso, estão contidos nos mais diversos campos de estudos como a Crítica Literária, a Meteorologia, a Termodinâmica, a Mecânica Quântica e a Historiografia. Além do mais, se o *não-ser*, de fato, fosse um mero nada, *nonsense* ou inefável, de que maneira poderíamos fazer – como, com efeito, fazemos – caracterizações e distinções acerca de objetos que não existem? Pois, é certamente contraintuitivo afirmar, por exemplo, que tanto *Sherlock Holmes* como *Pégaso* ou *Flogisto* representam simplesmente nada, ou não são distintos, ou não podem ser expressados de forma significativa por meio de nossa linguagem, uma vez que ordinariamente pensamos e fazemos declarações sobre eles e outros objetos que igualmente não existem, mas sem recairmos no equívoco de imputar-lhes qualquer tipo de existência.

Deste modo, se a filosofia e, sobretudo, a lógica – que, no presente trabalho, receberá enfoque nos capítulos 4 e 5 – têm como um de seus principais objetivos investigar a relação do pensamento e da linguagem com a verdade, parecem inadequadas as respostas negativas para as perguntas que iniciaram esse capítulo, e torna-se mister, para romper esse caráter contra-intuitivo, uma teoria que aborda as características intensionais do discurso e do pensamento, cujo valor filosófico não pode ser desconsiderado, uma vez que:

A esmagadora parte do discurso do dia a dia, e também do [discurso] extraordinário, do [discurso] científico e do [discurso] técnico, é [discurso] intensional. Mesmo pesquisas superficiais da palavra publicada e falada confirmarão essa afirmação: trabalhe com algumas colunas de um jornal ou revista ou em um jornal literário ou científico, ou mesmo em um ou dois artigos de nossos amigos extensionais, e veja por si mesmo. Se tais questões filosoficamente importantes como a verdade e o significado devem ser iluminadas, as afirmações feitas usando tal discurso intensional terão que ser levadas em consideração: uma teoria da intensionalidade terá que ser concebida²³ (ROUTLEY, 2018, p. 11).

Como foi apontado por Routley, há a necessidade de uma teoria acerca da

deícticos, descrições definidas, sendo estas expressões iniciadas com um artigo definido acompanhado por um predicado, e.g. “o cavalo alado de Belerofonte”, “o melhor jogador de futebol de todos os tempos”, “o professor de lógica da UFRRJ”. A ideia geral é que termos singulares designam um, e somente um, indivíduo.

²³ “The overwhelming part of everyday, and also of extraordinary, of scientific and of technical, discourse is intensional. Even superficial surveys of the published and spoken word will confirm this claim: work through a few columns of a newspaper or magazine or a literary or scientific journal, or even through a paper or two of our extensional friends, and see for yourself. If such philosophically important matters as truth and meaning are to be illuminated, claims made using such intensional discourse will have to be accounted for: a theory of intensionality will have to be devised”

intensionalidade em virtude de, no mínimo, seu indubitável e proeminente caráter quantitativo nos nossos discursos ordinários e extraordinários. No entanto, também é necessário avaliar qual a causa que tornou o extensionalismo uma posição *standard* dentro da filosofia da linguagem, apesar de ir de encontro ao discurso intuitivo.

A despeito da fabulosa investigação histórica de Routley acerca do problema do *não-ser*²⁴, nosso objetivo será avaliar o problema de modo muito mais comedido, e restringir a análise a um embate entre a teoria das descrições definidas de Bertrand Russell – uma teoria extensionalista, ou seja, pertencente à posição majoritária na semântica filosófica – e a Teoria dos Objetos de Alexius Meinong – uma teoria intensionalista. Nosso enfoque é, sobretudo, semântico, mas abarca fatores epistêmicos e ontológicos. De uma maneira sucinta, podemos considerar o contraste entre intensionalismo e extensionalismo sob a perspectiva de que o último vincula o dizer estritamente ao *ser* e, assim, os valores de verdade de proposições estão ligados à posse, ou não, de propriedades somente de objetos existentes; e o primeiro não restringe o dizer ao *ser* e trata objetos como um conjunto de propriedades, ainda que não existam e, assim, a verdade das proposições está vinculada à posse, ou não, de uma determinada propriedade num determinado conjunto²⁵.

O valor da questão filosófica acerca do uso do intensionalismo como uma alternativa às teorias extensionalistas é evidente não apenas pelas suas características que o aproximam de uma melhor maneira das noções intuitivas do discurso ordinário, mas também pelas soluções atraentes que pode fornecer para campos como, por exemplo, a filosofia da matemática e a filosofia da mente²⁶.

2.1 A Suposição Ontológica

Como ressaltou Azzouni²⁷ em *Talking About Nothing: Numbers, Hallucinations, and Fictions*, ordinariamente, falamos sobre não-existentes tendo, quatro fortes noções intuitivas interligadas: (1) *aboutness*; (2) normalidade; (3) verdade e (4) não-existência. Em suma, o que o autor indica é que quando falamos sobre um objeto não-existente, tal como uma personagem fictícia, (1) a nomeamos e a predicamos, de modo que a singularizamos – e.g. “Allejo é jogador de futebol”; (2) de maneira similar ao que é feito com objetos que existem – e.g. “David Luiz é jogador de futebol”; (3) sabemos que há verdades e falsidades sobre ela – e.g. “é falso que Allejo não é jogador de futebol”; (4) mesmo sabendo que ela não existe. Nossa atitude intuitiva coloca o significado contextual à frente da denotação, enquanto, por outro lado, as teorias extensionalistas colocam a denotação à frente do significado no que diz respeito à noção de verdade.

²⁴ Sua primeira publicação possui 1.047 páginas!

²⁵ Cf. JACQUETTE, 2015c, p. 135.

²⁶ Cf. PERSZYK, 1993, p. 20.

²⁷ Cf. AZZOUNI, 2010, p. 53-4.

Sobre essa questão, vale notar, como fez Parsons no artigo “Are There Nonexistent Objects?”, que o problema está diretamente relacionado com uma confusão entre as noções de referir-se a algo que não existe, e falhar totalmente ao referir²⁸, que não parece ser um problema na linguagem ordinária, em que “Sherlock Holmes” ou “Al-lejo” podem ser referentes, mas expressões como “o detetive de *O Senhor dos Anéis*” ou “o atual Rei da França” falham em referir. No entanto, dentro da tradição da filosofia, todos os termos singulares citados anteriormente, quando constituintes de enunciados, são tratados sob uma perspectiva extensional. Sobre isso, Parsons ressaltou que:

Uma razão para insistir em tais exemplos²⁹ é que, historicamente, uma crença em objetos não-existentes foi associada à visão de que “toda expressão denotativa gramaticalmente correta representa um objeto”, em que frases denotativas são identificadas não por seu uso ou significado, mas apenas em termos de sua forma gramatical³⁰ (PARSONS, 1982, p. 367)

Portanto, segundo Parsons, na tradição filosófica – diferentemente da noção intuitiva – foi dada uma primazia à denotação dos termos singulares. E, assim, o referir nunca é atribuído ao que o termo significa, mas sim às extensões desses termos. O que parece ser corroborado por Quine, em *Word and Object*, quando este nos disse que:

Predicação une um termo geral e um termo singular para formar uma sentença que é verdadeira ou falsa, de acordo com o termo geral é verdadeiro ou falso do objeto, se houver, ao qual o termo singular se refere³¹ (QUINE, 2013, p. 87)

Segundo Quine, na predicação³², um termo geral representa, numa sentença, um universal³³ que é aplicado sob a forma de um predicado a um termo singular – sob a forma de um sujeito gramatical que, supostamente, representa um objeto. Mas, vale notar que o cerne da questão está no uso sutil da expressão “se houver”, pois, essa permite entender que, para Quine, a predicação é estritamente vinculada com a existência do referente que ocupa a posição de termo singular numa sentença.

Para essa primazia de um extensionalismo referencial, Richard Routley atribuiu

²⁸ Cf. PARSONS, 1982, p. 366.

²⁹ Parsons refere-se aqui a 3 expressões contendo, respectivamente, os termos singulares “Sherlock Holmes”, “o detetive naquela história” e “o homem americano médio” como sujeito gramatical

³⁰ “One reason for dwelling on such examples is that historically a belief in nonexistent objects has been linked with the view that “every grammatically correct denoting phrase stands for an object,” where denoting phrases are identified not by their use or meaning but solely in terms of their grammatical form”.

³¹ “Predication joins a general term and a singular term to form a sentence that is true or false according as the general term is true or false of the object, if any, to which the singular term refers”.

³² Fazemos a ressalva que aqui se trata estritamente de predicados de primeira ordem, isto é, predicados que podem ser aplicados a termos singulares. Há predicados de ordem superior, que não são aplicáveis a termos singulares, mas sim a outros predicados.

³³ Cf. QUINE, 2013, p. 30.

a causa a um dogma filosófico erguido sobre uma hipótese falsa³⁴, a qual deu o nome de *Suposição Ontológica*³⁵, e que pode ser expressa da seguinte maneira:

- (1) objetos não-existentes não podem ter propriedades genuínas³⁶. Ou, em outras palavras, somente o que existe pode possuir propriedades³⁷.

Tendo, portanto, as seguintes implicações semânticas³⁸:

- (2) nenhum enunciado sobre o que não existe é verdadeiro.
- (3) expressões que não denotam (sejam elas um nome ou uma descrição definida) não podem ser sujeito de uma sentença verdadeira.

As noções supracitadas são incongruentes com a perspectiva intuitiva do discurso ordinário, já que neste, usualmente, ser significativo ocorre em virtude da sentença ser gramaticalmente bem formada e, além disso, é condição necessária e suficiente para que uma sentença seja judicável, seja ela verdadeira ou falsa. Como destacou Edward N. Zalta, em *Intensional Logic and the Metaphysics of Intentionality*, o uso de pronomes anafóricos é sistematicamente relacionado à substituição de termos que nada denotam³⁹, como é o caso em inferências do tipo “Anya Taylor-Joy cultua Ártemis”; logo, “Anya Taylor-Joy cultua algo” ou “algo é cultuado por Anya Taylor-Joy”, pois, ao passo que o termo “algo” é dependente do nome “Ártemis” parece ser efetivamente possível fazer certas generalizações existenciais – ou seja, seguir uma das leis básicas da lógica clássica – que preservam a verdade, ainda que se trate de sentenças sobre não-existentes⁴⁰. O que é, como notou Francesco Berto, ainda mais observável em certas situações em que ocorrem negações existenciais:

se alguém diz “Essa mulher não existe”, no contexto de um filme sobre o qual se fala, ou um conto, ou um delírio visual, isso não pode ser explicado como “Esse uso simbólico de ‘essa mulher’ não se refere”; entender esta última frase

³⁴ Cf. [ROUTLEY, 2018](#), p. 31.

³⁵ “*Ontological Assumption*”.

³⁶ Cf. *ibidem*, p. 30

³⁷ Em termos lógicos: $\forall\phi(\phi a \rightarrow \exists x\phi x)$; Linsky e Zalta atribuem a tal posição o nome “Atualismo Sérioso”: “Atualismo sério é a tese que não é possível para um objeto ter uma propriedade sem existir, i.e., a tese que exemplificação implica existência (Serious actualism is the thesis that it is not possible for an object to have a property without existing, i.e., the thesis that exemplification entails existence)” ([LINSKY; ZALTA, 1994](#), p. 437).; Por opção, trabalharemos somente com o nome dado por Routley ao problema: *Suposição Ontológica*.

³⁸ Cf. [ROUTLEY, 2018](#), p. 28-9

³⁹ Cf. [ZALTA, 1988](#), p. 104.

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, p. 104.

e entender a primeira parecem duas coisas diferentes⁴¹ (BERTO, 2013, p. 46).

Desse modo, o significado contextual – ou seja, o *aboutness* – de uma expressão carrega um importante papel dentro da linguagem natural no que concerne à atribuição de um determinado valor de verdade. Sentenças como “A Torre de Pisa está localizada na Itália”, “Gandalf é um mago”, “A Torre de Pisa está localizada na Alemanha” ou “Sherlock Holmes é professor de Filosofia” são todas gramaticalmente bem formadas e, em virtude disso, significativas, independentemente de qual valor de verdade é atribuído para cada uma delas. Já “4 6 3 A L G M O R 4 8 9 R P S V A L” ou “chuva balão Leôncio malgrado montanha” são gramaticalmente mal-formadas e, por causa disso, desprovidas de significância e, conseqüentemente, impossíveis de serem judicadas.

A despeito disso, o apego à *Suposição Ontológica* dentro do extensionalismo resultou, em última instância, em noções falaciosas acerca até mesmo de leis da lógica clássica como a generalização existencial⁴², uma vez que infere que expressões denotativas em sentenças devem ser substituídas pelo termo “algo existente”⁴³; o que, de fato, é válido em passagens em que os termos singulares denotam – e.g. de “Mike Patton cantou no Maracanã” se segue “algo existente cantou no Maracanã”; no entanto, é inválido para termos singulares que não denotam – e.g. de “Sherlock Holmes inspira detetives londrinos” não se segue “algo existente inspira detetives londrinos”.

Assim, seguir ou não a *Suposição Ontológica* é o que fundamenta o domínio de interpretação de uma teoria, pois determina o que pode ou não ser dito de forma genuína, define quais “entidades” devem ou não ser obliteradas, bem como estipula os critérios escolhidos para assegurar a atribuição de valores de verdade⁴⁴. Tais questões foram, certamente, cruciais na investigação de Meinong, que, como veremos, buscou se coadunar às noções intuitivas do discurso ordinário, por meio de uma teoria intensionalista em que, tacitamente, a *Suposição Ontológica* é negada.

⁴¹ “if one says “That woman does not exist”, in the context of a movie which is talked about, or a tale, or a visual delusion, this cannot be explained as “This token use of ‘that woman’ does not refer”; understanding this latter sentence and understanding the former seem two different things”.

⁴² Cf. *Ibidem* 3, 101; Cf. SALMON, 2005, p. 44; Cf. ROUTLEY, 2018, p. 56-7.

⁴³ Em termos lógicos: $Fa \rightarrow \exists xFx$. De modo que tanto as constantes individuais e variáveis livres só podem ser ocupadas por objetos existentes.

⁴⁴ É também de grande importância para o campo da lógica, uma vez que determina o que pode estar subsumido no escopo do quantificador existencial; Cf. HAACK, 2002, p. 88;

3 SOBRE A TEORIA DOS OBJETOS

Em 1904, na coletânea de artigos publicada pela Universidade de Graz *Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Psychologie*, Alexius Meinong apresentou seu “Über Gegenstandstheorie”, texto no qual defendeu, quase que na forma de um manifesto, uma nova ciência que subsumia tanto o que existe, quanto o que não existe, como objetos genuínos do conhecimento e, também, criticou a atribuição da milenar metafísica como o campo do saber mais genérico entre as ciências.

Apesar de *Gegenstandstheorie* ser, na época, um termo novo – uma vez que foi citado pela primeira vez apenas 1 ano antes em “*Bemerkungen über den Farbenkörper und das Mischungsgesetz*”⁴⁵ – ela foi gradualmente construída nos trabalhos anteriores de Meinong, nos quais o filósofo já discorria e analisava os objetos sob uma perspectiva que visava abordar o real e o irreal como contituíntes genuínos e objetivos do conhecimento humano.

Enquanto um texto de defesa de uma nova ciência, há muitas questões que não foram devidamente explicitadas, pois, além de se tratar de um conteúdo em pleno desenvolvimento, havia ainda, por parte de Meinong, a consideração de que certas noções já deveriam estar subentendidas pelo leitor. Em virtude disso, no presente capítulo analiso quais pareciam ser as pretensões de Meinong em seu “Über Gegenstandstheorie”, tendo como base a tradução de Roderick M. Chisholm, “*The Theory of Objects*”, de 1960, bem como outros textos – ou traduções dos textos – de Meinong e de seus principais comentadores que possam auxiliar na elucidação de alguns matizes do pensamento meinonguiano expostos em seu manifesto de 1904, subsumindo tanto a parte teórica exposta pelo autor, bem como algumas características do desenvolvimento histórico de suas concepções.

3.1 O Objeto enquanto tal

Logo no início de seu artigo “*The Theory of Objects*”⁴⁶, Meinong disse:

A intenção do problema levantado aqui é chamar a atenção para uma área do conhecimento, que às vezes é esquecida, às vezes não é suficientemente apreciada em seu caráter distintivo. A questão diz respeito ao lugar adequado para a investigação científica do objeto (*Gegenstand*) tomado como tal e em geral - desejamos saber se, entre as ciências que são acreditadas pela tradição científica, há uma dentro da qual poderíamos tentar uma consideração do Ob-

⁴⁵ Cf. ALBERTAZZI et al., 2001, p. 13.

⁴⁶ “Über Gegenstandstheorie”.

jeto enquanto tal, ou da qual poderíamos pelo menos exigir isso⁴⁷ (MEINONG, 1960, p. 77-8).

Embora os objetivos apontados na passagem acima sejam bem claros – investigar o lugar de estudo acerca do objeto enquanto tal e se há uma ciência capaz de contemplá-lo de maneira adequada –, há uma exigência necessária para entender o que Meinong buscou, que certamente é a base para uma interpretação adequada da Teoria dos Objetos – uma ciência autônoma, distinta e que subsume todas as outras as ciências⁴⁸ –, e que pode ser sintetizada na pergunta “o que é o objeto enquanto tal?”, pois como apontou Rapaport:

Parte do problema é que "objeto" é ambíguo. Meinong usou 'Gegenstand' (= objeto) no sentido de "objeto de pensamento"; aquilo para o qual nossos atos de pensamento são direcionados. Em uso normal, 'objeto' tende a significar algo como "algo lá fora no mundo (real)"⁴⁹ (RAPAPORT, 1985, p. 257).

O significado de “objeto” adotado por Meinong se distingue do uso normal do termo, pois é assumido como um conceito amplamente genérico e caracterizado em virtude de uma possibilidade de cognição que subsume tanto o *ser*, quanto o *não-ser* como sua referência⁵⁰. Em suma, o que Meinong defende é que tudo o que pode ser pensado ou dito – ainda que não tenha sido pensado ou dito – é um objeto enquanto tal. Ou, em outras palavras: tudo é objeto! Inclusive, a escolha da palavra é em função de sua etimologia⁵¹, uma vez que tanto a palavra latina *objectum*, quanto a palavra alemã *gegenstand* significam etimologicamente: o que está contra (*ob* e *gegen*: contra; *jectum* e *stand*: o que está⁵²). Desse modo, o objeto meinonguiano é indefinível, devido a impossibilidade de lhe ser atribuído um *genus* ou uma *diferença específica*⁵³.

A generalidade do conceito torna-se ainda mais evidente nos questionamentos de Meinong acerca da existência de uma ciência que consiga contemplar tal objeto em seu arcabouço teórico, quando critica centralmente o que ele chama de “prejuízo em favor do real” (MEINONG, 1960, p. 78). Isto é, um irrestrito direcionamento das

⁴⁷ “The intent of the problem raised here is to call attention to just such an area of knowledge, which is sometimes overlooked, sometimes not sufficiently appreciated in its distinctive character. The question concerns the proper place for the scientific investigation of the Object (*Gegenstand*) taken as such and in general -- we wish to know whether, among the sciences that are accredited by scientific tradition, there is one within which we could attempt a theoretical consideration of the Object as such, or from which we could at least demand this”.

⁴⁸ Cf. SIMONS, 2018, p. 190.

⁴⁹ “Part of the problem is that ‘object’ is ambiguous. Meinong used ‘Gegenstand’ (= object) in the sense of ‘object-of-thought’; that to which our acts of thinking are directed. In ordinary use, ‘object’ tends to mean something like ‘thing out there in the (real) world’”.

⁵⁰ Cf. MEINONG, 1960, p. 92.

⁵¹ Cf. MEINONG, 2008, p. 134.

⁵² Cf. *ibidem*, 134 [nota do tradutor].; Cf. JAROSZYŃSKI, 2018, p. 329.

⁵³ Cf. BOURGEOIS, 1981, p. 655.

ciências à realidade – termo este que, dentro de sua idiossincrasia, inclui tudo o que existe⁵⁴ ou existirá no futuro⁵⁵ –, que reduz rigidamente a totalidade do que pertence ao saber científico e, conseqüentemente, trata o irreal, ou seja, aquilo que não existe e tampouco existirá, como mero nada.

A falta de percepção das perdas causadas por essa redução é, segundo Meinong, justificada pela própria natureza humana, cuja inclinação é direcionada por um vívido interesse na realidade, que, conseqüentemente, resulta no desinteresse pelo irreal como algo que possa ser englobado e criteriosamente analisado dentro de um saber científico⁵⁶, criando assim uma espécie de oposição entre o que é estritamente pertencente ao psicológico e ao que é pertencente ao não-psicológico⁵⁷; uma oposição abrupta e hierárquica entre o objetivo e o subjetivo que, segundo Meinong, dentro da tradição filosófica, descartou como simplesmente ignóbil ao escrutínio científico tudo o que pertence estritamente ao domínio da imaginação – e que não pode, de modo algum, vir a ser real – como, por exemplo, as personagens e estados de coisas das ficções, uma vez que “se a objetividade consiste no ‘ter’ de um objeto, e o objeto ‘tido’ deve ser aquele que tem *ser*, então uma representação simplesmente não tem um objeto em nenhuma das instâncias da ficção⁵⁸” (MEINONG, 1983, p. 170).

3.1.1 Objetos irrealis

Meinong destacou que mesmo aqueles que, dentro da tradição científica e filosófica, defenderam com rigor a inflexível ligação entre conhecimento e realidade, e consideraram objetos irrealis como insólitos ao domínio do saber científico, de uma maneira geral, não contestaram a solidez e aplicação de pelo menos uma ciência que lida absolutamente com o que não apresenta nenhum grau de realidade em si:

Certamente não gostaríamos de falar da matemática como algo estranho à realidade, como se não tivesse nada a ver com o que existe. Na verdade, não podemos deixar de reconhecer que a matemática tem a garantia de uma ampla esfera de aplicação na vida prática, não menos do que no tratamento teórico da realidade. No entanto, o puro conhecimento matemático nunca está preocupado com nada que deve, na natureza do caso, ser real. A forma de *ser* (*Sein*) com a qual a matemática como tal está ocupada nunca é existência (*Existenz*). Nesse respeito, a matemática nunca transcende a subsistência

⁵⁴ Existência é irrestritamente vinculada à atualidade espaçotemporal.

⁵⁵ Cf. MEINONG, 1978, p. 141; Vale notar, que diante dessa concepção, é possível ser real sem, contudo, existir. No entanto, o inverso não se segue.

⁵⁶ Cf. MEINONG, 1960, p. 80.

⁵⁷ Cf. Ibidem, p. 77.

⁵⁸ “if objectivity consists in the ‘having’ of an object, and the ‘had’ object must be one that has *being*, than a representation simply does not have an object in any of the instances of fiction”.

(*Bestand*)⁵⁹ (MEINONG, 1960, p. 80).

Sem dúvida, os objetos da matemáticas não são atuais (não há números 2 ocupando lugar no espaço num determinado intervalo de tempo) e sua aplicação ao que é real se dá apenas de maneira contingente, e, na linguagem matemática, as afirmações de existência acerca de números e de objetos geométricos ocorrem sempre de maneira distinta das que ocorrem acerca de objetos materiais. Assim, as afirmações de que números existem ocorrem num sentido translato às afirmações de que mesas ou cadeiras existem. No entanto, Meinong não coadunou os objetos matemáticos a meras entidades restritas a um domínio psicológico⁶⁰, nem tampouco ao *não-ser*, uma vez que lhes atribuiu um outro modo de *ser*, ao qual chamou de subsistência (*Bestand*)⁶¹. Portanto, o irreal não é o mesmo que o *não-ser*, uma vez que subsistir é ser irreal, mas, ainda assim, *ser*. Ou seja, *ser* e existir são coisas distintas, em que o primeiro termo engloba o segundo, mas o contrário não se segue.

Subsistir (*bestehen*) e existir (*existieren*) são os dois únicos modos de *ser* presentes na Teoria dos Objetos. O existir é caracterizado pela atualidade espaço-temporal, enquanto o subsistir, segundo Meinong, equivale ao que tradicionalmente é considerado como ser um objeto ideal⁶². O significado de “ideal” certamente não é livre de ambiguidades, e, devido a isso, o uso desse termo por si só não é evidente e nem mesmo elucidativo. Todavia, Meinong explicitou o sentido pelo qual entendia o termo de uma maneira menos ambígua⁶³ em dois trechos de seu artigo “*Über Gegenstände höherer Ordnung und ihr Verhältnis zur inneren Wahrnehmung*”⁶⁴, de 1899 – e destacou

⁵⁹ “We would surely not want to speak of mathematics as alien to reality, as though it had nothing to do with what exists. Indeed, we cannot fail to recognize that mathematics is assured of an extensive sphere of application in practical life no less than in the theoretical treatment of reality. However, pure mathematical knowledge is never concerned with anything which must, in the nature of the case, be actual. The form of being (*Sein*) with which mathematics as such is occupied is never existence (*Existenz*). In this respect, mathematics never transcends subsistence (*Bestand*)”.

⁶⁰ Embora não seja comum, há a abordagem que define números a partir de um pressuposto psicológico. Nesse caso, eles são definidos em virtude de como a mente os associa com a realidade. Esse posicionamento pode ser visto em Mill: “Dois, por exemplo, denota todos os pares de coisas, e doze todas as dúzias de coisas, conotando o que os torna pares, ou dezenas; e o que os torna assim é algo físico; visto que não se pode negar que duas maçãs são fisicamente distinguíveis de três maçãs, dois cavalos de um cavalo, e assim por diante (Two, for instance, denotes all pairs of things, and twelve all dozens of things, connoting what makes them pairs, or dozens; and that which makes them so is something physical; since it can not be denied that two apples are physically distinguishable from three apples, two horses from one horse, and so forth)” (MILL, 2009 (ebook), p. 430); No entanto essa posição não parece ser adequada, ao passo que se é aparentemente evidente a verdade da diferença entre 2 e 3 em tais regras, não se segue a evidência na verdade da aplicação para algo do tipo como a diferença entre 2.223.445 e 2.223.446, ou ainda, a aplicação no conjunto – infinito – de números naturais.

⁶¹ Meinong não assume apenas um modo de *ser* que inclui objetos espaçotemporais e objetos matemáticos – o que, como veremos mais a frente, foi feito por Russell.

⁶² Cf. *Ibidem*, p. 79.

⁶³ Vale destacar que a definição ainda não é muito boa, pois é erigida em termos de factualidade. A definição definitiva e mais objetiva foi elaborada por Meinong dentro da concepção de objetos incompletos – que será um dos temas de nossa investigação do capítulo 5.

⁶⁴ A tradução de Marie-Luise Schubert Kalsi, “On Objects of Higher Order and Their Relationship to

que essa concepção se mantinha em seu artigo de 1904⁶⁵. Os argumentos utilizados são um primeiro no qual, ao contrastar com o conceito de real, Meinong delimitou o conceito de ideal a objetos que não podem, sob nenhum aspecto, existir:

Outro aspecto é dado pelo já mencionado contraste entre real e ideal em que esses dois termos, que foram considerados como tendo vários significados, devem ser entendidos de tal forma que objetos sejam chamados de reais quando existem ou, pelo menos, por natureza, podem existir, como por exemplo, uma casa, um cronógrafo, um livro e, naturalmente, da mesma forma, cor, som, eletricidade e assim por diante. Por isso, eles são contrastados com objetos que, por sua própria natureza, nunca podem corretamente ser ditos existir, mesmo que afirmações devam ser feitas sobre eles. Deficiência (*Mangel*), limite, coisas passadas, etc., são exemplos tradicionais do irreal, isto é, do ideal⁶⁶ (MEINONG, 1978, p. 149-50).

E um segundo em que delimita ainda mais o conceito, em termos de uma espécie de facticidade:

Deixe-nos tomar a semelhança entre a cópia e o original: ambas as fotos existem. Mas atribuir existência à semelhança, além de atribuí-la às imagens pareceria um ato de força para qualquer pessoa de mente aberta. Ainda assim, uma afirmação correta pode ser feita a respeito da semelhança no determinado caso. Pois pressupomos que a semelhança das duas imagens não pode ser negada. A semelhança não existe, mas subsiste. E coisas que, por sua natureza, podem bem subsistir, mas, estritamente falando, não pode existir são precisamente o que é contrastado, aqui, como o ideal e o real.⁶⁷ (MEINONG, 1978, p. 150).

Assim, subsistir é, em suma, não poder ser negado – pelo menos de modo verdadeiro, numa perspectiva objetiva – ainda que não se tenha qualquer tipo de Internal Perception”, de 1978, é o texto utilizado como referência.

⁶⁵ Cf. *Ibidem*, p. 79.

⁶⁶ “Another aspect is given by the already previously mentioned contrast between real and ideal where these two terms which have been taken to have various meanings, must be understood in such a way that objects are called real when they exist or at least, by nature, can exist, as e.g., a house, a chronograph, a book, and naturally likewise color, sound, electricity and so forth. By this they are contrasted with objects which, by their very nature, can never correctly be said to exist even though affirmations must be made about them. Deficiency (*Mangel*), limit, past things, etc., are traditional examples for the non-real, that is, the ideal”

⁶⁷ “Let us take the similarity between copy and original: both of the pictures exist. But to attribute existence to similarity over and above attributing it to the pictures would seem like an act of force to any open-minded person. Still, a correct affirmation might be made concerning the similarity in the given case. For we presuppose that the similarity of the two pictures cannot be denied. The similarity does not exist but does subsist. And things which, by their nature, can well subsist but, strictly speaking, cannot exist are precisely what is contrasted, here, as the ideal and real”.

existência; é ser irreal, contudo, factual⁶⁸, como é o caso da semelhança, da diferença e da enumeração. Pois, ainda que exista uma cópia de algo, a *semelhança* entre cópia e original não é – e nunca será – espaçotemporal, mas sim algo que é um fato que está ali manifestado na realidade; assim como uma *dúzia* de jogadoras de vôlei é igualmente manifestada quando enumeramos as atletas existentes que estão em quadra numa partida, mas de modo algum a *dúzia* existe ou pode vir a existir.

No entanto, Meinong não reduziu todos os objetos irrealis à categoria de subsistentes⁶⁹, uma vez que considerou nos mesmos termos de factualidade de que:

Qualquer coisa particular que não seja real (*Nichtseiendes*) deve pelo menos ser capaz de servir de objeto para aqueles juízos que apreendem seu *não-ser* (*Nichtsein*). Não importa se este *não-ser* é necessário ou meramente factual; nem importa, no primeiro caso, se a necessidade provém da essência do objeto ou se provém de aspectos externos ao objeto em questão. Para saber que não existe quadrado redondo, devo fazer um julgamento sobre o quadrado redondo⁷⁰(MEINONG, 1960, p. 82-3).

A ideia central é que certos objetos são meramente intentados e sob estes podemos afirmar determinadas características, mas ainda assim afirmar o seu *não-ser*. É a afirmação do fato de que determinados objetos não constituíram, constituem ou podem constituir verdadeiramente o que está dentro das fronteiras da realidade seja de forma necessária, como no caso de objetos com propriedades mutuamente excludentes como o *quadrado redondo*, seja no caso de objetos cujo *não-ser* é contingente, uma vez que não apresentam propriedades paradoxais, mas factualmente nunca existiram, existem ou existirão, como é o caso de *Pégaso*, *Sherlock Holmes* e *flogisto*. Tais objetos foram nomeados por Meinong como não-subsistentes⁷¹.

A noção de não-subsistente, certamente, ainda não é bem demarcada no “Über Gegenstandstheorie”⁷². É possível, por exemplo, questionar o fato de porque *dúzias* e *diferenças* subsistem, enquanto o *Flogisto* ou *Sherlock Holmes* não subsistem, visto que os dois últimos poderiam ser considerados como participantes de fatos que estão subsumidos nas fronteiras da realidade como nos casos de fatos como “Priestley postulou teorias que continham o Flogisto como um elemento” e “Benedict Cumberbatch interpretou Sherlock Holmes”. No entanto, como veremos mais a frente, tais fatos não são a mesma coisa que os objetos não-subsistentes que envolvem, mas sim objetos distintos.

⁶⁸ Falaremos sobre os critérios de factualidade ainda nesse capítulo, na subseção sobre objetivos.

⁶⁹ Cf. MEINONG, 1960, p. 81.

⁷⁰ “Any particular thing that isn’t real (*Nichtseiendes*) must at least be capable of serving as the Object for those judgments which grasp its *Nichtsein*. It does not matter whether this *Nichtsein* is necessary or merely factual; nor does it matter in the first case whether the necessity stems from the essence of the Object or whether it stems from aspects which are external to the Object in question. In order to know that there is no round square, I must make a judgment about the round square”.

⁷¹ Cf. Ibidem, p. 108.

⁷² Ver nota 63.

Ademais, o que deve ser ressaltado é que o contraste entre subsistir (*bestand*) e existir (*existieren*) não é a dicotomia entre o mental e o não-mental, e, desse modo, o significado da palavra “ideal” pode ter um caráter objetivo e, portanto, não carrega o sentido moderno de “penso de” ou “meramente representado”⁷³.

3.1.2 A crítica de Meinong à metafísica

Para postular uma nova ciência e atribuí-la o *status* de mais englobante, Meinong esbarrou, antes de tudo, no que, dentro da tradição filosófica, possuía o consolidado prestígio de ciência universal: a metafísica. Desse modo, postular uma ciência cuja aplicabilidade fosse considerada a mais genérica perpassou pela negação da metafísica como ciência que engloba todas as ciências. Meinong notou e considerou como um fato evidente que a metafísica não dava conta da abordagem da totalidade do que é genuíno dentro do escopo do conhecimento, justamente por restringir-se ao domínio do *ser*:

Sem dúvida, a metafísica tem a ver com tudo o que existe. Contudo, a totalidade do que existe, incluindo o que existiu e existirá, é infinitamente pequena em comparação com a totalidade dos objetos de conhecimento⁷⁴ (MEINONG, 1960, p. 79).

Meinong defendeu que para superar as limitações da metafísica, sua Teoria dos Objetos – “uma jovem, uma muito jovem, ciência” (MEINONG, 1960, p. 115) – deveria ter um lugar, dentro da filosofia, que é mais distinto e mais genérico do que outras áreas do conhecimento, como a psicologia, a epistemologia e a lógica, pois incluiria em seu campo de abordagem o irreal, subsumindo, assim, aquilo que aparentemente só pertence ao domínio do que é estritamente psíquico e, por isso, não é tratado como tendo qualquer relação lógica ou objetiva com o que é real.

O contraste entre real e irreal e a legitimação de que há conhecimento genuíno e objetivo nesse último foram de suma importância para Meinong, tanto para a crítica à metafísica, como para a tentativa de consolidação de sua própria teoria. Esse posicionamento é patente, por exemplo, quando ele diz que:

Também há conhecimento do que não é real (*von Nichtwirklichem*). Não importa o quão genericamente os problemas da metafísica são construídos, há questões que são ainda mais gerais; essas questões, diferente daquelas da metafísica,

⁷³ Cf. MEINONG, 1960, p. 96.

⁷⁴ “Without doubt, metaphysics has to do with everything that exists. However, the totality of what exists, including what was existed and will exist, is infinitely small in comparasion with the totality of the objects of knowledge”

não são orientadas exclusivamente para à realidade. As questões da teoria dos objetos são desse tipo⁷⁵ (MEINONG, 1960, p. 107).

O que Meinong tentou consolidar como questões exclusivas de sua nova teoria foram relacionadas especificamente com o conhecimento acerca de objetos de atos mentais intencionais⁷⁶, pois estes podem pertencer exclusivamente ao irreal, mas são tradicionalmente considerados como excluídos de um campo de conhecimento objetivo, diferentemente do que, como vimos, é feito com os objetos da matemática. Para realocar tais objetos no escopo de um saber objetivo, Meinong apontou que o caráter de generalidade de sua nova ciência superava as restrições da metafísica, mas sem recair no psicologismo⁷⁷, e, tampouco, recair num idealismo⁷⁸. Isso, pois considerava que somente cumprindo essas instâncias seria possível postular uma teoria com um escrutínio objetivo e que, além disso, fosse, de fato, a mais geral de todas as ciências, podendo, assim, ir além da matemática, e incluir de forma objetiva todo e qualquer objeto irreal.

Para superar a metafísica no quesito generalidade, Meinong tentou fazer um movimento em que englobava a metafísica como uma “ciência da realidade em geral⁷⁹” (MEINONG, 1960, p. 106) em sua nova ciência, de uma maneira não abrupta, e, em virtude disso, alguns autores como Dale Jacquette⁸⁰ e Anna Sierszulska⁸¹ apresentam, de um modo natural, a Teoria dos Objetos como uma extra-ontologia⁸². De fato, essa definição pode até ser considerada correta, mas, como apontam outros autores como Ermanno Bencivenga⁸³ e Terence Parsons⁸⁴, é necessário notar que o movimento feito por Meinong para consolidar a sua teoria como a que possui o campo de abordagem mais geral é, na verdade, o que pode ser chamado de revolucionário – num sentido como o abordado por Kuhn em seu *A Estrutura das Revoluções Científicas* –, uma vez que em sua nova ciência as noções semânticas e (extra-)ontológicas de objeto como tal são incompatíveis com a noção tradicional de objeto da metafísica⁸⁵.

⁷⁵ “There is also knowledge of what is not actual (*von Nichtwirklichem*). No matter how generally the problems of metaphysics are construed, there are questions which are even more general; these questions, unlike those of metaphysics, are not oriented exclusively toward reality. The questions of theory of Objects are of this kind”.

⁷⁶ Os quais serão expostos, mais a frente, na segunda seção desse capítulo.

⁷⁷ Cf. MEINONG, 1960, p. 96.

⁷⁸ Cf. *Ibidem*, p. 89-90.

⁷⁹ “the science of reality in general”.

⁸⁰ Cf. JACQUETTE, 1996b, p. 10; Cf. JACQUETTE, 2015d, p. 41.

⁸¹ Cf. SIERSZULSKA, 2005, p. 10.

⁸² Aqui, os autores fazem uso da concepção de Meinong sobre Ontologia – citada apenas uma vez no texto de 1904 –, na qual o filósofo austríaco diz que apesar de aparentemente transpassar os limites da realidade, a Ontologia é, em última instância, direcionada ao *Ser* (MEINONG, 1960, p. 107). Com efeito, Meinong parece não fazer uma distinção devidamente adequada entre Metafísica e Ontologia.

⁸³ Cf. BENCIVENGA, 1985, p. 469.

⁸⁴ Cf. PARSONS, 1980, p. 2.

⁸⁵ Vale destacar que a questão da incompatibilidade entre a Teoria dos Objetos e a metafísica também foi notada por Findlay, em 1963, que a coloca em termos de uma mudança de visão comparável à Alegoria

Na tentativa de expor a Teoria dos Objetos como uma ciência englobante, Meinong evitou, a todo custo, posicioná-la como uma quebra na tradição filosófica, mas isso acabou por fazê-lo adotar e expor uma noção caricata do que é a metafísica, como pode ser notado em:

O que pode ser conhecido sobre um objeto em virtude de sua natureza, portanto, *a priori*, pertence à Teoria dos Objetos... Por outro lado, aquilo que se determina sobre os objetos apenas *a posteriori* pertence à metafísica, desde que o conhecimento seja de caráter suficientemente geral. Que o domínio da realidade não seja ultrapassado enquanto o conhecimento em questão for de natureza afirmativa é assegurado pelo caráter *a posteriori* desse conhecimento. Existem, portanto, precisamente duas ciências da mais alta generalidade: uma ciência *a priori* que diz respeito a tudo o que é dado, e outra *a posteriori* que inclui em suas investigações tudo o que pode ser considerado pelo conhecimento empírico, ou seja, a realidade em geral. A última ciência é a metafísica, a primeira é a teoria dos objetos⁸⁶ (MEINONG, 1960, p. 109).

Ao afirmar que a metafísica é comprometida apenas com o que pode ser conhecido *a posteriori*, Meinong a reduziu a um empirismo radical, no qual são excluídas entidades abstratas como os números, figuras geométricas, *universais* ou *relações*. Contudo, Meinong pareceu perceber que, ao tentar fazer um movimento conciliatório entre sua nova ciência e a metafísica, recaiu numa exposição incorreta dessa última. O que pode ser notado em sua seguinte advertência:

Mas mesmo que nossa visão atual do caráter da metafísica até agora não deve convencer a todos, na verdade, mesmo que seja demonstrado que é historicamente incorreto, o erro diz respeito apenas à definição '*de lege lata*', por assim dizer, e a definição '*de lege ferenda*' permaneceria aberta para consideração⁸⁷ (MEINONG, 1960, p. 107).

Meinong se colocou aberto à possibilidade de que sua caracterização do que é a metafísica – '*de lege lata*' – esteja errada, mas afirmou que, isso é de menor importância perto de seu objetivo principal que é apresentar os matizes de sua nova ciência – '*de*

da Caverna, de Platão; Cf. FINDLAY, 1963, p. 328-31.

⁸⁶ "What can be known about an Object in virtue of its nature, hence *a priori*, belongs to the theory of Objects... On the other hand, that which is to be determined about Objects only *a posteriori* belongs to metaphysics, provided that the knowledge is of a sufficiently general character. That the domain of reality will not be overstepped as long as the knowledge in question is affirmative in nature is assured by the *a posteriori* character of this knowledge. There are, therefore, precisely two sciences of highest generality: an *a priori* science which concerns everything which is given, and an *a posteriori* one which includes in its investigations everything which can be considered by empirical knowledge, i.e., reality in general. The latter science is metaphysics, the former is the theory of Objects".

⁸⁷ "But even if our present view of the character of metaphysics up to this time should not convince everyone, indeed even if it should be shown to be historically incorrect, the error concerns only the definition '*de lege lata*,' as it were, and the definition '*de lege ferenda*' would remain open for consideration".

lege ferenda'. Certamente, o ponto de partida para a formulação deste novo campo do conhecimento foi fundamentado na possibilidade de sistematizar uma ciência objetiva acerca do irreal que não era tratado como um objeto genuíno do conhecimento, pelo menos, do mesmo modo como os constituintes da realidade ou os objetos da matemática – como era o caso, por exemplo, de entidades fictícias. Embora Meinong tenha sido bastante confuso ao tentar estabelecer sua crítica à metafísica, a questão primordial que fundamenta a sua teoria é, certamente, se pensar o irreal é “pensar algo” ou “pensar nada”⁸⁸.

3.1.3 O princípio de independência

Para coadunar o real e o irreal, de uma maneira objetiva, no escopo do arcabouço teórico de sua teoria, Meinong desejou evitar recair em dois caminhos perniciosos: o psicologismo e o idealismo. Para consolidar a objetividade de sua teoria, Meinong adicionou o princípio que expõe uma característica marcante que pode ser observada em todo e qualquer objeto, que é “o fato de que o *ser-assim*⁸⁹ (*Sosein*) de um objeto não é afetado por seu *não-ser* (*Nichtsein*)⁹⁰” (MEINONG, 1960, p. 82). Isto é, tudo o que é posto como um objeto de conhecimento possui propriedades, e essa posse é um fato “suficientemente importante para ser explicitamente formulado como o princípio da independência *ser-assim* em relação ao *ser* (*Sein*)”⁹¹ (MEINONG, 1960, p. 82). E assim:

o princípio [de independência] se aplica não apenas a objetos que não existem de fato, mas também a objetos que não poderiam existir porque são impossíveis. Não apenas a tão proclamada montanha de ouro é feita de ouro, mas o quadrado redondo é certamente tanto redondo, como quadrado⁹² (MEINONG, 1960, p. 82).

O que Meinong iniciou a partir da elaboração de tal princípio foi uma abordagem de cunho intensional, uma vez que colocou a posse de propriedades como fator suficiente para caracterizar o que é um objeto, independentemente do *status* ontológico que este possa ter. É, portanto, explicitamente, a negação da *Suposição Ontológica*. Assim, os objetos estão subsumidos numa concepção de complexos de propriedades, ao

⁸⁸ Cf. BENCIVENGA, 1985, p. 472.

⁸⁹ Utilizo esse termo como a tradução para *Sosein*, algo que deve ser entendido como o conjunto de propriedades de um objeto.

⁹⁰ “the fact that the *Sosein* of an Object is not affected by its *Nichtsein*”.

⁹¹ “sufficiently important to be explicitly formulated as the principle of the independence of *Sosein* from *Sein*”.

⁹² “the principle applies, not only to objects which do not exist in fact, but also to Objects which could not exist because they are impossible. Not only is the much heralded gold mountain made of gold, but the round square is as surely round as it is square”.

invés de uma extensão, e.g., *Anya Taylor-Joy* é {mulher, atriz, ..., modelo, nascida em 1996}, a montanha dourada é {montanha, dourada}, o quadrado-redondo é {quadrado, redondo}, 2 é {par, primo, ..., sucessor do 1}, e assim vai.

Somado à concepção intensional de objeto, Meinong, a fim de contornar a possibilidade de redução da Teoria dos Objetos à pecha de uma teoria psicologista, delimitou o objeto de conhecimento da psicologia aos objetos que são presentemente representados. Ou seja, aqueles para os quais o ato mental do sujeito já foi direcionado:

A psicologia pode se interessar apenas por aqueles objetos para os quais algum evento psicológico é realmente direcionado. Talvez pudéssemos resumir: a psicologia pode ter interesse apenas naqueles objetos que são realmente representados, cujas representações, portanto, existem, e que, conseqüentemente, eles próprios existem pelo menos "em nossa representação deles", ou, mais corretamente, tem pseudo-existência⁹³ (MEINONG, 1960, p. 89).

Para em seguida concluir que este não poderia ser o caso caso de sua ciência genérica:

Contudo, não há objeto que não poderia, pelo menos em possibilidade, ser um Objeto de cognição; de qualquer forma, nós podemos dizer isso se adotarmos a ficção instrutiva de que a capacidade de conhecimento não é prejudicada por limitações, como limiares de estímulo e limiares de discriminações, que são estabelecidas pela constituição do sujeito e nunca estão inteiramente ausentes. Assumindo uma inteligência de capacidades ilimitadas, não há nada incognoscível; e o que é cognoscível, é. Contudo, uma vez que o uso preferido é geralmente aplicar "é" (*es gibt*) para as coisas que tem *ser*, e particularmente para as coisas existentes, seria talvez mais claro dizer: tudo o que é cognoscível é dado - ou seja, dado à cognição. Nessa medida, todos os objetos são conhecíveis. O *ser-dado* como uma propriedade mais geral pode ser atribuído a objetos, sem exceção, se eles são ou não são.⁹⁴ (MEINONG, 1960, p. 92).

Meinong adicionou outra característica de extrema relevância para consolidar

⁹³ "Psychology can take interest only in those Objects toward which some psychological event is actually directed. Perhaps we could put this more briefly: psychology can take interest only in those Objects which are actually presented, whose presentations thus exist, and which, accordingly, themselves exist at least "in our presentation of them", or, more correctly, have pseudo-existence"; Meinong utilizou o verbo existir associado ao que observou ser comum dentro do uso linguístico ordinário, uma maneira de falar que não implica uma atualidade, mas sim uma "pseudo-existência" (MEINONG, 1978, p. 142).

⁹⁴ However, there is no Object which could not at least in possibility be an Object of cognition; at any rate, we may say this if we adopt the instructive fiction that the capacity for knowledge is not impaired by limitations, such as stimulus thresholds and thresholds of discriminations, which are laid down by the constitution of the subject and are never entirely absent. Assuming an intelligence of unlimited capacities, there is nothing unknowable; and what is knowable, is. However, since the preferred usage is generally to apply "it is" (*es gibt*) to things which have being, and particularly to existing things, it would perhaps be clearer to say: All that is knowable is given -- namely, given to cognition. To this extent, all objects are knowable. Given-ness as a most general property can be ascribed to Objects without exception, whether they are or are not.

sua nova ciência: a propriedade de *ser-dado*. Essa característica geral do objeto de estar aberto a possibilidade de direcionamento do ato mental não só afasta a Teoria dos Objetos de uma possível acusação de psicologismo, uma vez que não trata apenas de objetos irrealis que já pseudo-existem num ato mental, mas também consolida a justificação da transcendência do objeto irreal⁹⁵ em termos de possibilidade – e não de uma necessidade – de cognição. Desse modo, toda conjunção de propriedades intensionais é um possível objeto de conhecimento. Ademais, outro fator destacado por Meinong foi a forma de entender o uso do verbo haver (*es gibt*). Meinong não atribuiu ao verbo um importe ontológico e, assim, conseqüentemente, numa perspectiva semântica, sua teoria não é vinculada estritamente à denotação, mas sim à intensão de um pensamento⁹⁶. Destarte, o domínio semântico abarcado pela Teoria dos Objetos deve necessariamente não ser limitado a um domínio ontológico. A semântica meinonguiana, em virtude de sua intensionalidade altamente inclusiva, subsume objetos como conjuntos de propriedades, independentemente de possuírem qualquer extensão.

3.2 Princípio de intencionalidade

O objeto enquanto tal coaduna o real e o irreal, de modo que abarca tudo o que pode ser pensado. Foi, sobretudo, com esse enfoque que Meinong abriu o seu artigo de 1904 expondo aquela que foi a sua principal motivação epistêmica para a postulação de sua ciência altamente englobante:

Que conhecer é impossível sem que algo seja conhecido e, mais genericamente, que julgamentos e ideias ou representações (*Vorstellungen*) são impossíveis sem serem julgamentos e representações de algo, revelaram-se ser auto-evidentes por um exame bastante elementar dessas experiências⁹⁷ (MEINONG, 1960, p. 76).

Em suma, o que fez foi assumir a intencionalidade como um princípio que se manifesta em evidência e que pode, com efeito, ser considerado um axioma de sua Teoria dos Objetos. A ideia central foi erigir-se da noção experienciada de que o conhecimento é sobretudo um fato duplo (*Doppeltatsache*)⁹⁸ em que há uma parte dependente (o ato) de algo para se direcionar e uma parte independente (o objeto) que contingentemente pode ser intentada por meio de um ato mental. A importância da intencionalidade do ato mental, na Teoria dos Objetos, é, sobretudo, sua característica

⁹⁵ Falaremos sobre isso mais a frente, na seção sobre intencionalidade.

⁹⁶ Cf. ROUTLEY; ROUTLEY, 1973, p. 241.

⁹⁷ “That knowing is impossible without something being known, and more generally, that judgements and ideas or presentations (*Vorstellungen*) are impossible without being judgments about and presentations of something, is revealed to be self-evident by a quite elementary examination of these experiences”.

⁹⁸ Cf. MEINONG, 1960, p.76.

de não estar estritamente vinculada ao que se encontra presente no tempo-espaço, uma vez que é possível pensar no que não existe.

A escolha da intencionalidade como princípio, indubitavelmente, foi uma consequência da formação filosófica de Meinong, uma vez que iniciou seus estudos filosóficos na Universidade de Viena sob a orientação do filósofo alemão Franz Brentano e assumiu parcialmente a concepção que marcou o trabalho de seu mestre: uma investigação filosófica cujos conceitos são traçados centralmente sobre a experiência do fenômeno mental⁹⁹. Esse ponto característico herdado da filosofia brentaniana é o que deu início, sobretudo, à questão do irreal como objeto genuíno de um estudo científico, pois os matizes que singularizam o fenômeno mental, de certo modo, o evidenciam como não necessariamente ligado ao *ser*. Em seu *Psychology from an Empirical Standpoint*, Brentano assinalou tais nuances da seguinte maneira:

Todo fenômeno mental é caracterizado pelo que os Escolásticos da Idade Média chamam de in-existência intencional (ou mental) de um objeto, e o que podemos chamar, embora não de forma totalmente inequívoca, referência a um conteúdo, direção para um objeto (o que não é para ser entendida aqui como significando uma coisa), ou objetividade imanente. Todo fenômeno mental inclui algo como objeto dentro de si mesmo, embora nem todos o façam da mesma maneira. Na representação, algo é representado, no julgamento, algo é afirmado ou negado, no amor, amado, no ódio, odiado, no desejo, desejado e assim por diante... Essa existência intencional é característica exclusivamente dos fenômenos mentais. Nenhum fenômeno físico exhibe algo parecido. Podemos, portanto, definir fenômenos mentais dizendo que são aqueles fenômenos que contêm um objeto intencionalmente dentro de si¹⁰⁰ (BRENTANO, 1995, p. 68).

Brentano resgatou, em seus estudos sobre a doutrina escolástica¹⁰¹, uma caracterização da intencionalidade do fenômeno mental – uma característica única que o

⁹⁹ Cf. ROLLINGER, 1999, p.23.

¹⁰⁰ “Every mental phenomenon is characterized by what the Scholastics of the Middle Ages called the intentional (or mental) inexistence of an object, and what we might call, though not wholly unambiguously, reference to a content, direction toward an object (which is not to be understood here as meaning a thing), or immanent objectivity. Every mental phenomenon includes something as object within itself, although they do not all do so in the same way. In presentation something is presented, in judgement something is affirmed or denied, in love loved, in hate hated, in desire desired and so on... This intentional in-existence is characteristic exclusively of mental phenomena. No physical phenomenon exhibits anything like it. We can, therefore, define mental phenomena by saying that they are those phenomena which contain an object intentionally within themselves”.

¹⁰¹ Sobre isso, aponta Twardowski: “Este fato [a intencionalidade] – mencionado pelos Escolásticos e ainda antes por Aristóteles – foi recentemente apreciado em sua grande importância por Brentano que, entre outras coisas, baseou a classificação dos fenômenos mentais nos tipos de relações que se estabelecem entre a representação e o que é representado, etc (This fact – mentioned by the Scholastics and even earlier by Aristotle – has recently been appreciated in its great importance by Brentano who, among other things, has based the classification of mental phenomena on the kinds of relations which obtain between the presentation and what is presented, etc)”. (TWARDOWSKI, 1977, p. 1).

distingue de outros tipos de fenômenos, que é o fato de sempre ter um ato que se direciona para algo diferente de si mesmo. Em outras palavras, o ato mental sempre possui uma referência, ainda que esta não exista. Assim, há sempre um objeto que é imanente no conteúdo desse ato mental, e este último, em hipótese alguma, é direcionado para o nada, nunca é vazio, o que é, de fato, uma característica irrefutável da natureza do pensamento. Podemos, por exemplo, pensar em pessoas que já não estão mais entre nós (portanto, não-existentes) ou temer que um fantasma venha nos assombrar de madrugada, da mesma forma que podemos estar odiando o atual lateral-direito do Flamengo ou amando a *Anya Taylor-Joy*. Esses tipos de atos mentais não são restringidos pela existência do referente e expressam sentidos diferentes uns dos outros.

Brentano classificou os atos mentais em três tipos distintos: a representação (*Vorstellung*), o juízo (*Urteil*) e as atividades emocionais (amar, odiar, desejar). A representação é a imagem-mental¹⁰² que percebemos ou produzimos¹⁰³ de um determinado objeto e que o diferencia de outros enquanto referência de nossos atos – uma imagem-mental de uma *montanha de ouro* é distinta de uma imagem-mental de um *cavalo alado*, que é distinta da imagem-mental da *Sinfonia n° 9*, que é distinta da imagem-mental de *Jeff Bridges*, e assim vai. A representação é independente dos outros dois tipos de atos mentais, mas, por outro lado, é pressuposta por eles.

Um juízo é o posicionamento de certeza acerca de uma referência, seja para afirmá-la ou negá-la. Podemos julgar que algo é ou não é, mas para isso precisamos ter pressuposta a representação que torna esse algo o nosso referente. No entanto, o juízo distingui-se de atos emocionais, uma vez que podemos julgar livres de qualquer emoção, como ocorrem em certas atividades científicas¹⁰⁴ e em decisões jurisprudentes.

Já nas atividades emocionais, além de termos o nosso referente distinto do ato, fazemos certos juízos como o que é bom, ruim, desejável ou indesejável. É um juízo em que é exercida e predomina a subjetividade do sujeito cognoscente e é, portanto, isento de objetividade ou de um rigoroso critério científico. No escopo desse ato estão englobados, por exemplo, os juízos estéticos.

3.2.1 O conteúdo dos atos mentais

Diferentemente de Brentano, Meinong rejeitou a hipótese de que objetos são imanentes nos conteúdos mentais e assumiu a transcendência do objeto em relação ao

¹⁰² Esse termo deve ser entendido de um modo metafórico e genérico. Nem sempre é uma imagem tal qual uma pintura, mas pode ser uma conjunção de símbolos linguísticos, um arranjo de sons, cheiros, etc.

¹⁰³ Mais a frente falaremos sobre representações percebidas e representações produzidas.

¹⁰⁴ Reações químicas e fenômenos físicos ocorrem de maneira absolutamente objetiva, não se colocando em questão, portanto, a subjetividade do cientista. O elemento emocional, no entanto, pode se impor na restrição de alguma atividade científica, por meio de questionamentos éticos que, em última instância, põe em inquérito se é desejável ou não realizar uma determinada pesquisa.

conteúdo:

Representações de objetos diferentes podem ser congruentes em relação ao ato, mas diferem em outra coisa que pode ser chamada de "conteúdo da representação". O conteúdo existe, é real e presente, também é psíquico, naturalmente, mesmo que o objeto de que uma representação, que é tida por meio do conteúdo, não exista, não seja real, nem presente e nem psíquico. / Quando tentamos, em um particular caso, separar nitidamente o conteúdo e o objeto correspondente, notamos imediatamente que o conteúdo passa para o pano de fundo dominado pelo objeto¹⁰⁵ (MEINONG, 1978, p. 143).

Meinong defendeu que o conteúdo existe¹⁰⁶ como uma parte integral de uma representação, mesmo que o objeto não exista, e justificou tal posição argumentando que implica uma contradição afirmar que uma referência presente num ato mental é sobre o nada. E, mais ainda, ele também defendeu que o conteúdo, por ser exclusivamente mental, não possui, ele próprio, as mesmas propriedades inerentes ao objeto, mas, sim, apenas representações de algumas delas. Em outras palavras, o que ele destacou nesse último ponto diz respeito a uma transcendência do objeto em relação ao ato mental. Isto é, quando uma pessoa expressa a palavra "sol" ela se refere a um objeto físico independente da mente, não a uma representação de *sol* que há em sua mente. O objeto propriamente referido na expressão é o objeto físico ele mesmo, e este difere-se de sua representação, pois ambos – a representação e o objeto – não possuem todas as mesmas propriedades. Em virtude disso, sempre é necessário, portanto, um *link (blindeglied)*¹⁰⁷ para fazer uma representação ser referida a um objeto definido e não a outro, e este *link (blindeglied)* nada mais é do que o conteúdo da representação, cuja relação com o objeto que lhe é exterior foi chamada por Meinong de *adequação*¹⁰⁸. Em suma, ato e conteúdo formam juntos um fenômeno mental único – no qual o conteúdo sempre é representacional – resultante de uma referência que lhe é externa¹⁰⁹.

Vale destacar que, do ponto de vista epistemológico, a diferença entre a repre-

¹⁰⁵ "Ideas of different objects may be congruent concerning the act, but they differ in something else which can be called "content of ideas". The content exists, is real and present, it is also psychic, naturally, even if the object of which an idea is had by means of the content, does not exist, is not real, not present, and not psychic. / When we attempt, in a particular case, to neatly separate content and corresponding object we notice right away that the content moves into the background overpowered by the object". Kalsi traduziu "*Vorstellung*" como "*idea*", optei por traduzir sempre pelo termo "representação".

¹⁰⁶ Meinong utilizou o verbo existir associado ao que observou ser comum dentro do uso linguístico ordinário, uma maneira de falar que não implica uma atualidade, mas sim uma "pseudo-existência" (MEINONG, 1978, p. 142). Como nota Findlay, trata-se de um subterfúgio e, em última instância, uma utilização neutra do verbo alemão *is gibt* não como existir, mas sim como *haver* (FINDLAY, 1963, p. 21).

¹⁰⁷ Cf. FINDLAY, 1963, p. 9.

¹⁰⁸ Cf. MEINONG, 1983, p. 189.

¹⁰⁹ Vale destacar que Meinong abraçou essas distinções de Twardowski que no sexto capítulo de *On The Content and Object of Presentation* expõe quatro argumentos para a defesa da transcendência do objeto, e os dois primeiros são basicamente os que foram utilizados por Meinong. Cf. TWARDOWSKI, 1977, cap. 6.

sentação e o objeto também possui seus contrastes, uma vez que toda representação – tanto do real como do irreal – é analisada por meio do que Meinong chama de percepção interna, uma espécie de “ato de introspecção” que permite a avaliação do que é representado:

Qualquer percepção é interna se o percebido é de caráter psíquico e se há, com ele, aquela certeza e evidência que nenhum outro tipo de conhecimento imediato da existência tem em comum com a percepção interna. / Somente a percepção interna pode dizer que tal conhecimento é dado (a memória é menos confiável)¹¹⁰(MEINONG, 1978, p. 159-60).

Uma vez que as representações são sempre imanentes nos atos mentais do sujeito, a análise do conteúdo destas não pode ser feita por qualquer ferramenta exterior, mas somente por este ato de introspecção que não se restringe somente aos conteúdos do irreal ou rememorados, mas deve também ser responsável pela análise do que é percebido, ou seja, por aquilo que é obtido por meio dos sentidos¹¹¹.

O fato principal é que a diferença entre conteúdo e objeto é pressuposta e nunca aberta para questionamento¹¹², pois é uma evidência forçosamente difícil de ser negada, visto que os atos mentais não são vazios, e a afirmação do contrário implicaria uma contradição. E, além disso, vale destacar que o vínculo entre ambos – conteúdo e objeto – ocorre de maneira inevitavelmente pictórica¹¹³, uma vez que não são um e o mesmo e nem tampouco imanentes, mas mantêm, na verdade, uma relação de *adequação*, na qual um conteúdo é vinculado a um, e apenas um, objeto, mas o contrário não se segue¹¹⁴, de modo que um único objeto pode ser intentado por meio de diversos conteúdos distintos como ilustrado no esquema abaixo:

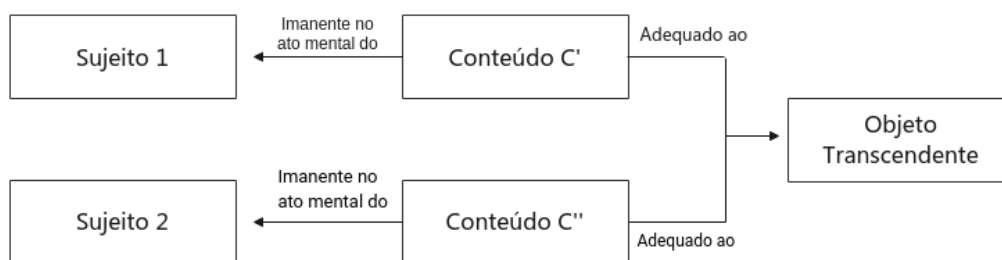


Figura 3.1 – A relação de adequação entre o conteúdo e o objeto.

¹¹⁰ “Any perception is internal if the perceived is of psychic character and if there is, with it, that certainty and evidence which no other kind of immediate knowledge of existence has in common with internal perception. / Only internal perception can tell that such knowledge is given (memory is less reliable)”.

¹¹¹ Cf. MEINONG, 1960, p. 159.

¹¹² Cf. KALSI, 1980, p. 115.

¹¹³ Cf. MEINONG, 1960, p. 78.

¹¹⁴ Cf. FINDLAY, 1963, p. 36.

Para um mesmo objeto, diferentes sujeitos – ou até mesmo um único sujeito – podem direcionar seus atos mentais (que podem, ou não, coincidir um com o outro) a um mesmo objeto (externo), mas por meio de conteúdos (imanescentes no ato) que se distinguem. Desse modo, é possível, por exemplo, que enquanto um sujeito ama “a atriz principal de *The Witch*”, outro ame “a atriz principal de *The Queen’s Gambit*”, que são conteúdos distintos imanescentes em seus atos e que se adequam a um mesmo objeto externo – a atriz *Anya Taylor-Joy* –, mas, ainda assim, se diferem desse último. Vale ressaltar que, apesar de atribuir essa relação ideal entre conteúdo e objeto e atribuir que um único objeto pode ter inúmeros conteúdos distintos¹¹⁵, Meinong admitiu que não tem uma resposta adequada para justificar a natureza de tal relação¹¹⁶

3.2.2 A irrestrita liberdade de suposição

A diferença entre um objeto real e um objeto irreal, na teoria meinonguiana, se dá em virtude da atualidade espaço-temporal possuída pelo primeiro, e da impossibilidade dessa mesma posse pelo segundo. Desse modo, é necessário justificar a transcendência do que não pertence à realidade, uma vez que o que existe tem sua externalidade justificada por sua atualidade. Para alcançar tal objetivo, Meinong adicionou um novo ato mental ao seu princípio de intencionalidade, um ato que não estava presente na teoria brentaniana: o ato de supor. Este é, sem dúvida, um *insight* original e fundamental para a postulação de sua ciência de amplo domínio¹¹⁷. Para definir o que significa esse novo termo, Meinong, primeiramente, o contrastou com o ato de julgar, demarcando as características que singularizam ambos os atos:

Há ... duas coisas que, na minha opinião, qualquer um vai admitir como estando presentes no juízo, mas faltando na representação. Quem julga acredita em algo ou está convencido de algo; é apenas por uma extensão bastante óbvia do uso verbal que podemos falar de juízos nos quais o sujeito deixa sua convicção em *suspense*. Além disso, todo julgamento, por sua própria natureza, ocupa uma posição definida dentro da antítese do sim e não, da afirmação e da negação. Se eu tenho uma visão definida, uma convicção, em relação a A ou em relação à sua conexão com B, então isso deve necessariamente ser no sentido de que A é (ou é B) ou no sentido de que A não é (ou não é B). E isso é verdadeiro não apenas no caso de julgar com certeza, mas da mesma forma no caso de julgamento incerto: mesmo quando eu meramente suponho, a suposição inelutavelmente tem um caráter afirmativo ou negativo¹¹⁸ (MEINONG,

¹¹⁵ Cf. MEINONG, 1983, p. 172.

¹¹⁶ Cf. Ibidem, p. 191; Com efeito, esse é certamente um dos problemas centrais dessa fase da teoria dos objetos, mas que é superado – como veremos mais a frente – por meio da concepção de objeto implexivo.

¹¹⁷ Cf. ROLLINGER, 1995, p. 446.

¹¹⁸ “There are...two things which, in my opinion, anyone will grant as being present in judgment, but lacking in presentation. A person who judges believes something, or is convinced of something; it is

1983, p. 10).

Meinong, para expor o que há de característico no juízo, primeiro o comparou com a representação – o que, com efeito, é possível notar que não se distingue do contraste feito por Brentano – e concluiu que há elementos ativos no ato de julgar, como a escolha entre uma afirmação ou uma negação e o elemento da convicção, e que estes não ocorrem, de fato, no ato mental de representar – que é simplesmente a percepção ou produção de uma imagem-mental. No entanto, Meinong percebeu que havia um certo tipo de ato muito semelhante aos juízos por possuir um posicionamento definido na antítese entre a afirmação e a negação, contudo, sem possuir o elemento da convicção. E estas, segundo ele, são as características marcantes da suposição. Assim, na suposição, ao contrário dos juízos, nunca há uma resposta em que se atribui a necessidade de uma afirmação ou negação. É sempre algo que está na ordem da possibilidade ou probabilidade, implicando uma crença parcial, mas nunca plena na afirmação ou negação de algo¹¹⁹.

Meinong, em seguida, completou a sua análise do novo ato mental o comparando também com as representações:

Por um longo tempo, porém, considerei os dois [o juízo e a suposição] como sendo simplesmente um; ou, pelo menos, considerei o segundo como uma espécie de determinação do primeiro - e isso como uma daquelas determinações que não podem ser encontradas fora do que determinam. Eu poderia ter sempre pensado que era óbvio que qualquer convicção teria que ser afirmativa ou negativa, mas nunca teria esperado encontrar afirmação ou negação em qualquer caso em que faltasse convicção ... Assim que se possa concordar que não só o elemento de convicção, mas também a oposição entre afirmação e negação cria um fato que é essencialmente diferente de representação, então nossa abordagem para afirmação e negação sem convicção também nos levará diretamente ao domínio intermediário mencionado anteriormente [o da suposição], aquele entre representação e juízo¹²⁰ (MEINONG, 1983, p. 10-11).

only by a quite obvious extension of verbal usage that we can speak of judgments in which the subject leaves his conviction in suspenso. Furthermore, every judgment, by its very nature, occupies a definite position within the antithesis of yes and no, of affirmation and negation. If I have a definite view, a conviction, in regard to A or in regard to its connection with B, then this must necessarily either be to the effect that A is (or is B) or be to the effect that A is not (or is not B). And this holds true not only in the case of judging with certainty, but likewise in the case of uncertain judgment: Even when I merely surmise, the surmise ineluctably has an affirmative or negative character”.

¹¹⁹ Com efeito, a partição brentaniana em 3 atos mentais falha ao não dar conta desse tipo de ato mental e nem distingui-lo em relação aos outros; Cf. DEWALQUE, 2020, p. 86.

¹²⁰ For a long time, though, I regarded the two of them as being simply one; or at least, I regarded the second as a sort of determination of the first — and this as one of those determinations that cannot be found apart from what they determine. I would have always thought it obvious that any conviction had to be affirmative or negative, but I would never have expected to find affirmation or negation in any case where conviction was lacking...As soon as it can be agreed that not only the element of conviction but also the opposition between affirmation and negation creates a fact that is essentially different from presentation, then our approach to convictionless affirmation and negation will also lead us directly to

O que Meinong fez, portanto, foi posicionar as suposições como um ato intermediário entre o representar e o julgar. Elas não são juízos, devido a falta do elemento da convicção, mas também não são meras representações, pois nestas não há uma tomada de posicionamento por serem, sobretudo, meramente passivas¹²¹. Destarte, sua posição intermediária entre os dois outros atos lhe confere um caráter mais complexo, pois, assim como no ato de julgar, a suposição tem como uma pressuposição psicológica o vínculo com a representação¹²², como é o caso quando estipulamos acerca do que é possível ou provável; e também, em virtude disso, pode preceder um juízo, como é o caso de quando passamos de uma dúvida para uma certeza, quando o que era provável é evidenciado como necessário.

Outra característica importante da complexidade da suposição é que ela pode ser dividida em dois tipos: uma em que se afirma ou nega algo tendo uma crença parcial; e outra, em que se afirma algo tendo a neutralidade sobre a crença. Em outras palavras, no primeiro caso podemos afirmar algo sem ter certeza de sua necessidade ou impossibilidade, mas sempre tendo uma inclinação que vai em direção à afirmação ou negação de algo – como quando dizemos que é possível, provável ou improvável que algo tenha determinadas características ou ocorra; já no segundo caso apenas assumimos com absoluta neutralidade – ou seja, sem nenhum tipo de crença – que algo tem tais e tais propriedades ou ocorra – como quando nos colocamos em situações como a leitura de uma obra fictícia. Meinong afirmou ainda que em toda suposição não há limites probatórios para o que pode ser assumido. Assim, no ato de supor, qualquer coisa pode ser assumida, em virtude de uma irrestrita liberdade de suposição (*unbeschränkten Annahmefreiheit*)¹²³.

Assim, a possibilidade de suspensão de crença numa afirmação também torna possível que se assumamos objetos irrealis e meramente imaginários como referentes¹²⁴. Para isso, basta ativamente supor que há objetos intensionais tais como *algo que é cinza, triangular e tem 1,80m de altura* ou *Pégaso, Sherlock Holmes, ou a montanha de ouro*, mas sem se comprometer com a existência do que é suposto. Desse modo, a

the previously mentioned intermediate domain, the one between presentation and judgment.

¹²¹ Podemos assumir coisas que não são o caso, como “a seleção Brasileira venceu a copa do mundo de 2014”, no entanto, apesar de ser uma afirmação, podemos não possuir a convicção sobre o que é dito, e a ausência desse elemento disvincula o enunciado da categoria de juízo. No entanto, o enunciado não pode ser uma mera representação, uma vez que possui um posicionamento afirmativo. Isso também é bastante evidente na validade formal de inferências cujas premissas não possuem quaisquer relações com a realidade, e.g., “todo cachorro é vermelho”; “Totó é cachorro”; “Logo, Totó é vermelho”.

¹²² Cf. FINDLAY, 1963, p. 230.

¹²³ Cf. MEINONG, 1983, p. 247.

¹²⁴ Essa característica retrata as mais profundas nuances da condição humana (MEINONG, 1983, p. 86-7), por se coadunar com o que é manifestadamente evidente no processo de criação, que é o fato de que temos a capacidade de produzir representações ativamente, e não apenas percebê-las a partir do que é real, como é o caso na criação de obras literárias de ficção, na criação de croquis de novas máquinas ou na adoção de hipóteses científicas.

suposição é o único ato mental que pode ser direcionado ao *ser-assim* de objetos que não possuem nenhum tipo de *status ontológico*, uma vez que assume objetos por meio da representação de qualquer justaposição arbitrária e não intuitiva de propriedades¹²⁵, e desse modo legitimam que há representações que não são de objetos captados por nossos sentidos, mas sim produzidas¹²⁶, de modo que podem até mesmo conjugar propriedades incompatíveis e que, por isso, não podem formar uma imagem – como é o caso do *quadrado redondo* –, mas a rigor, podem ser representadas de forma simbólica, e.g., linguisticamente¹²⁷, isto é, “quadrado redondo”. Dessa forma, a irrestrita liberdade de suposição, por assegurar que o irreal como transcendente, previne que a Teoria dos Objetos recaia num psicologismo¹²⁸

Um dos principais *frameworks* do ato de supor é vinculado com a linguagem e o ato comunicativo, uma vez que, como notou Rollinger, a expressão e a compreensão de certas sentenças não podem ser explicadas a menos que adotemos a teoria das suposições¹²⁹, e, não obstante, Meinong apontou o fato de que as suposições estão presentes no comportamento comunicativo, de modo que é possível que sejam asseguradas por um sujeito ativo – o falante – e que sejam “evocadas por sugestões” num sujeito passivo – o ouvinte – mas sem que ambos se comprometam a acreditar, de fato, no que está envolvido na comunicação¹³⁰.

Meinong elencou uma série de situações dentre as quais as suposições podem ser destacadas nesse contexto discursivo, como, por exemplo, a relação da atuação do ator – um sujeito ativo que deve se colocar no lugar de “um outro” para fazer o seu papel – com a recepção do público que o assiste¹³¹; a relação do escritor de dramas e ficções – que deve se colocar no lugar de outros muitos para produzir sua obra – e o leitor de seus textos¹³²; e a relação entre uma criança envolvida em um jogo – que assume as regras deste – e seus companheiros de brincadeira¹³³.

¹²⁵ Cf. *Ibidem*, p. 183.

¹²⁶ Cf. *Ibidem*, p. 15.

¹²⁷ Cf. [IERNA, 2020](#), p. 51.

¹²⁸ Embora, historicamente, talvez nunca tenha havido uma única definição para esse termo, como retrata Martin Kush em *Psychologism: A Case Study in the Sociology of Philosophical Knowledge* ao fornecer uma lista de citações com as mais variadas definições e acusações acerca do psicologismo, advindas de nomes como Popper, Carnap, Lakatos, Sellars, Fuller, entre outros ([KUSCH, 2005](#), p. 4-5), vamos assumir, no presente trabalho, uma concepção em que psicologismo se refere a abordagem em que leis lógicas são leis contingentes dizendo respeito à estrutura do nosso aparato cognitivo, mas que não necessariamente dizem respeito ao pensamento em geral.

¹²⁹ Cf. [ROLLINGER, 1996](#), p. 93.

¹³⁰ Cf. [MEINONG, 1983](#), p. 85.

¹³¹ Cf. *Ibidem*, p. 94.

¹³² Cf. *Ibidem*, p. 86.

¹³³ Cf. *Ibidem*, p. 84.

3.3 A “anatomia” do objeto

Cabe agora analisar a “anatomia” desses conjuntos de propriedades, pois a definição intensional de objeto traz consigo importantes questões relacionadas à semântica, epistemologia e ontologia (ou extra-ontologia) da Teoria dos Objetos. Isso, porque, uma vez que está aberto à possibilidade de *ser-dado*, algumas questões devem ser levantadas. Entre elas:

1. Como é que se caracterizam os conjuntos de propriedades dos objetos que podem ser intentados por um sujeito?
2. Há alguma justificção para uma organizaço coesa dessas propriedades?

Ambas as questões supracitadas foram, com efeito, temas de “fascinações do minuto” para Meinong, pois o filósofo se dedicou com grande afinco a elas desde de sua primeira publicação filosófica, o “Hume-Studien I. Zur Geschichte und Kritik des modernen Nominalismus¹³⁴” de 1877, até seus trabalhos posteriores.

Antes de iniciar a elucidaço da “anatomia” dos objetos, vale fazer a ressalva sobre uma armadilha linguística que se encontra na idiossincrasia de Meinong; o filósofo austríaco, além de fazer o uso da palavra objeto em seu sentido genérico – *Gegenstand* ou *objectum* –, utiliza também num sentido mais estrito (*der eigentliche Gegenstand*) – *Objeket* ou *objecta*¹³⁵. A distinção é feita, pois Meinong dividiu o termo genérico em duas partições: objetos complexos – para os quais utilizou muitas vezes os termos no sentido estrito; e objetivos (*objektivs*)¹³⁶.

3.3.1 Instâncias particulares

Os complexos na teoria de Meinong são um conjunto de instâncias particulares. A base para a questão central desse aspecto – que é uma teoria baseada em instâncias particulares – é o “Hume-Studien I”, que foi a primeira publicação filosófica de Meinong e tem fortes inclinações anti-realistas¹³⁷, bem como algumas inconsistências¹³⁸. No entanto, apesar de ser uma de suas concepções mais antigas, diferentemente de outras concepções de seus primeiros trabalhos, ela foi mantida – com algumas pequenas diferenças – até os seus trabalhos maduros.

¹³⁴ O texto que utilizo como base é o “Hume Studies I: On the History and Criticism of Modern Nominalism”, uma tradução de Kenneth Barber.

¹³⁵ Essa advertência é certamente válida para orientar o leitor que for consultar os textos originais do Meinong. No entanto, utilizaremos a palavra “objeto” para ambos os casos.

¹³⁶ Cf. MEINONG, 1960, p. 80.

¹³⁷ No sentido do antigo debate entre realistas e nominalistas.

¹³⁸ Para consultar algumas das inconsistências contidas no “Hume Studies I” ver: Barber (1970, p. 554, 557, 560); e Grossmann (1974, p. 19-20).

Meinong, em seu “Hume-Studien I”, tinha fortes inclinações à aceitação da noção empirista de feixe de qualidades (*bundle of qualities*), e traçou algumas críticas às teorias que defendiam universais. Para contestar a existência de universais, Meinong fez a distinção entre as palavras “idêntica” e “mesma”¹³⁹. Segundo ele, quando dizemos que duas coisas distintas tem a “mesma” cor ou forma, é equivocado acharmos que elas são “idênticas”, pois essa última palavra é carregada com a noção de identidade – ou seja, as coisas só podem ser idênticas a si próprias – e a primeira palavra significa, na verdade, similaridade, mas não igualdade. Além disso, para corroborar sua crítica, Meinong ainda fez uso do seguinte argumento dialético:

Suponha que temos dois triângulos congruentes, A e B. A triangularidade de A é idêntica à triangularidade de B? Ou seja, a triangularidade de A é a triangularidade de B? Ninguém negará que A pode persistir mesmo que B seja aniquilado, assim como não será contestado que o atributo se apegue ao seu objeto, persista com ele, mas também desapareça com ele. Portanto, se B não existe mais, então a triangularidade de B também não existe, enquanto A e a triangularidade de A continuam a existir inalteradas. Mas agora, de acordo com Mill, a triangularidade de A é a triangularidade de B. Portanto, essa mesma triangularidade existe e não existe, o que ninguém estará inclinado a considerar possível¹⁴⁰ (MEINONG, 1966, p. 123).

A ideia central é que se a propriedade fosse uma e a mesma em dois triângulos distintos, a aniquilação de um deles implicaria na aniquilação de sua entidade universal. No entanto, uma vez que é possível constatar que, mesmo aniquilando um dos triângulos, não se segue que o outro e sua respectiva triangularidade também foram aniquilados, a triangularidade existe e não existe ao mesmo tempo, o que é uma contradição. Desse modo, as triangularidades devem ser instâncias particulares de cada triângulo.

O argumento é facilmente refutável¹⁴¹, uma vez que o que é defendido por realistas é a exemplificação de um universal num indivíduo, e não que o indivíduo toma posse do universal. E outro problema é que não é possível entender em que sentido Meinong pensou a ideia de aniquilação. Apesar da fraqueza do argumento, o que vale destacar aqui é que há uma certa inclinação a justificações que fogem do campo ontológico e se fundamentam em noções psicológicas.

¹³⁹ Cf. MEINONG, 1966, p. 122-3.

¹⁴⁰ “Suppose we have two congruent triangles, A and B. Is the triangularity of A identical with the triangularity of B? That is, is the triangularity of A the triangularity of B? No one will deny that A can persist even if B is annihilated, just as it will not be challenged that the attribute cleaves to its object, persists with it, but also vanishes with it. Hence, if B no longer exists, then the triangularity of B does not exist either, while A and the triangularity of A continue to exist undisturbed. But now, according to Mill, the triangularity of A is the triangularity of B. Hence, this self-same triangularity both does and does not exist which no one will be inclined to consider possible”.

¹⁴¹ Para consultar algumas refutações ver: Barber (1970, p. 555-6).

Esse mesmo problema se torna ainda mais evidente, uma vez que, em seus primórdios, sua defesa de instâncias particulares é extremamente vinculada à abstração e ao fenômeno da atenção, o que é notável quando Meinong, ao fazer uma análise da crítica à abstração de Berkeley, disse:

Alguém pode duvidar se ele [Berkeley] pode ignorar as partes metafísicas ou lógicas. Mas então ele não pode ter nenhuma dúvida sobre as partes físicas. Ninguém duvida que ele percebe de maneiras muito diferentes as várias impressões que são apresentadas simultaneamente no olho ou ouvido. Mas se alguém pergunta a alguém que nunca tenha se envolvido em especulação filosófica, como ele poderia perder isso ou aquilo que ele, sem dúvida, tinha diante de seus olhos, ele simplesmente dirá que atentou a algo diferente¹⁴²(MEINONG, 1966, p. 111).

Nessa passagem, ele considerou como evidente que uma série de impressões do mundo físico ocorrem simultaneamente para um determinado sujeito e que este é capaz de distingui-las uma das outras, mas que também há a possibilidade de que algumas delas passem despercebidas para esse mesmo sujeito, mas não para outros. O que caracteriza essa diferença é o processo de atentar ou não para determinadas impressões em particular. E, por isso, Meinong concluiu que:

A atenção pertence àqueles fatos da vida mental para os quais a psicologia da explicação ainda fez pouco. Mas, apesar de tudo, somos todos bem familiarizados com ele através da experiência interior, bem o suficiente para o problema de abstração ser considerado resolvido assim que tiver sido reduzido ao fenômeno da atenção¹⁴³(MEINONG, 1966, p. 114)

Dessa maneira, o reconhecimento de determinadas qualidades particulares de um objeto é justificado pelo processo de abstração, que advém do ato de atentar para determinadas impressões e negligenciar outras. É uma justificação fortemente empirista e sem complexas ferramentas metafísicas.

A partir das noções supracitadas podemos traçar a anatomia do objeto meinonguiano, – enquanto uma coleção de propriedades particulares – da seguinte forma:

$$\{a_1, b_1, c_1, d_1, \dots, n_1, e_1, t_1\}^{144}$$

¹⁴² “One may doubt whether he can ignore metaphysical or logical parts. But then he can have no such doubt concerning physical parts. No one doubts that he notices in very different ways the several impressions which are presented simultaneously to the eye or ear. But if one asks someone who has never engaged in philosophical speculation how he could miss this or that which he undoubtedly had before his eyes, he will simply say that he attended to something different”.

¹⁴³ “Attention belongs to those facts of mental life for whose explanation[‘s] psychology has yet done little at all. But we are nevertheless all well enough acquainted with it through inner experience, well enough for the problem of abstraction to be considered as solved as soon as it has been reduced to the phenomena of attention”.

¹⁴⁴ Destacamos e_1 e t_1 , pois se tratam de coordenadas de espaço e tempo. Meinong equivocadamente

Ademais, numa perspectiva semântica, a defesa de complexos de instâncias particulares levanta também uma questão primordial sobre um antigo problema presente no embate entre realistas e nominalistas¹⁴⁵, e diz respeito à justificação de como vários indivíduos diferentes e, em virtude disso, formados por instâncias distintas, podem ser predicados com um mesmo termo geral. O movimento feito por Meinong para resolver essa questão foi introduzir mais um conceito fundamental a sua Teoria dos Objetos: as relações. Isso ocorreu, pois, segundo Meinong, a partir de processo de abstração, podemos isolar a representação de uma determinada qualidade de um complexo simplesmente mirando nossa atenção para ela. E esse processo é de suma importância, pois, no caso da predicação, o raciocínio segue da seguinte forma: suponha um número finito de objetos diferentes, mas que recebem como predicação um mesmo termo geral, por exemplo, “vermelho” — cujas respectivas instâncias particulares são representadas por a_x . Nesse caso, as representações de tais objetos podem ser ilustradas como segue:

$$\{a_1, b_1, c_1, e_1, t_1\}$$

$$\{a_2, h_1, j_1, k_1, e_2, t_1\}$$

$$\{a_3, m_1, r_1, e_3, t_1\}$$

.

.

.

$$\{a_n, i_1, s_1, f_1, e_n, t_1\}.$$

Nenhuma de suas respectivas instâncias de vermelho são iguais, entretanto Meinong afirmou que há entre elas uma relação de similaridade entre suas tonalidades. E a partir da abstração de cada a_x é possível inferir por meio de associação a seguinte classe:

entende que é necessário um elemento individuador para os seus complexos, o que é uma trivialidade, pois, como já são formados por instâncias particulares, são necessariamente individualizados. A coordenada e_1 tem a suposta função individualizadora, pois essa, diferentemente de t_1 , não pode ser compartilhada entre dois complexos físicos num mesmo t_x .

¹⁴⁵ Antecipamos que não será dado um veredito sobre qual dos posicionamentos é o mais correto, bem como, uma avaliação da argumentação anti-realista de Meinong em sua primeira obra. Contudo, cremos que isso não trará consequências negativas para o objetivo final do presente trabalho, por dois motivos: primeiro – em relação ao embate entre nominalistas e realistas –, como é possível constatar, historicamente foram construídos argumentos consistentes contra ambas as posições, e, em virtude disso, a escolha entre uma ou a outra acaba sendo uma questão de preferência sobre qual teoria abraçar; o segundo – em relação ao anti-realismo – é que, apesar de manter as instâncias particulares nos trabalhos de sua extra-ontologia, veremos que o Meinong maduro não pode ser considerado estritamente um anti-realista, pois também adicionará propriedades a sua teoria dos objetos.

$$V=\{a_1, a_2, a_3, \dots a_n\}.$$

Uma classe, portanto, é obtida a partir da relação de similaridade entre instâncias contidas em complexos distintos, formando assim, ela própria, um complexo de instâncias. Classes, com efeito, não existem e portanto não possuem instâncias de tempo ou espaço, todavia, em termos linguísticos, a representação delas é o que Meinong chamou de *conceito*. O *conceito* da classe é um *conceito geral* que atua como um predicado.

É notável, no entanto, que reduzir a noção de *conceito* ao processo de similaridade tem um forte fundamento psicologista, uma vez que relaciona mais a adoção do termo geral ao reconhecimento da similaridade pelo sujeito, do que fundamenta uma objetividade a partir da qual o objeto é analisado por si; e, além disso, parece subentender e ser circular em relação à noção de universais.

Para transpassar esses problemas, Meinong posteriormente consolidou em “*Abs-trahieren und Vergleichen*”, de 1900, à sua noção de *conceito* e instâncias a concepção de que não há qualquer circularidade ou pressuposição de que eles designem universais, pois “as palavras que expressam um juízo não são julgadas como tal; por outro lado, é da natureza da expressão ser o fato consequente do que deve ser expresso, o que às vezes é intencional, mas geralmente ocorre simplesmente associativamente¹⁴⁶” (MEINONG, 1914a, p. 451). Isto é, não se coloca sob inquérito a palavra escolhida para representar uma classe, pois, sua escolha é arbitrária. Além disso, Meinong rompeu também com a possibilidade de uma ligação irrestrita da escolha de uma palavra com a relação de similaridade, uma vez que afirmou que: “Eu não deveria realmente ser capaz de apreender uma figura que me é apresentada pela primeira vez de uma forma que geralmente é chamada de abstrata? Mas em caso afirmativo, onde consigo a similaridade exigida pela visão comparativa?¹⁴⁷” (MEINONG, 1914a, p. 451). Desse modo, o que Meinong fez foi colocar também a possibilidade de se chegar a termos gerais por meio da noção de diversidade, como é o caso quando se tem contato com algo absolutamente novo e sem qualquer outra coisa semelhante¹⁴⁸. Desse modo, a possibilidade de dizer, “Isto é verde” pode ser obtida por meio de atos de comparação que apontam uma similaridade – e.g. entre as folhas de uma samambaia e a cor que preenche o retângulo da bandeira do Brasil –, mas também por meio da comparação que exhibe diversidade – e.g. entre as folhas de uma samambaia e a terra em que esta está plantada –, incluindo

¹⁴⁶ “Die Wörter, die ein Urteil ausdrücken, sind als solche nicht selbst beurteilt; dagegen liegt es in der Natur des Ausdruckes, die manchmal absichtlich, in der Regel aber einfach assoziativ auftretende Folgetatsache des Auszudrückenden zu sein”.

¹⁴⁷ “Sollte ich nun wirklich eine zum ersten Male sich mir darbietende Gestalt nicht in der Weise, die man gewöhnlich abstrakt nennt, zu erfassen imstande sein? Wenn aber, woher nehme ich die von der Vergleichungsansicht verlangte Ähnlichkeit?”.

¹⁴⁸ Suponha, por exemplo, que seja encontrado um animal cujas características não se adequam a nenhum filo catalogado do reino *animalia*, a escolha do termo para referi-lo, além de arbitrária, é tomada em virtude de sua distinção em relação a todos os outros filós já catalogados.

a possibilidade do contraste de algo absolutamente novo e ainda não nomeado, cujo nome dar-se-á, *ex hypothesis*, de maneira arbitrária. Assim, tanto em sua negação à teoria dos universais como em sua defesa de instâncias particulares, o que Meinong buscou, em última instância, foi consolidar a *hecceidade* – essência individualizadora – de seus objetos por meio de seus próprios constituintes internos.

3.3.2 Relações

Meinong, em seu “Hume Studien I”, além de citar a relação de similaridade na formação de *conceitos*, também discorreu sobre uma relação de *associação* que vincula as instâncias de um complexo¹⁴⁹. No entanto, suas explicações acerca do tema foram muito obtusas, o que o levou posteriormente a tratar com grande escrutínio questões que envolviam a natureza das relações. Sua primeira abordagem foi em “Hume Studien II - Zur Relationstheorie”, de 1881, mas se seguiu de maneira igualmente inadequada¹⁵⁰, como ele próprio admitiu¹⁵¹ até 1899, quando publicou “Über Gegenstände höherer Ordnung und ihr Verhältnis zur inneren Wahrnehmung”, – outro trabalho no qual abordou a questão das relações com muito rigor – na tentativa de explicar, entre outras coisas, a necessidade na ligação entre relações e complexos.

O principal critério adotado para solucionar as questões acerca das relações foi o de incompletude. O primeiro movimento foi afirmar que não podemos pensar, por exemplo, numa relação de diferença sem termos, ao mesmo tempo, em nosso pensamento, objetos diferentes, pois se assim fosse, seria como ter uma comparação em que nada é comparado¹⁵². Ou seja, uma relação de *diferença*, se tomada isoladamente, deve ser considerada inacabada¹⁵³. De fato, essa parece ser uma característica da natureza de todas as relações – elas dependem de outros objetos para terem algum tipo de fundamento. Entretanto, os objetos que fundamentam uma relação são independentes dela. Partindo dessa ideia de fundação e dependência, Meinong adotou uma divisão categorial sobre os objetos de sua teoria em dois níveis: *inferiores*¹⁵⁴ – que são os objetos que fundam uma relação, mas são independentes dela – e *superiores*¹⁵⁵ (ou objetos de ordem superior) – que são os objetos que são fundados e dependentes da relação.

As relações não podem ser consideradas como constituintes genuínos do complexo, mas são os parentescos entre seus constituintes definidos¹⁵⁶, pois são um modo

¹⁴⁹ Cf. MEINONG, 1966, p. 120.

¹⁵⁰ Para consultar algumas dessas inadequações: Barber (1970, p. 583); Grossmann (1974, p. 41, 47).

¹⁵¹ Cf. MEINONG, 1978, p. 139-40.

¹⁵² Cf. FINDLAY, 1963, p. 72.

¹⁵³ Cf. MEINONG, 1978, p. 144.

¹⁵⁴ Cf. Ibidem, p. 144.

¹⁵⁵ Cf. Ibidem, p. 144.

¹⁵⁶ Cf. FINDLAY, 1963, p. 131.

de união entre constituintes e não uma coisa unida ¹⁵⁷, e é somente por meio delas que se vinculam *inferioras* e *superioras*. Em virtude disso, percebê-las exige a análise de seus padrões por meio da percepção interna. Nós não produzimos relações, mas sim, as apreendemos por meio da análise das respectivas representações dos vínculos entre as instâncias de um complexo que é anterior a nossa cognição. Ou seja, as relações também carregam a característica de *ser-dadas*. Obviamente há padrões que dificilmente podem ser apreendidos, mas isso não interfere no fato de que um padrão está *dado* antes de nós e que apreendê-lo é, pelo menos, possível¹⁵⁸.

Toda instância particular é sempre uma *inferiora*, uma vez que são consideradas como absolutamente simples, individuais e indivisíveis¹⁵⁹. Quando instâncias são abstraídas de complexos distintos fundamentam representações que podem envolver, por exemplo, relações de comparação entre duas instâncias de cores distintas:

$$D(v_1, m_1)^{160}.$$

Todavia, isso não significa que complexos não possam fundamentar relações. Pois complexos, com efeito, podem estar tanto como *superioras*, como no caso supracitado, como podem ser algumas vezes representados como *inferioras*, o que pode ser claramente esboçado por meio de uma relação do tipo *estar a esquerda de*, representada por *E*, como no caso abaixo:

$$E(\{l_1, d_1, v_1, t_1\}, \{l_2, c_1, p_1, t_1\})^{161}$$

A diferença entre as cores parece ser logicamente necessária¹⁶²— em virtude da natureza das próprias cores; já a relação de posição espacial parece ser contingente e ocorrer apenas em virtude do *estado de coisas* em que os objetos estão dispostos num dado momento e do ponto de vista do indivíduo que os observa. Em virtude dessa diferença epistemológica, Meinong nomeiou o primeiro tipo de relação como relação ideal e o segundo como relação real. É importante destacar que nesse ponto reside uma armadilha linguística, pois, a palavra “real” não atribui qualquer tipo de possibilidade de existência para a relação, pois, assim como as relações ideais, elas também são vinculadas, em última instância, com a análise em nossa percepção interna. O contraste é, sobretudo, relacionado à possibilidade de relações ideais advirem à análise de maneira espontânea e de relações reais dependerem da receptividade de um *estado de coisas*¹⁶³; de modo que na primeira sua subsistência é necessária – como é o

¹⁵⁷ Cf. MEINONG, 1978, p. 147.

¹⁵⁸ Cf. FINDLAY, 1963, p. 142.

¹⁵⁹ Cf. KALSI, 1987, p. 61.

¹⁶⁰ Em que *D* é a relação de diferença; *v*₁ é a cor verde abstraída de algo; e *m*₁ é a cor marrom abstraída de algo.

¹⁶¹ Em que se entende que o objeto $\{l_1, d_1, v_1, t_1\}$ está à esquerda do objeto $\{l_2, c_1, p_1, t_1\}$.

¹⁶² Cf. MEINONG, 1978, p.152.

¹⁶³ Cf. TEGTMEIER, 2000, p. 91.

caso da diferença entre duas cores –, o que não é o caso da segunda¹⁶⁴ – como na relação de *estar a esquerda de*. Mas, à parte as diferenças, há uma característica fundamental que não se distingue em ambos os tipos de relação: o fato de que onde há um complexo, há uma relação e vice versa – o que Meinong denominou como o *princípio de coincidência*¹⁶⁵. Um resultado natural observável em qualquer relação e um princípio definitivo para assegurar a estrutura dos complexos. Assim, complexos e relações são justificados como necessariamente vinculados.

Entretanto, além da necessidade do vínculo entre relações e complexos, havia ainda uma segunda questão a ser desenvolvida, mais ligada à possibilidade de *ser-dada* das relações, no que concerne às instâncias particulares ligadas dentro do complexo ao qual pertencem. Ou, em outras palavras, o que legitima o simples e o complexo como numericamente distintos e, ainda assim, unidos? Se o *princípio de coincidência* está correto, todo e qualquer conjunto de propriedades, até mesmo aqueles que representam indivíduos, devem possuir algum tipo de relação interna. Em seus trabalhos iniciais, Meinong reduziu os vínculos de instâncias à relação de *associação*. No entanto, essa idéia foi abandonada, pois esse tipo de relação não dava conta da explicação de inúmeros tipos de complexos.

Ao citar parcialmente Christian von Ehrenfels – um de seus alunos mais notáveis, conhecido como o introdutor do termo *Gestalt* na Psicologia¹⁶⁶ – Meinong ressaltou que as relações entre complexos não se reduzem à mera relação de *similaridade* ou *associação*, uma vez que há qualidades de forma (*Gestaltqualitäten*) em melodias e figuras¹⁶⁷ que comprovam que há a possibilidade de inúmeras relações distintas. Nas melodias há entre um constituinte e outro – ou seja, entre as notas – uma relação de ordem e tempo que não é meramente associativa, pois ainda que não fossem alteradas as notas, se fossem alterados os tempos entre uma e outra, haveria um complexo distinto à primeira melodia; já nas figuras podem haver relações espaciais que se alteradas as desconfiguram, como no caso de 4 triângulos congruentes organizados da seguinte forma:

¹⁶⁴ Cf. MEINONG, 1978, p.152.

¹⁶⁵ Cf. Ibidem, p.146.

¹⁶⁶ Cf. ZIMMER, 2001, p. 135.

¹⁶⁷ Cf. MEINONG, 1914b, p. 282.

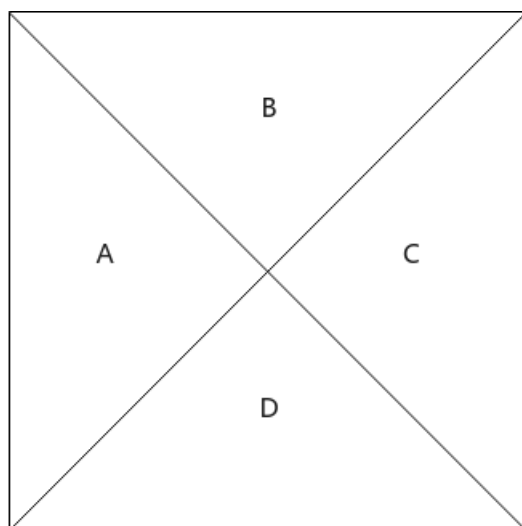


Figura 3.2 – Exemplo de qualidades de forma (*Gestaltqualitäten*).

Outras possibilidades de relações podem ser observadas na diferença entre melodia e acorde e no caso do conjunto dos números naturais, no qual seus constituintes estão organizados numa relação de sucessão. Meinong não acreditou poder, de fato, esgotar todas as possibilidades de relações que são dadas, visto que apontou que há muito mais casos de variedades ilimitadas¹⁶⁸, mas o ponto primordial e que é necessário ter em mente é que onde há complexos, há relações dos mais diferentes tipos.

3.3.3 Objetivos

Há pouco falamos de factualidade envolvendo a subsistência e também sobre suposições. Esses são pontos de extrema importância para destacar um outro tipo de objeto na teoria meinonguiana: os objetivos (*objektivs*). Objetivos são objetos que não possuem a mesma estrutura que os complexos, e são caracterizados por suas respectivas relações com fatos. Essas relações são imprescindíveis por serem essenciais para o conhecimento acerca da realidade¹⁶⁹. Objetivos parecem – em sua forma – o que na filosofia da linguagem é chamado de *proposição*, no entanto, se distinguem de maneira abrupta, pois Meinong afirmou que há objetivos que não possuem qualquer tipo de *status ontológico*, o que não é algo presente nas teorias *standards* sobre *proposições*.

Sobre a distinção entre objetos e objetivos não há muito mistério, uma vez que complexos podem ser representados linguisticamente por termos singulares como “a samambaia verde”, e objetivos, por sua vez, por sentenças como “a samambaia é verde”. Neste último caso, o que se coloca sob inquérito é um juízo acerca de um fato – o fato de que uma determinada samambaia é verde –, ao passo que “a samambaia verde” é a

¹⁶⁸ Cf. MEINONG, 1978, p. 145.

¹⁶⁹ Cf. FINDLAY, 1963, p. 60.

representação de um complexo que envolve, no mínimo, o conjunto de propriedades {planta, samambaia, verde}. Objetivos são, assim, objetos meramente semânticos que apontam para um valor de verdade, e como tal não podem ser espaçotemporais – o que com efeito é uma possibilidade apenas de complexos. Desse modo, ao passo que o ato de representar tem complexos como seus objetos, os objetivos pertencem aos juízos e suposições¹⁷⁰.

A factualidade de um objetivo é de suma importância para a distinção entre este e as *proposições*, pois, se o fato para o qual o objetivo aponta é verdadeiro, então o objetivo subsiste; todavia, se o fato para o qual o objetivo aponta é falso, então o objetivo não-subsiste. O factual, segundo Meinong, é definido em virtude de evidências que corroboram uma parte da realidade¹⁷¹, de modo que a factualidade “está, por sua própria natureza, localizada no final de uma escala de magnitude, uma escala cujos pontos podem ser concebidos como representando todos os graus de possibilidade¹⁷²”. Assim, “O que se afirma é verdadeiro quando concorda com o que é – ou com o que é factual¹⁷³”(MEINONG, 1983, p. 71) e “o impossível é aquilo que não é possível ou que fica no ponto zero da linha de possibilidade”¹⁷⁴(MEINONG, 1983, p. 71). Algo que pode ser representado pelo seguinte esquema:

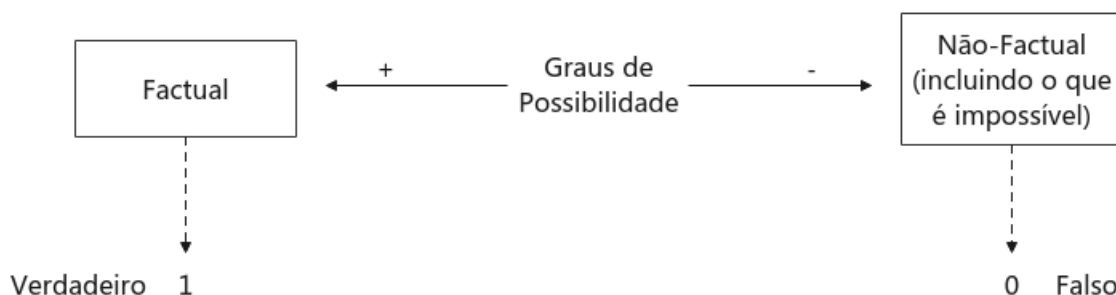


Figura 3.3 – Graus de possibilidade.

Os critérios que definem os graus de possibilidade são obtidos a partir de evidências que podem ser evidências de certeza (*Gewissheitsevidenz*) ou evidências presumíveis (*Vermutungsevidenz*). O primeiro tipo tem a característica necessária de ser verdadeiro ou falso e é obtido por meio de critérios lógicos, como no caso dos números em que podemos assegurar verdade ou falsidade por meio de provas baseadas em axiomas.

¹⁷⁰ Cf. KALSI, 1987, p. 33.

¹⁷¹ Cf. MEINONG, 1983, p. 68.

¹⁷² “is by its very nature located at the end of a scale of magnitude, a scale whose points can be conceived of as representing every degree of possibility”.

¹⁷³ “What one asserts is true when it agrees with what is – or with what is factual”

¹⁷⁴ “the impossible is that which is not possible or which stands at the zero-point of the possibility-line”

São evidências imediatas localizadas ou em 0 ou em 1. Já no segundo tipo está subsumido tudo o que se pode ser obtido por vias empíricas, de modo que por serem evidências mediadas pelos sentidos – estão localizadas no espectro entre 0 e 1, com maior ou menor proximidade de um destes a depender dos critérios adotados¹⁷⁵.

Dessa maneira, é possível afirmar ou negar fatos acerca do *ser-assim* de um determinado objeto. Para tais objetivos que colocam sob inquérito o conjunto de propriedades dos objetos, Meinong deu o nome de *objetivos-de-ser-assim* (*Soseinobjektiv*)¹⁷⁶, e eles podem ser caracterizados por aquilo que pertence às características de um objeto, de modo que se eles são factuais, como é o caso de “Edward Zalta é filósofo” e a “a tenda do Circo Voador é branca”, subsistem; mas, caso eles não sejam factuais, como é o caso de “Edward Zalta é jogador de futebol” e “a tenda do Circo Voador é roxa”, não subsistem.

Meinong também advertiu que os objetivos não devem ser reduzidos apenas ao que pertence à realidade pois:

Em tais circunstâncias, merece ser explicitamente enfatizado, sobretudo, que o objetivo, como qualquer outro objeto, geralmente admite a abordagem psicológica e, portanto, a exige. Mais precisamente, essa ênfase é dirigida contra o que me parecem duas visões totalmente errôneas. Em primeiro lugar, ela é dirigida contra a opinião, em conformidade com o “preconceito em favor do atual”, de que nosso saber, ou pelo menos nosso interesse, só pode ter a ver com o que é atual. Assim, se o objetivo não pertence à atualidade, então seria no máximo a experiência de apreendê-lo que poderia interessar à ciência. Mas a ênfase também é dirigida contra a interpretação relativista do conceito de objeto que, apelando não sem apoio etimológico ao “objetivo”, não ouvirá falar de nenhum objeto exceto em “objeto para o sujeito”. Essa interpretação despoja o objetivo dessa independência vis-à-vis a experiência de apreensão que, em minha opinião, pertence ao objetivo não menos essencialmente que a qualquer pedaço de realidade ‘fora de nós’.¹⁷⁷ (MEINONG, 1983, p. 49).

Em suma, se abraçado o conceito genérico de objeto e, assim, a possibilidade de direcionarmos nossos atos mentais ao *não-ser*, a exclusão do que está além dos limites

¹⁷⁵ Esse ponto será trabalhado de maneira mais pormenorizada, mais a frente, quando investigarmos as nuances epistêmicas da apreensão dos objetos.

¹⁷⁶ Cf. MEINONG, 1960, p. 82.

¹⁷⁷ Under such circumstances, it deserves to be explicitly emphasized above all, that the objective, like any other object, generally admits of the psychological approach and therefore demands it. More precisely, this emphasis is directed against what appear to me to be two thoroughly erroneous views. First and foremost, it is directed against the opinion, in conformity with the ‘prejudice in favour of the actual,’ that our knowing, or at least our interest can only have to do with what is actual. Thus, if the objective does not belong to actuality, then it would be at most the experience apprehending it that could concern science. But the emphasis is also directed against the relativistic interpretation of the concept of an object which, appealing not without etymological support to the “ob-jecting” won’t hear of any object except on “object for the subject”. This interpretation strips the objective of that independence vis-à-vis the apprehending experience which, in my belief, belongs to the objective no less essentially that to any bit of actuality ‘outside of us.’

da realidade como pertencente a um saber objetivo é consequência ou do “preconceito em favor do atual”, ou da visão que corrobora que todo objeto não-existente é imanente ao ato mental do sujeito. No entanto, a rigor, a distinção entre conteúdo e objeto rechaça tais possibilidades, de modo que o objeto é sempre transcendente ao sujeito, que por sua vez possui de maneira imanente em seus atos de julgar ou supor – ou seja, em seus objetivos – uma parte pictórica do objeto que é tomado como referência. Desse modo, objetivos como “Sherlock Holmes é detetive” e “Gandalf é mago” são considerados subsistentes, ao passo que “Sherlock Holmes é piloto de jato ultrasônico” e “Gandalf é um deus nórdico” são considerados não-subsistentes, em virtude da factualidade dos primeiros e da não-facturalidade dos últimos¹⁷⁸.

Há ainda, dentro da teoria de Meinong, objetivos que se referem a fatos relacionados ao *status ôntico* de um objeto, aos quais Meinong deu o nome de *objetivos-de-ser* (*Seinobjektivs*)¹⁷⁹, de modo que, como explicitou, em expressões como “É verdade que os antípodas existem”, a verdade é atribuída não ao objeto que constitui a sentença – os antípodas –, mas sim ao objetivo “que os antípodas existem”¹⁸⁰. E igualmente aos *objetivos-de-ser-assim*, os *objetivos-de-ser* também possuem – se factuais – o *status* de subsistentes, mas nunca de existentes¹⁸¹, de modo que podem ser apresentados da seguinte maneira:

1. “*x* existe”: juízo em que o que está envolvido é a atualidade espaçotemporal de *x*, de modo que, se verdadeiro, o objetivo, por ser um fato manifestado na realidade, subsiste – e.g. “Anya Taylor-Joy existe”, “Terence Parsons existe”; mas caso seja falso, e, portanto, não seja fatural, não subsiste – e.g. “a fonte da juventude existe”, “o quadrado redondo existe”.
2. “*x* subsiste”: em que o que está envolvido é alguma factualidade acerca de *x*¹⁸², e, em casos em que é confirmada, o objetivo subsiste – e.g. “a diferença entre a cor azul e a cor vermelha subsiste”, “os intervalos entre as notas da Sinfonia nº 9 de Beethoven subsistem”, “o objetivo acerca da diferença entre a cor azul e a cor vermelha subsiste”¹⁸³; já entre casos em que a factualidade é negada, o objetivo não subsiste – e.g. “a igualdade entre a cor azul e a cor vermelha subsiste”, “o *legato*¹⁸⁴ da primeira à última nota da Sinfonia nº 9 de Beethoven subsiste”, o

¹⁷⁸ Na páginas 51 e 52 são expostos os critérios adotados por Meinong para afirmar a factualidade acerca de personagens fictícias.

¹⁷⁹ Cf. MEINONG, 1960, p. 82.

¹⁸⁰ Cf. Ibidem, p. 80.

¹⁸¹ Cf. Ibidem, p. 80; (MEINONG, 1983, p. 51).

¹⁸² Findlay pontuou que há certamente ocasiões em que a subsistência não é evidente, como é o caso de fatos contingentes do mundo. Ver: Findlay (1963, p. 115).

¹⁸³ Note que esse último exemplo se trata de um objetivo acerca de outro objetivo. Essa progressão pode elencar uma cadeia infinita, mas, em última instância, deve estar erguida sobre um primeiro objetivo acerca de um objeto. Ver: Meinong (1983, p. 50-1).

¹⁸⁴ Frase musical executada com notas ligadas sem intervalos.

“objetivo acerca da igualdade entre a cor azul e a cor vermelha subsiste”.

Assim, os objetos, dentro da teoria de Meinong, podem ser subdivididos em dois grupos distintos: os complexos e os objetivos; de modo que a relação entre os dois não é uma relação mereológica da qual se segue que se o complexo (a parte) *é*, então um objetivo (o todo) que o contém também *é*¹⁸⁵. Objetivos se relacionam com fatos independentemente de qualquer *status ôntico*. No entanto, como notou Meinong, tais características poderiam trazer como dissabor o aparentemente paradoxal objetivo “Há objetos dos quais é verdadeiro que não há tais objetos¹⁸⁶” (MEINONG, 1960, p. 83), que, de certo modo, parece ser capaz de fazê-lo recair no antigo paradoxo do *não-ser*¹⁸⁷, uma vez que parece haver algo que é assumido e, ao mesmo tempo, não assumido; que algo é ao mesmo tempo afirmado e negado.

3.4 O princípio da indiferença

O princípio da intencionalidade, o princípio de independência, a irrestrita liberdade de suposição formam, até aqui, o corpo de axiomas e, respectivamente, dão objetividade às seguintes questões acerca de objetos irrealis: (1) objetos que não existem podem ser referências intencionais para conteúdos de atos mentais; (2) tais objetos têm propriedades genuínas; e (3) podem ser assumidos, de maneira intensional, por meio de suposições. Assim, é possível falar sobre as características até mesmo do *não-ser*. Entretanto, ainda assim, no final da última seção nos deparamos com o mesmo paradoxo surgido em Parmênides – e que colocou o “barbeiro” de Quine em apuros.

O imbróglio tem como cerne sentenças que envolvem negações existenciais, tendo em vista que se a Teoria dos Objetos assegura que o *não-ser* é um constituinte de seu escopo e, desse modo, constituinte de objetivos, então como é possível negar-lhe pelo menos a subsistência, uma vez que são assumidos fatos acerca dele que podem ser considerados subsistentes? Como uma primeira resposta, Meinong defendeu por algum período um terceiro modo de *ser*, ao qual nomeou como *Quasisein*¹⁸⁸, que subsumiria tudo o que pudesse ser dito, incluindo não-existentes e não-subsistentes. No entanto, além de nunca ter elucidado muito bem o conceito¹⁸⁹, a atribuição desse terceiro modo de *ser* deveria permitir – assim como nos casos da existência e da subsistência – uma negação, algo como um “*não-Quasiseinstente*”, e o problema, portanto, não seria dissolvido, pois haveria a necessidade de um quarto modo de *ser*, que, por sua vez, ao

¹⁸⁵ Cf. MEINONG, 1960, p. 84; o mesmo vale para se o complexo (a parte) não *é*, então um objetivo (o todo) que o contém também não *é*.

¹⁸⁶ "There are objects of which it is true that there are no such objects."

¹⁸⁷ Note que o objetivo apontado não é nem um *objetivo-de-ser-assim*, nem um *objetivo-de-ser*. Trata-se, na verdade, de uma negação existencial, que será objeto de nossa próxima seção.

¹⁸⁸ Cf. MEINONG, 1960, p. 84.

¹⁸⁹ Cf. JACQUETTE, 2015a, p. 60.

ser negado, levaria a um quinto modo e, assim, *ad infinitum*.

Para solucionar a questão de forma concreta, Meinong, em seu artigo de 1904, primeiro acrescentou à sua noção de objetivos também os inqueritos que lidam com juízos negativos que envolviam *status ontológicos*, e os chamou de *objetivos-de-não-ser* (*nichtseinsobjektivs*)¹⁹⁰. A ideia central é que juízos ou suposições que negam o *ser* de algo subsistem, se manifestarem um fato que condiz com a realidade, e assim como em qualquer outro objetivo, o que está em inquerito é um fato e não o objeto que constitui o objetivo, tampouco uma relação mereológica entre ambos, de modo que podem ser apresentados das seguintes maneiras:

1. “*x* não existe”: em que o que está envolvido é não atualidade espaço temporal de *x*, de modo que, se verdadeiro, o objetivo, por ser um fato manifestado na realidade, subsiste – e.g. “Pégaso não existe”, “o quadrado redondo não existe”; mas caso seja falso, e, portanto, não seja factual, não subsiste – e.g. “Terence Parsons não existe”, “o Morro da Urca não existe”.
2. “*x* não subsiste”: em que o que está envolvido é a não factualidade acerca de *x*, e, em casos em que é confirmada, o objetivo subsiste – e.g. “a igualdade entre a cor azul e a cor vermelha não subsiste”, “o *legato* da primeira à última nota da Sinfonia nº 9 de Beethoven não subsiste”, “o objetivo acerca da igualdade entre a cor azul e a cor vermelha não subsiste”; mas em casos em que a factualidade é negada, o objetivo não subsiste – e.g. “a diferença entre a cor azul e a cor vermelha não subsiste”, “os intervalos entre as notas da Sinfonia nº 9 de Beethoven não subsistem”, o “objetivo acerca da diferença entre a cor azul e a cor vermelha não subsiste”.

A noção de *objetivos-de-não-ser* introduz a ideia de que há fatos negativos e, mais ainda, que esses fatos são anteriores e independentes de nós. Eles podem ser considerados genuínos, se assumida a perspectiva que retratar o que é ausente no mundo é, ainda assim, retratar algo sobre a realidade da mesma forma como qualquer afirmação. Como ressaltou Meinong:

Vermelho e verde não são apenas diferentes; eles devem ser diferentes. Da mesma forma, 3 não é apenas de fato maior que 2, mas também necessariamente assim; e assim por diante. Agora, certamente também há negações que são necessariamente verdadeiras. Certamente é tão necessário negar a mesmice entre o vermelho e o verde quanto afirmar a diferença entre eles. Mas é igualmente certo que há negações nas quais a necessidade não tem

¹⁹⁰ Cf. MEINONG, 1960, p. 84.

parte¹⁹¹(MEINONG, 1983, p. 18).

Parece não haver, assim, a possibilidade de exorcizar fatos negativos acerca do universo¹⁹², tendo em vista que, ainda que todas as propriedades e objetos existentes do universo fossem revelados para nós, ainda assim, necessitaríamos de fatos negativos para demarcar as fronteiras desse universo, uma vez que somente assim saberíamos o que não há¹⁹³. E desse modo, o que não pertencesse a esse universo hipotético seria ausência e seria representado essencialmente por uma negação.

Ausências não são uma trivialidade, uma vez que são perfeitamente distintas umas das outras. A ausência de fantasmas no mundo real não é do mesmo tipo que a ausência de unicórnios ou a ausência de luz na escuridão ou a de silêncio no som¹⁹⁴. Essas ausências não são criadas em nosso pensamento, mas sim descobertas do mesmo modo que descobrimos um novo elemento químico ou um novo planeta. Confirmar o fato de que algo não existe contribui com o conhecimento da totalidade dos fatos acerca da realidade, pois demarca aquilo que não pertence a esta.¹⁹⁵

A legitimidade de fatos negativos corrobora o ponto de que o *ser* ou *não-ser* são questões inexpressivas para o objeto puro, pois a generalidade de seu conceito tem como condição primeira a posse de propriedades, e assim, a questão de seu *ser* ou *não-ser* é uma questão relacionada aos *objetivos*¹⁹⁶. Em virtude disso, Meinong postulou o princípio de indiferença do objeto puro em relação ao *ser* (*den Satz vom Aussersein des reinen Gegenstandes*)¹⁹⁷. Princípio no qual o objeto está abrigado no que Meinong denominou como *Aussersein* – que pode ser considerado um domínio semântico de absoluta neutralidade ôntica¹⁹⁸, no qual, do fato de que um objeto é algo, não se segue que o objeto *é*¹⁹⁹, pois o que genuinamente o consiste são as determinações internas de seu *ser-assim*²⁰⁰ e sem o envolvimento dos objetivos eles são indiferentes ao *ser*²⁰¹, de modo que, em relação à ontologia, pode ser representado do seguinte modo:

¹⁹¹ “Red and green are not just different; they must be different. Likewise, 3 is not just as a matter of fact greater than 2, but also necessarily thus; and so on. Now, there are certainly also negations that hold true necessarily. It is certainly every bit as necessary to negate sameness between red and green as it is to affirm differentness between them. But it is every bit as certain that there are negations in which necessity has no part”.

¹⁹² Cf. FINDLAY, 1963, p. 51.

¹⁹³ Cf. Ibidem, p. 51-2.

¹⁹⁴ Cf. Ibidem, p. 55.

¹⁹⁵ Cf. Ibidem, p. 152.

¹⁹⁶ Cf. MEINONG, 1960, p. 86.

¹⁹⁷ Cf. Ibidem, p. 86.

¹⁹⁸ Cf. JACQUETTE, 2015a, p. 59.

¹⁹⁹ Cf. CHISHOLM, 1973, p. 209-10.

²⁰⁰ Cf. FINDLAY, 1963, p. 49.

²⁰¹ Cf. LINDENFELD, 1980, p. 154.

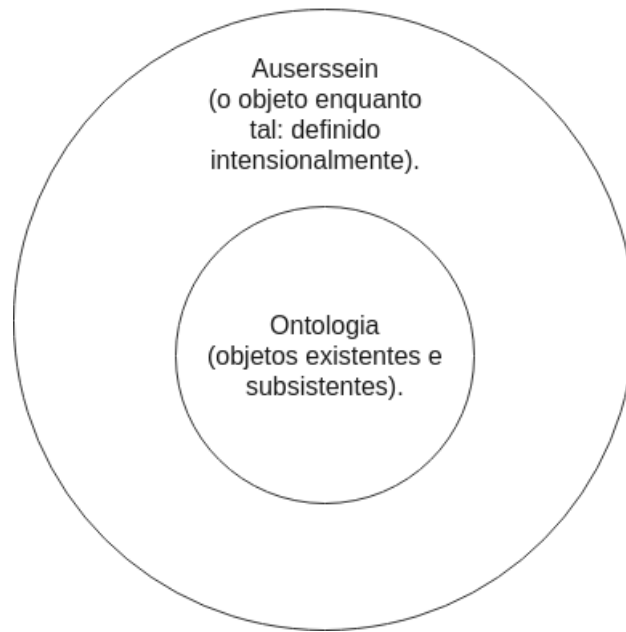


Figura 3.4 – O domínio do *Auserssein* do objeto puro em relação à ontologia.

O *Auserssein* subsume todos os objetos possíveis da Teoria dos Objetos, de maneira que qualquer conjunção arbitrária de instâncias particulares é um objeto que previamente possui a característica de *ser-dado*, independentemente de seu *status ontico*. É somente por meio de *objetivos-de-ser* e *objetivos-de-não-ser* que a questão do *ser* de um objeto é posta em jogo. Assim, assumir que um objeto *é* ou *não-é* é uma perspectiva secundária acerca do objeto, pois, não o exclui do conceito intensional assegurado pelo princípio de independência do *ser-assim* em relação ao *ser*. Essa é a solução de Meinong para o paradoxo do *não-ser*, de modo que podemos assumir que dizer algo como “o *não-ser* não é” não é uma contradição, pois a neutralidade de *status ontico* é sempre assegurada – e logicamente anterior²⁰² – ao objeto representado pelo sujeito da expressão. Assim, se segue que o objetivo envolvido na sentença “o *não-ser* não é” subsiste, embora o *não-ser* não exista, e, portanto, “Há objetos dos quais é verdadeiro que não há tais objetos”.

3.5 A apreensão do objeto

Para legitimar a teoria dos objetos como uma teoria genérica, intensional e objetiva, Meinong apresentou uma epistemologia que legitima tanto a apreensão do que existe, como a apreensão do que não existe, e que inclui até mesmo o que é logicamente impossível – ultrapassando, portanto, um domínio de abordagem restrito ao nível ontológico. Para tal, ele coadunou o princípio de intencionalidade – a relação entre o

²⁰² Cf. MEINONG, 1983, p. 94.

sujeito do conhecimento, o ato de conhecer e o que é conhecido; a irrestrita liberdade de suposição – a justificação da possibilidade de um sujeito assumir qualquer conjunção arbitrária de propriedades como o que é conhecido; o princípio de independência – uma definição intensional de objeto que subsume qualquer conjunção arbitrária como um objeto genuíno independentemente de seu *status ontico*; e o princípio de indiferença – o domínio semântico que abriga todos os objetos intensionais.

A apreensão do objeto que está previamente *dado* e abrigado no *Aussersein* é uma possibilidade que está em aberto para um sujeito e pode ser iniciada por meio de 2 classes distintas de experiências: atividade e passividade²⁰³. Essas duas classes distintas estão vinculadas ao modo como uma representação é posta como imanente ao conteúdo do sujeito. Ou seja, se é percebida – de modo passivo por meio dos sentidos – ou produzida – de modo ativo – via conjunção e justaposição de outras representações. No entanto, Meinong advertiu que representar não é apreender, pois:

O fato de os conteúdos representacionais e outras experiências de representação serem objetivos é, em primeira instância, apenas o fato da objetividade potencial, uma objetividade que se torna real apenas pelo advento de uma atividade pela qual o objeto relevante é apreendido como material de um objetivo – isto é, intentado²⁰⁴ (MEINONG, 1983, p. 206).

Representações são, portanto, um primeiro passo para a apreensão, são um adequado conjunto de propriedades representadas em um conteúdo que corresponde a um objeto de modo objetivo²⁰⁵. O ponto crucial que deve se seguir da representação ocorre por meio da atividade cognitiva que é posta nos objetivos²⁰⁶, de modo que, apreender depende sempre da experiência afirmativa ou negativa que advém dos atos de supor ou julgar²⁰⁷.

3.5.1 A apreensão do real

Acerca da apreensão de objetos reais, Meinong parte dos pressupostos que a realidade do mundo externo, e o conhecimento que advém dela, não podem ser negados – o que, de fato, não foi feito, pelo menos de maneira satisfatória, nem pelos maiores nomes do idealismo²⁰⁸; e que a atividade representacional compartilha uma

²⁰³ Cf. FINDLAY, 1963, p. 219.

²⁰⁴ The fact that representational contents and other presenting experiences are objective is in first instance just the fact of potential objectivity, an objectivity that becomes actual only by the advent of an activity through which the relevant object is apprehended as the material of an objective – i.e., is intended

²⁰⁵ Em contraste com a noção de subjetivo.

²⁰⁶ Objetos proposicionais da Teoria dos Objetos.

²⁰⁷ Cf. Ibidem, p. 221.

²⁰⁸ Cf. MEINONG, 1906a, p. 89.

estrutura com o mundo numênico²⁰⁹. A apreensão do que existe no mundo exterior, se inicia por vias empíricas. Nossos sentidos são passivos para o afeto causal das coisas externas, todavia o mero afeto causado pelos objetos externos em nossos órgãos sensoriais não é uma apreensão. Uma apreensão do que existe, segundo Meinong, só ocorre, de fato, se houver, além da relação causal que ocorre na passividade dos sentidos, um juízo ativo sobre esse afeto. Assim, uma vez que nossos sentidos captam algo, esse processo por si só não configura uma apreensão, se não envolver um contexto objetivo. Se, por exemplo, diante de um objeto real como o *Cristo Redentor* os sentidos de um sujeito são afetado e resultam numa representação em sua percepção interna, mas não há qualquer atividade de sua parte que evidencia ou manifesta que tenha tomado consciência daquele processo — como analogamente é o caso quando, por mera desatenção, passamos direto por algum conhecido, e apesar de o vermos, não o notamos –, esse sujeito não apreendeu aquilo que estimulou os seus sentidos. Mas se, por outro lado, além de ter seus sentidos afetados pelo *Cristo Redentor*, o sujeito julgou que ele existe ou que têm tais e tais propriedades, então, de fato, o apreendeu. Apreender o que é real é, assim, notar o afeto²¹⁰.

No entanto, Meinong não deixou de advertir que as evidências acerca de objetos externos são sempre presumíveis e nunca evidências de certeza – como aquelas que são necessárias pela própria natureza do objeto e que, por isso, se encontram nos limites dos graus de possibilidade (no factual ou no não-factual):

Que os aspectos externos não tenham evidência de certeza pode ser deduzido do grande número de erros demonstráveis com toda a certeza que se poderia desejar, e também emerge, como se pode acrescentar, de um exame cuidadoso de nosso comportamento em detalhes. Mas descobrimos que essa evidência de certeza não é nem mesmo inerente à percepção interna, a não ser como um caso limítrofe²¹¹ (MEINONG, 1906a, p. 90).

De fato, como Meinong apontou, qualquer exame sobre os inúmeros erros que resultaram de apreensões que se iniciaram por meio das percepções, parecem legitimar a inferência de que todo conhecimento obtido *a posteriori* não pode estar nos pontos 0 ou 1 dos graus de possibilidade, uma vez que nem mesmo do que nos parece (ilusoriamente) necessário pode ser assim assegurado:

²⁰⁹ Cf. GROSSMANN, 1974, p. 149.

²¹⁰ Obviamente, não é possível apreender todas as coisas das quais temos conhecimento que existem por meio da percepção. Meinong não desconsiderou que boa parte de nosso conhecimento é obtido por meio da linguagem – como no caso de conhecimento por testemunho de certas afirmações existenciais como "há cisnes negros" (MEINONG, 1906a, p. 89).

²¹¹ "Daß den äußeren Aspekten keine Evidenz der Gewißheit zukommt, das kann aus der großen Anzahl erweislicher Fehlshläge mit aller irgend wünschenswerten Sicherheit erschlossen werden, und ergibt sich, wie man wohl hinzufügen darf, bei sorgfältiger Prüfung unseres Verhaltens im einzelnen aueh ganz direkt. Aber wir haben gefunden, daß diese GewiBheitsevidenz auch nicht einmal der inneren Wahrnehmung anders denn als Grenzfall eigen ist".

Que uma pedra lançada vai na direção da terra e não para longe dela – essa é uma informação que, pelo menos antes do fórum do conhecimento humano, não poderia alegar ser necessariamente verdadeira em seu lado negativo do que poderia em seu lado positivo²¹²(MEINONG, 1983, p. 18).

No entanto, assim como ocorre com o exemplo supracitado, a resistência de certas evidências presumíveis à juízos conflitantes pode assegurar uma maior proximidade aos limites dos graus de possibilidade:

Além disso, se acharmos de outra forma inerente à evidência conjectural de que em diferentes circunstâncias se relaciona com conjecturas de força diferente, ou seja, diferentes graus de certeza, podemos esperar o mesmo na área dessa percepção externa e, portanto, como um indicador da máxima certeza garantida pela prova em certa medida consideram a resistência que a presunção em questão eventualmente oferece a juízos conflitantes que possam corrigi-la.²¹³(MEINONG, 1906a, p. 91).

Fazer um juízo correto, no entanto, não é o mesmo que deter um conhecimento acerca de algo, uma vez que isso pode ocorrer pelo caminho da mera opinião, mas, ainda assim, é apreender um objetivo que é factual e, portanto, subsiste. O conhecimento acerca de algo deve necessariamente passar pela apreensão de um objetivo e das evidências de presunção que corroboram sua factualidade. Por outro lado, um juízo falso acerca de algo não é a apreensão de um fato acerca do real²¹⁴, mas é uma apreensão de um objetivo que não-subsiste, ainda que seja sobre algo que exista – e.g. “Terence Parsons é jogador de basquete do Toronto Raptors”, “A UFRRJ está localizada em Santa Catarina”.

3.5.2 A apreensão do irreal

A ligação entre intenção e intensão, quando abordadas no domínio do que não existe, não tem como base a apreensão de modo passivo e *a posteriori* do conteúdo, em virtude da imaterialidade de seu objeto transcendente. Todo objeto irreal comunga a característica de não possuir – e, em hipótese alguma, poder vir a possuir – atualidade. Dentro da teoria do conhecimento meinonguiana, todo conteúdo acerca desse tipo de

²¹² “That a released stone goes in the direction of the earth and not away from it – that is a piece of information which, at least before the forum of human knowledge, could make no more claim to necessarily holding true on its negative side than it could on its positive side”.

²¹³ Fanden wir es überdies sonst den Vermutungsevidenzen eigen, daß sie sich unter verschiedenen Umständen auf Vermutungen verschiedener Stärke, d.h. verschiedenen Gewißheitsgrades, beziehen, so dürfen wir ähnliches auch auf dem Gebiete dieser äußeren Wahrnehmung erwarten und dabei als Anzeiger für das durch die Evidenz gewissermaßen verbürgte Gewißheitsmaximum den Widerstand betrachten, den die betreffende Vermutung ihr widerstreitenden, eventuell sie berichtenden Urteilen entgegensetzt.

²¹⁴ Cf. Ibidem, p. 30.

objeto sempre será advindo de uma representação produzida. No entanto, os objetos não-existentes não são uma categoria homogênea, e basicamente podem ser divididos em duas sub-categorias principais: os subsistentes e os não-subsistentes.

Em virtude da diferença supracitada, os critérios adotados como evidências são distintos para cada caso. Acerca de objetos subsistentes, Meinong deixou claro que tanto sua não-existência, como suas características podem ser corroboradas por meio de evidências de certeza²¹⁵ – como a suposição “o número 3 é maior que o número 2” – bem como suposições negativas que a corroboram, como “o número 1 não é maior do que o número 3” –, cujo objetivo pode ser representado por “o 3 é sucessor do 2”, que pode ser provado como factual por meio dos axiomas de Peano, e sua evidência posicionada no ponto 1 dos graus de possibilidade.

Já sobre não-subsistentes, afirmou a possibilidade de evidências de certeza acerca da não-existência de objetos impossíveis, em virtude de possuírem em seu *ser-assim* propriedades mutuamente excludentes e, por isso, carregarem a garantia de seu *não-ser*²¹⁶.

Sobre objetos que não-subsistem, mas que não são necessariamente impossíveis, Meinong não apontou para um critério muito pormenorizado, mas, ao que parece, aceitaria justificações baseadas em, pelo menos, dois tipos de *aboutness*: um trivial em que se afirma o que já está apresentado no objeto suposto, como “a montanha de ouro é de ouro”²¹⁷; e um outro, contextual como, por exemplo, no caso de ficções, uma vez que ao citar o Mefistófeles do poema *Fausto*, Meinong ressaltou que a personagem não pertence ao mundo real, pois “estritamente falando, há apenas uma realidade, a do empirismo, e uma "realidade estética" que está fora dela não é realidade”²¹⁸ (MEINONG, 1914c, p. 599), e afirmou que como critério sobre quais são as características pertencentes à personagem, deve ser levado em consideração o que foi dito pelo autor da obra, ou seja, Goethe²¹⁹. No entanto, Mefistófeles não deve ser considerada como um objeto criado por Goethe – bem como qualquer outra personagem da obra de qualquer outro autor –, mas sim como um objeto capturado no abundante reino do *Aussersein*²²⁰ e determinado por meio do discurso escrito²²¹.

²¹⁵ Cf. MEINONG, 1983, p. 18.

²¹⁶ Cf. MEINONG, 1960, p. 86.

²¹⁷ Cf. MEINONG, 1983, p. 197.

²¹⁸ “Genaugenommen gibt es eben nur eine Wirklichkeit, die der Empirie, und eine aufser ihr stehende „ästhetische Wirklichkeit“ ist gar keine Wirklichkeit”.

²¹⁹ Cf. MEINONG, 1914c, p. 599.

²²⁰ Cf. MEINONG, 1983, p. 197.

²²¹ Cf. MEINONG, 1914c, p. 604.

3.5.3 Semântica do objeto enquanto tal

Meinong certamente não foi um lógico e tampouco um filósofo da linguagem²²², sua filosofia foi sempre mais direcionada a questões realistas e analítico-psicológicas, de modo que a lógica e a linguagem constituem uma parte marginal de sua Teoria dos Objetos²²³. No entanto, por meio dos pormenores dos axiomas e nuances epistêmicas de sua teoria é possível analisar noções semânticas²²⁴ da Teoria dos Objetos – como questões como sentido e referência²²⁵.

De um modo geral a semântica da Teoria dos objetos pode ser ilustrada da seguinte maneira²²⁶:

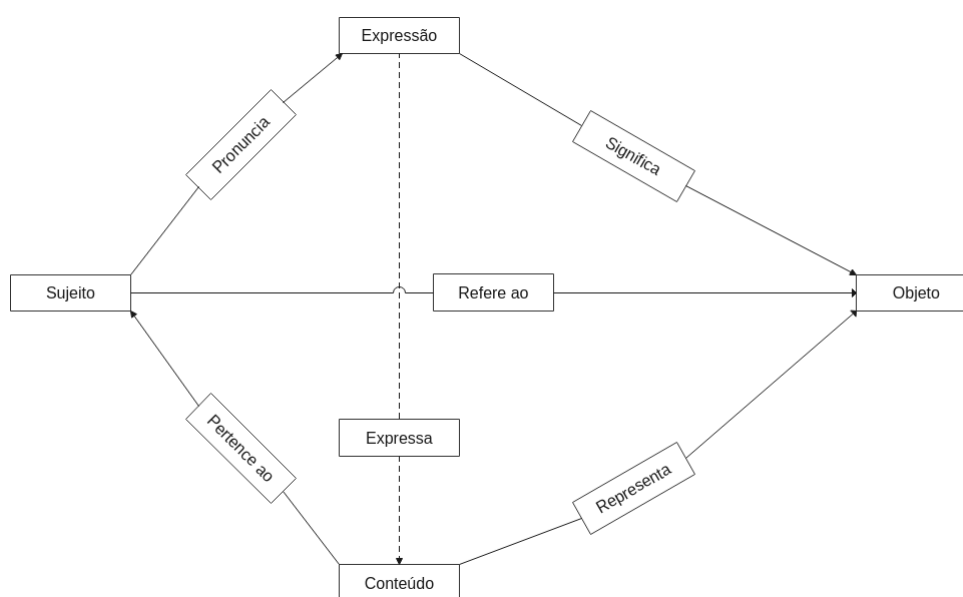


Figura 3.5 – Esquema sobre a semântica da Teoria dos Objetos em 1904.

O referir a um objeto sempre se dá de maneira proposicional por meio de uma expressão proferida que é análoga a um juízo ou uma suposição que tem como base o conteúdo representacional imanente no ato mental de um sujeito. A representação sempre é pictórica, de modo que resulta numa imagem-mental de inúmeras das instâncias particulares – mas não todas – de um objeto transcendente, que por sua vez é apreendido pelo sujeito quando este ativamente o julga ou supõe.

No caso dos objetos reais, a representação advém do afeto causal entre o objeto e os sentidos do sujeito; no caso dos irrealis da justaposição de instâncias assumidas.

²²² Cf. SIMONS, 1995, p. 185.

²²³ Cf. SIERSZULSKA, 2005, p. 18.

²²⁴ Que são certamente o cerne das críticas da tradição analítica a Meinong.

²²⁵ Cf. GROSSMANN, 1974, p. 186.

²²⁶ Cf. SIMONS, 1995, p. 174.

Em ambos os casos é possível referir ou falhar ao referir em virtude da apreensão ou não de objetivos factuais. Isto é, se de um objeto como o *Circo Voador* – definido de maneira intensional como {casa de shows, localizado na Lapa, tenda de cor branca na cobertura, ... letreiro iluminado na entrada, t, e} –, um sujeito, ao ter seus sentidos afetados, representa o conteúdo {casa de shows, tenda de cor branca na cobertura, t} e expressa juízos como “o Circo Voador é uma casa de shows”, ele apreendeu algo que é factual, e de fato se referiu ao objeto transcendente. No entanto, se expressa juízos como “O Circo Voador não tem um letreiro iluminado na entrada”, não apreendeu um objetivo factual e não fez referência, de fato, ao *Circo Voador*, mas sim a um outro objeto que, assim como o objetivo de seu juízo, não subsiste. Do mesmo modo, objetivos representados por sentenças como “o quadrado redondo é redondo”, “Anya Taylor-Joy é atriz” e “Sherlock Holmes é detetive” subsistem, pois, seguindo seus devidos critérios de evidência são factuais e suas expressões, de fato, fazem referência aos seus respectivos sujeitos, independentemente do *status ôntico* que possuem; e objetivos representados por sentenças “Sherlock Holmes não é detetive”, “Terence Parsons é nadador olímpico” e “Gandalf é bailarino” não subsistem. A semântica da Teoria dos Objetos segue um realismo que relaciona a estrutura de um conteúdo pictórico a estrutura de um *númeno* ao qual as palavras se referem.

3.6 A Teoria dos Objetos em 1904

A Teoria dos objetos tal como defendida por Meinong em seu manifesto de 1904 foi exposta no presente capítulo²²⁷ – sua taxonomia pode ser vista na figura 3.6 – e é certamente uma teoria objetiva e carregada com muitos matizes epistemológicos, ontológicos e semânticos. No entanto, essa não foi a versão final apresentada por Meinong. Mudanças importantes foram feitas durante mais de uma década, a fim de superar certas dificuldades e imprecisões. Mas, a despeito disso, a partir do “Über Gegenstandstheorie” se propagou na filosofia a imagem de um Meinong que nunca existiu e de uma Teoria dos Objetos um tanto quanto distorcida. No próximo capítulo analisaremos o surgimento desse Meinong não-existente e as questões envolvidas em seu *background*.

²²⁷ Obviamente, não em todas as suas instâncias, à medida que o conteúdo acerca dela – enquanto um objeto transcendente – é pictórico.

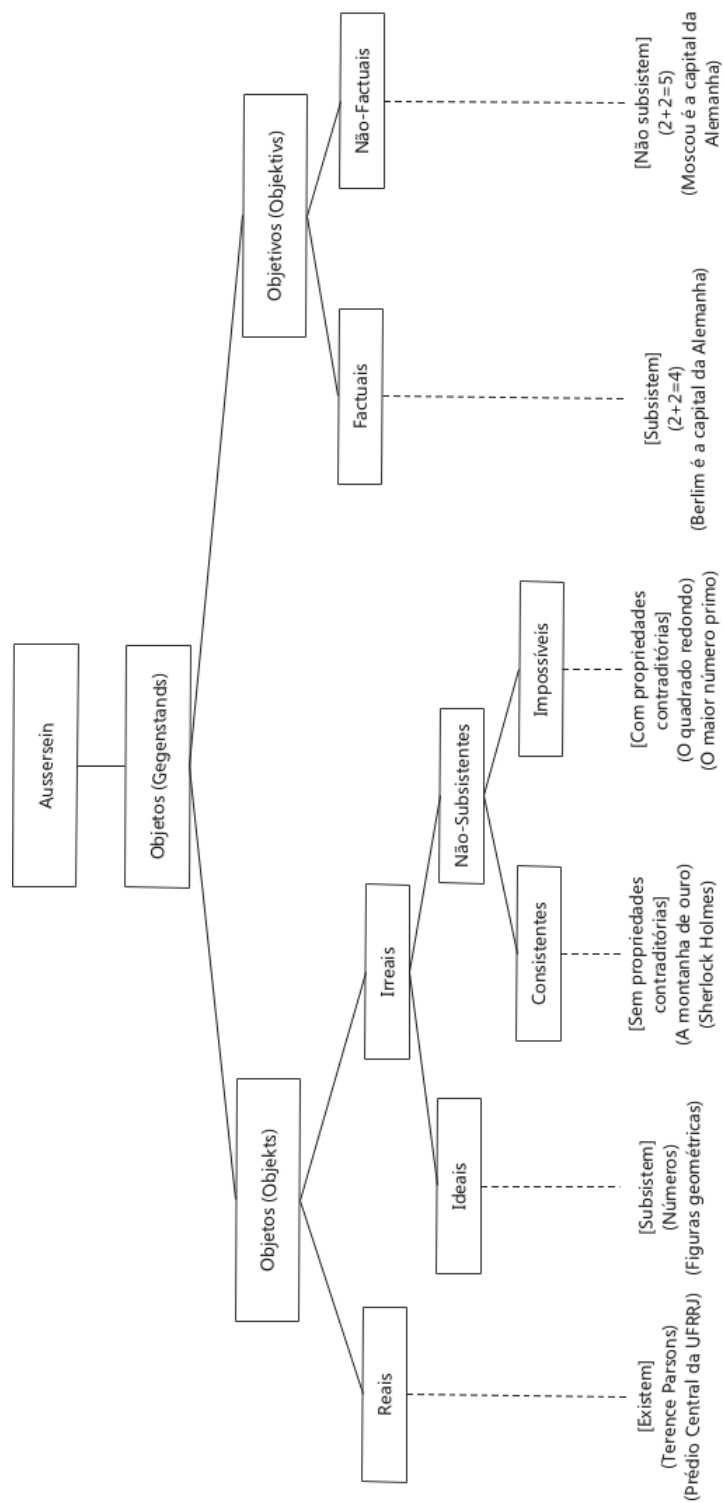


Figura 3.6 – Árvore de porfírio da Teoria dos Objetos em 1904.

4 O MEINONG MITOLÓGICO

Gilbert Ryle abriu o seu artigo “Intentionality-Theory and the Nature of Thinking” com os seguintes questionamentos:

Que diferenças Alexius Meinong fez na filosofia? Existem grandes lições, especialmente sobre a natureza do pensamento, das quais nós, [nos anos] 70, devemos dizer que as aprendemos ou, com arrependimento, que poderíamos e deveríamos tê-las aprendido com Meinong?²²⁸ (RYLE, 1973, p. 255).

Para logo em seguida concluir “...que a Teoria dos Objetos (*Gegenstandstheorie*), ela própria, está morta, enterrada e não será ressuscitada²²⁹” (RYLE, 1973, p. 255). Essa metáfora fúnebre e os questionamentos supracitados foram, sobretudo, direcionados a filósofos que a partir do início dos anos 60 retiraram a Teoria dos Objetos de um limbo de décadas, no qual foi pouquíssimo estudada – com um certo rigor e escrutínio – por falantes da língua inglesa. Essa nova onda de interesse pela Teoria dos Objetos²³⁰ – sobretudo, impulsionada pelos trabalhos de Roderick M. Chisholm, Jonh N. Findlay e Gustav Bergmann²³¹ – (re)colocou em pauta, ainda que de modo exíguo, a discussão sobre as possíveis contribuições de Meinong à história da filosofia²³². No entanto, é no mínimo curioso que o simples reinteresse pela Teoria dos Objetos tenha despertado não só a resistência de Ryle, mas, até mesmo – como é claro e evidente em sua crítica –, a sua aversão.

Penso que, para entender a aversão de Ryle à Teoria dos Objetos, é preciso, sobretudo, entender os motivos pelos quais a teoria foi desprezada por décadas. Em outras palavras, acredito que a origem do descaso de Ryle em relação a Meinong segue-se dos motivos que levaram ao negligenciamento de uma investigação pormenorizada da Teoria dos Objetos. E – o que é ainda pior – que tais motivos tiveram origem, em última instância, numa má interpretação do trabalho de Meinong que ecoou equivocadamente, durante muito tempo, como uma interpretação correta e definitiva. Desse modo, seguindo a metáfora de Ryle, se a ressurreição (ou tentativa de ressurreição) da Teoria dos Objetos ocorreu nos anos 60, sua morte ocorreu certamente no ano de 1905, por meio de uma execução sumária provocada por Bertrand Russell e seu célebre

²²⁸ “What differences did Alexius Meinong make to philosophy? Are there any big lessons, especially about the nature of thinking, of which we, in 1970, must say either that we did learn them or, repentantly, that we could and should have learned them from Meinong?”

²²⁹ “...that *Gegenstandstheorie* it self is dead, buried and not going to be resurrected”.

²³⁰ Atribuo como “nova onda de interesse” tendo em vista que a primeira grande manifestação de interesse pelas nuances da Teoria dos Objetos por um filósofo anglo-saxão tenha sido a de Bertrand Russell com suas resenhas publicadas no início do Século XX. Ver: Russell (1994c); Russell (1905b)

²³¹ Respectivamente com: Chisholm (1960); Findlay (1963); Bergmann (1967).

²³² Cf. GROSSMANN, 1969, p. 17.

artigo “On Denoting”. Pois, nesse texto, as críticas feitas a Meinong são diretas e se popularizaram dentro da filosofia analítica, mas – apesar dos argumentos altamente bem construídos e persuasivos –, sem dúvida, são, em sua maioria, críticas equivocadas²³³. Todavia, como apontou Nichollas Griffin em “Russell’s ‘Horrible Travesty’ of Meinong”, de 1977, não é justo afirmar que os mais de 50 anos nos quais a Teoria dos Objetos ficou esquecida (ou, como preferiria Ryle, enterrada) sejam explicados de maneira suficiente pela má interpretação feita por Russell²³⁴, pois, obviamente, participaram, ainda que indiretamente, de seu funeral e enterro todos aqueles que apenas ecoaram as críticas de Russell e, ao que parece, nunca investigaram com o devido rigor o que Meinong escreveu²³⁵ e que, desse modo, – mudando um pouco o teor das metáforas – “... de 1905 em diante, participaram indiretamente da destruição do edifício Meinonguiano [feita por] Russell, geralmente com a alegria aberta de um crítico de arquitetura ao contemplar a aniquilação da Disneylândia”²³⁶ (LAMBERT, 1983, p. 34).

No presente capítulo, apresento um Meinong mitológico que foi popularizado na literatura filosófica da tradição analítica²³⁷. Isto é, o Meinong e sua teoria, tal como são exibidos no “On Denoting”²³⁸. Para tal, exponho o problema que foi colocado em jogo, as soluções sugeridas por Russell e também suas críticas centrais feitas à teoria de Meinong, que penso serem o núcleo da injustiça histórica que se seguiu em relação à relevância filosófica da Teoria dos Objetos.

4.1 *Background semântico*

O *background* do nascimento do Meinong mitológico – e, por conseguinte, da morte da Teoria dos Objetos – é semântico. O cerne do problema em questão é a relação entre a linguagem e o que pode genuinamente ser expressado por meio dela; a relação entre nomes e as coisas nomeadas ou entre as expressões referenciais e as coisas às quais referem. O que está em jogo é a avaliação da melhor forma de representação da totalidade do conhecimento por meio das ferramentas que o homem dispõe: o pensamento e a linguagem. Apesar da crítica isolada em seu *Introdução à Filosofia da Matemática* – na qual disse que faltava à teoria de Meinong um “robusto sentimento de

²³³ Mais a frente esse tema será nosso objeto de investigação.

²³⁴ Cf. GRIFFIN, 1977, p. 51.

²³⁵ Um dos exemplos mais famosos – e que, mais a frente, será objeto de investigação no presente trabalho – é Willard v. Quine, que como aponta Graham Priest “...parece não ter interesse no envolvimento com filósofos históricos reais e seus argumentos (...appears to have no interest in engaging with actual historical philosophers and their arguments” (PRIEST, 2016, p. 341).

²³⁶ “...from 1905 on have participated vicariously in Russell’s destruction of the Meinongian edifice, usually with the open glee of an architectural critic at contemplating the annihilation of Disneyland”.

²³⁷ Cf. ROUTLEY; ROUTLEY, 2019, p. 165.

²³⁸ Posteriormente, no capítulo 6, abordaremos também, sob uma perspectiva lógica e ontológica, uma de suas variações mitológicas mais famosas de Meinong – o Wyman –, presente no artigo “Sobre o que Há” de Willard v. Quine.

realidade”²³⁹ –, as objeções de Russell enfatizaram principalmente questões relacionadas à resolução de paradoxos – sobretudo os que envolvem a violação dos princípios da não contradição e do terceiro excluído – e à análise lógica dos enunciados de existência²⁴⁰. As questões relacionadas a uma “estrutura da realidade” ou a algum tipo de importe ontológico, embora importantes, foram secundárias nos textos de Russell – principalmente, em seu período de maior interesse pela Teoria dos Objetos, entre os anos de 1904 e 1907²⁴¹.

O posicionamento de Russell em relação às teorias postuladas por Meinong nem sempre foi estritamente antagônico. Houve um breve período de certa simpatia acerca de alguns aspectos da Teoria dos Objetos que o levou a escrever, por exemplo, que “o primeiro artigo [“Über Gegenstandstheorie”] dá o que podemos suspeitar ser o termo final do desenvolvimento de Meinong longe do psicologismo; sua posição atual me parece clara e consistente e fecunda de resultados valiosos para a filosofia”²⁴² (RUSSELL, 1905b, p. 538), mas que, após a publicação do “On Denoting”, se transformou num indisfarçável posicionamento de objeção e hostilidade²⁴³. Essa transformação, certamente, foi ocasionada por sua mudança no entendimento de questões relacionadas à semântica e à denotação, que são nitidamente evidentes na comparação do “On Denoting” com trabalhos anteriores como o seu *Principles of Mathematics*, publicado em 1903 – mas escrito entre os anos de 1900 a 1902; seus artigos “On Meaning and Denotation of Phrases” e “On Meaning and Denotation” – ambos de 1903; “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, de 1904; e “The Existential Import of Phrases”, de 1905.

4.1.1 Proposições e seus constituintes

Em sua teoria inicial da denotação, presente em textos como *Principles of Mathematics* e “On Meaning and Denotation of Phrases”, Russell assumiu a posição de que há um mundo exterior ao pensamento, povoado por entidades objetivas e abstratas, e apontou a necessidade de uma “gramática filosófica”²⁴⁴ para uma análise da estrutura sintática e semântica de sentenças em seus pormenores – componente por componente – para que, desse modo, a gramática da linguagem natural pudesse ser tomada como

²³⁹ Cf. RUSSELL, 1981, p. 162.

²⁴⁰ Cf. SMITH, 1985, p. 305.

²⁴¹ Cf. ibidem, p. 306; Essa interpretação é, com efeito, reforçada nos textos de Alasdair Urquhart, como por exemplo, a sua introdução no *The Collected Papers of Bertrand Russell: Foundations of Logic 1903–05* e seu artigo “Logic e Denotation”, nos quais faz uma exposição histórica de cartas e anotações feitas pelo próprio Russell durante os anos do desenvolvimento de sua Teoria da Descrições. Cf. RUSSELL (1994a); Cf. URQUHART, 2009, p. 11, 22-3.

²⁴² “the first article [“Über Gegenstandstheorie”] gives what we may suspect is the final term of meinong’s development away from psychologism; his presente position appears to me clear and consistent and fruitful of valuable results for philosophy”.

²⁴³ Cf. JACQUETTE, 2015c, p. 111.

²⁴⁴ Cf. RUSSELL, 2010, p. 43.

uma guia ou uma ferramenta para descobertas acerca dos pensamentos que as palavras constituintes de uma sentença transmitem acerca do mundo, de uma maneira objetiva e extra-mental. Assim, Russell adotou a noção de sentenças como complexos linguísticos – cujos constituintes especialmente importantes são os substantivos, os adjetivos e os verbos²⁴⁵ – que expressam ou significam de maneira adequada *proposições*, que, por sua vez, são elementos não-linguísticos que contêm as entidades indicadas pelos constituintes da sentença²⁴⁶ e cujo valor de verdade é definido por meio de uma relação de correspondência entre as palavras e a realidade²⁴⁷.

A estrutura sintática e funções gramaticais dos elementos de uma sentença refletem relações entre entidades particulares e universais que constituem uma *proposição*. Desse modo, o substantivo representa o *sujeito lógico* de uma proposição – aquilo sobre o que algo é dito – e corresponde, na maioria das vezes²⁴⁸, ao que Russell nomeou como *coisa*, um particular que é indicado, em última instância, por um nome próprio e deve representar necessariamente algo que existe²⁴⁹, que é espaçotemporal²⁵⁰ – que denota algo, embora seja desprovido de um significado (*meaning*)²⁵¹; o adjetivo e o verbo representam *conceitos*, nos quais o primeiro corresponde a *propriedades* ou *conceitos-de-classes*, e o segundo *relações*²⁵² – que podem variar a nomes verbais²⁵³. Assim, uma sentença do tipo “Anya Taylor-Joy é humana” é a forma linguística de uma proposição que tem como *sujeito lógico* uma *coisa* – a atriz Anya Taylor-Joy – sob a qual é afirmada a relação com um *conceito* – o de *humanidade*.

Embora, a princípio, pareça que numa estrutura S é P haja uma afirmação, e não uma *relação* de uma *coisa* com uma *propriedade*, Russell destacou que a ideia que é expressa por uma sentença do tipo “Anya Taylor-Joy é humana” é a mesma que “Anya Taylor-Joy tem humanidade” ou “humanidade pertence à Anya Taylor-Joy”²⁵⁴, e, assim, embora possuam formas gramaticalmente distintas, o que está envolvido na junção dos *conceitos* expressos pelo verbo “é” e o adjetivo “humana” – que, enquanto

²⁴⁵ Cf. RUSSELL, 2010, p. 43.

²⁴⁶ Cf. URQUHART, 2009, p.15.

²⁴⁷ Cf. KAPLAN, 2005, p. 934.

²⁴⁸ Veremos que, as vezes, *conceitos denotativos* e nomes verbais podem ocupar essa posição.

²⁴⁹ Com exceção dos números, que Russell considera que têm uma espécie de “realidade platônica”. Ver: Cf. RUSSELL, 2010, p. xxxvi.

²⁵⁰ Cf. *ibidem*, p. 45.

²⁵¹ Cf. RUSSELL, 1994e, p. 284.

²⁵² Russell destaca que até mesmo em sentenças contendo verbos intransitivos – como “Smith respira” – a noção expressada pelo verbo é complexa e passa a noção de relação definida com algo indefinido (RUSSELL, 2010, p. 45);

²⁵³ Como veremos mais a frente, esse é um ponto particularmente importante no que concerne as críticas feitas a Meinong. Basicamente, Russell aponta que é possível obter *sujeitos lógicos* a partir das relações que são expostas em proposições. Isto é, de “Smith respira”, “A difere de B” ou “César morreu” é possível obter variações que podem ocupar a posição de *sujeito lógico* como “A respiração de Smith é verdadeira”, “A diferença entre A e B é verdadeira”, “A verdade da morte de César” (RUSSELL, 2010, p. 49).

²⁵⁴ Cf. RUSSELL, 2010, p. 46.

conceitos, não denotam, mas possuem um significado – é uma entidade universal²⁵⁵. No caso citado, *humanidade* indica uma coleção de tudo aquilo que denota e está relacionado ao *conceito-de-classe* ou *propriedade humano*. Indica a *classe* dos *humanos*.

Classes, segundo Russell, são as coleções de todas as *coisas* que exemplificam uma determinada *propriedade*²⁵⁶. A definição de *classe* é extensional, mas, como destacou Russell, por questões práticas atribuímos uma definição intensional – “os objetos que denotam tais e tais conceitos”²⁵⁷ –, no lugar da mera enumeração e conjunção de todas as *coisas*, pois, enumerar todas as *coisas* pertencentes a uma determinada *classe*, em alguns casos, seria humanamente impossível²⁵⁸ – como, por exemplo, classes infinitas, como é o caso dos números naturais.

Para explicitar ainda mais a noção de definição intensional de *classe* – bem como a simetria entre os constituintes da *proposição* e da sentença –, Russell adotou as noções indefiníveis de variável e função proposicional. De um ponto de vista lógico, funções proposicionais são estruturas do tipo $\varphi(x)$, cujo valor de verdade somente é determinado quando o nome de uma *coisa* ocupa o lugar da variável. Desse modo, para $\varphi =$ “é humano”, temos uma função do tipo “x é humano”, cujo valor é indeterminado, mas é verdadeiro para os nomes “Anya Taylor-Joy” ou “Tom Morello”, e falsa para “George Solitário”. Assim, com o aporte das noções indefiníveis, a definição intensional de *classe* também pode ser estabelecida como a conjunção numérica de todas as *coisas* que ao satisfazerem a variável de uma determinada função proposicional, asseguram-lhe o valor verdadeiro.

Russell nomeou o *sujeito lógico* – o elemento que pode ocupar o lugar da variável – de uma proposição como *termo* e indicou que este é “qualquer coisa que pode ser um objeto do pensamento, ou pode ocorrer em qualquer proposição verdadeira ou falsa, ou pode ser contado como *um*”²⁵⁹ (RUSSELL, 2010, p. 46). Assim, conferiu aos *termos* a necessidade lógica de um *status ontológico*, pois se algo é dito, é porque previamente este algo tem um *ser*, e, além disso, conferiu também aos *termos* um princípio de identidade advindo da *unidade* da *entidade* que é o *sujeito lógico* de uma *proposição*²⁶⁰. Ademais, há também a afirmação de que até mesmo os *termos* que constituem proposições falsas, de algum modo *são*. Esse ponto é defendido por Russell, em virtude de uma relação – à qual nomeou como *asserção*²⁶¹ – entre a *proposição* e a verdade, entre o que é afirmado ou negado de algo e a realidade. Desse modo, em proposições como “Anya Taylor-

²⁵⁵ Cf. RUSSELL, 1994e, p. 284.

²⁵⁶ Cf. RUSSELL, 2010, p. 73.

²⁵⁷ Cf. Ibidem, p. 70.

²⁵⁸ Cf. Ibidem, p. 67-8.

²⁵⁹ “Whatever may be an object of thought, or may occur in any true or false proposition, or can be counted as *one*”

²⁶⁰ Russell, certamente, faz uma abordagem um tanto quanto confusa ao realizar, pela primeira vez no texto, a definição de *termo*. Na próxima subseção apontaremos alguns pontos.

²⁶¹ Cf. ibidem, p. 40

Joy é humana” e “Anyta Taylo-Joy é sereia”, o que está sendo *asserido* é que uma *coisa* instancia um *conceito*, e independentemente de seu valor de verdade, todos os elementos envolvidos tem um *status ontológico*, a *coisa*, a *relação* e o *conceito-de-classe*. Assim, por ser constituída exclusivamente de componentes que tem *ser*, a própria proposição também é²⁶². Ou seja, há uma relação mereológica entre a *proposição* e seus constituintes no que concerne ao *ser*.

4.1.2 Termos que não são *termos*

A afirmação de que tudo o que pode ser contado ou dito é chamado de *termo* parece ser isolada e equivocada, dentro do *background* semântico da teoria da denotação russelliana. Pois, a *asserção* acerca das *coisas* não é meramente linguística, mas sim uma relação que pressupõe que o que está sendo dito é sobre algo que existe na realidade. Em outras palavras, o *sujeito lógico* de uma proposição deve necessariamente existir – ainda que o que esteja sendo dito sobre ele seja falso. Dessa maneira, a *proposição* e os *conceitos* não têm o mesmo *status ontológico* que a *coisa*, porque, enquanto há a necessidade de denotação à última, tanto a *proposição* como as *relações* e *conceitos-de-classe* não necessariamente denotam, como no caso dos *conceitos* que não formam *classes* por não possuírem *coisas* que os exemplifiquem – e.g. “sereia” ou “centauro”. Em virtude disso, Russell fez uma distinção entre dois tipos de *status ontológicos*:

A distinção entre *Ser* e existência é importante e bem ilustrada pelo processo de contagem. O que pode ser contado deve ser algo, e certamente deve ser, embora não precise de forma alguma possuir o privilégio adicional de existência. Assim, o que demandamos dos termos de nossa coleção é apenas que cada um seja uma entidade²⁶³ (RUSSELL, 2010, p. 72).

Ser é, portanto, a noção mais genérica do que constitui a realidade e é colocado em função da noção de poder ser contado, dito e ser significativo²⁶⁴, enquanto existir é um privilégio de indivíduos que são espaçotemporais (ou que existem de maneira abstrata como os números). Em outra passagem ainda mais conhecida, Russell diz:

Ser é aquilo que pertence a todo termo concebível, a todo possível objeto

²⁶² Russell dá prioridade a estrutura da *proposição*, no entanto, esse posicionamento é um tanto quanto estranho, visto que *proposições* são elementos que contêm as entidades da própria realidade, numa perspectiva lógica, não há a possibilidade de proposições falsas *asserirem* qualquer relação verdadeira entre *coisas* e *conceitos*. A solução oferecida por Russell é indicar que proposições falsas são *inasseridas* (*unasserted*) não numa perspectiva lógica, mas sim numa perspectiva psicológica (RUSSELL, 2010, p. 72).

²⁶³ “The distinction of Being and existence is important, and is well illustrated by the process of counting. What can be counted must be something, and must certainly be, though it need by no means be possessed of the further privilege of existence. Thus what we demand of the terms of our collection is merely that each should be an entity”.

²⁶⁴ Cf. BEANEY, 2003, p. 157.

de pensamento – em resumo, a tudo o que pode possivelmente ocorrer em qualquer proposição, verdadeira ou falsa, e a todas essas proposições em si. O ser pertence a tudo o que pode ser contado. Se A for qualquer termo que pode ser contado como um, é claro que A é algo e, portanto, que A é. “A não é” deve ser sempre falso ou sem sentido. Pois se A fosse nada, não poderia ser dito que não é; “A não é” implica que há um termo A cujo ser é negado e, portanto, que A é. Assim, a menos que “A não é” soe vazio, deve ser falso – o que quer que A seja, certamente é. Números, os deuses homéricos, relações, quimeras e espaços quadridimensionais, todos têm *ser*, pois, se não fossem entidades de um tipo, não poderíamos fazer proposições sobre eles. Assim, *ser* é um atributo geral de tudo, e mencionar qualquer coisa é mostrar que é²⁶⁵(RUSSELL, 2010, p. 455).

Russell, aparentemente, reforçou a ideia de que atribui *ser* a tudo o que pode ser contado como constituinte de uma proposição, independentemente do valor de verdade que possa ser atribuído a esta. E, mais ainda, afirmou que a negação do *ser* de algo é ou uma contradição, ou sem sentido. Mas em ambas as passagens, a utilização da palavra “termo” não está definida no mesmo sentido que *termo*, pois o primeiro significa o que constitui uma sentença – as palavras significativas, constituintes meramente linguísticas –, enquanto o segundo diz respeito apenas ao *sujeito lógico* da *proposição*, e este deve necessariamente existir e ser o único constituinte que pode ser representado por um termo – no sentido linguístico – que ocupa a posição de sujeito gramatical.

A não distinção entre os significados de “termo” e *termo* gerou algumas interpretações confusas que imputaram à teoria semântica do *Principles* uma espécie de ontologia altamente inclusiva que afirma que tudo o que tem significado pode ser o *sujeito lógico*, como pode ser visto em Ayer:

[No *Principles of Mathematics*] Tudo o que pudesse ser mencionado era por ele [Russell] considerado um termo: qualquer termo poderia ser o sujeito lógico de uma proposição; e qualquer coisa que pudesse ser o sujeito lógico de uma proposição poderia ser nomeada. Concluí que se poderia, em princípio, usar nomes para se referir não apenas a qualquer coisa particular que existe em qualquer lugar e tempo, mas também a entidades abstratas de todos os tipos, a coisas inexistentes como o atual Czar da Rússia, a entidades mitológicas como o Ciclope, e o mesmo para entidades logicamente impossíveis como o

²⁶⁵ “Being is that which belongs to every conceivable term, to every possible object of thought—in short to everything that can possibly occur in any proposition, true or false, and to all such propositions themselves. Being belongs to whatever can be counted. If A be any term that can be counted as one, it is plain that A is something, and therefore that A is. “A is not” must always be either false or meaningless. For if A were nothing, it could not be said not to be; “A is not” implies that there is a term A whose being is denied, and hence that A is. Thus unless “A is not” be an empty sound, it must be false—whatever A may be, it certainly is. Numbers, the Homeric gods, relations, chimeras and four-dimensional spaces all have being, for if they were not entities of a kind, we could make no propositions about them. Thus being is a general attribute of everything, and to mention anything is to show that it is”.

maior número primo²⁶⁶ (AYER, 1974, p. 52).

Ou ainda, uma espécie de realismo modal, como pode ser visto em Pears:

Russell [no *Principles*] acreditava que toda expressão, longa ou curta, deve denotar alguma coisa, ou então não terá sentido. Agora, essa teoria não implica que uma palavra como 'dragão' denota uma espécie real de animal, ou que a expressão 'a filha de Hitler' denota uma mulher real. Mas, quando uma expressão carece de uma denotação real, a teoria atribui a ela uma denotação que não pertence ao mundo real. Os dragões e os filhos de Hitler deveriam existir em outro mundo²⁶⁷ (PEARS, 1967, p. 13).

Contudo, a despeito das interpretações supracitadas que inferem que no *Principles* qualquer "termo" denota, Russell explicitou a distinção entre "termos" e *termos* ao afirmar que *conceitos* distintos podem fazer parte de uma mesma extensão, ao passo que *conceitos-vazios* nada denotam. Isto é, numa sentença como "homens são mortais", aparentemente dois *conceitos* estão sendo relacionados, no entanto, o conceito *mortal* não é sobre *homens* mas sim sobre as *coisas* que pertencem a *classe* dos homens²⁶⁸, e, desse modo, pode ser representado pela implicação "se x é homem, então x é mortal". O que não é o caso para "quimeras são animais", pois seria equivalente a "x é quimera implica x é animal", mas quimera é um *conceito-vazio*, e, portanto, não possui nada que satisfaça de modo verdadeiro o lugar da variável²⁶⁹.

Assim, como notou Makin²⁷⁰, não há uma ontologia extravagante na concepção semântica de Russell, mas sim a defesa do *ser* do que é significativo, de um modo distinto do que pode ser um *termo*. Negar o *ser* de qualquer termo é inconcebível, mas isso não é o mesmo que afirmar que qualquer "termo" é um *termo*, ou, em outras palavras, não é o mesmo que afirmar que tudo o que *é*, também existe. Portanto, quimeras e deuses homéricos podem ser ditos – falsamente – como *conceitos* de algo, em virtude de seus significados, contudo, não podem ser algo acerca do que um *conceito* é dito, à medida que não possuem pelo menos uma *coisa* que os exemplifica. Logo, nunca podem ocupar o lugar de uma variável numa função proposicional, mas

²⁶⁶ "Anything that could be mentioned was said by him to be a term: any term could be the logical subject of a proposition; and anything that could be the logical subject of a proposition could be named. I followed that one could in principle use names to refer not only to any particular thing that exists at any place and time, but also to abstract entities of all sorts, to non-existent things like the present Tsar of Russia, to mythological entities like the Cyclops, even to logically impossible entities like the greatest prime number".

²⁶⁷ "Russell had believed that every phrase, long or short, must denote something, or else be meaningless. Now that theory does not imply that a word like 'dragon' denotes an actual species of animal, or that the phrase 'the daughter of Hitler' denotes an actual woman. But, when a phrase lacks an actual denotation, the theory would credit it with a denotation not belonging to the actual world. Dragons and Hitler's children are supposed to exist in another world."

²⁶⁸ Cf. RUSSELL, 2010, p. 55.

²⁶⁹ Cf. *ibidem*, p. 75.

²⁷⁰ Cf. MAKIN, 2009, p. 85.

sim, somente a posição de *conceito* de funções proposicionais cujo valor de verdade é necessariamente falso.

4.1.3 Conceito denotativo

A relação de *asserção* pressupõe um modo de conhecimento e apreensão da realidade. Em sua teoria inicial da denotação, Russell deixou claro que, para ele, *proposições*, *coisas* e *conceitos* são componentes com um *status ontológico*, que podem ser expressados por meio de sentenças, mas não foi tão esclarecedor sobre o que assegura um determinado valor veritativo numa *asserção*. A noção de verdade como correspondência foi assumida²⁷¹, mas não foi muito elucidada²⁷². No entanto, algo que Russell deixou claro foi que ele entendia que havia a possibilidade de uma *asserção* obtida de maneira indireta por meio de proposições em que o *sujeito lógico* estaria oculto “devido a uma relação lógica entre alguns conceitos e alguns termos, em virtude da qual tais conceitos inerentemente e logicamente *denotam*²⁷³ tais termos²⁷⁴” (RUSSELL, 2010, p. 56).

Assim, a *asserção* poderia não somente ser obtida da relação entre um *indivíduo* e uma *propriedade* que este exemplifica, como em “Terence Parsons é humano”, mas também, da relação entre *conceitos* – quando estes não são vazios –, como é o caso em “humanos são mortais”. Russell destacou que *predicados* quando colocados na posição de sujeito podem abrigar inúmeras noções cognatas, e, desse modo, em sentenças como “humanos são mortais”, *humano* poderiam trazer consigo noções como *o homem*²⁷⁵, *um homem*, *algum homem*, *qualquer homem*, *todo homem* e *todos homens*²⁷⁶. Assim, a *asserção* para sentenças que envolvem tais expressões são mais complexas, pois, ao passo que em “Terence Parsons é humano” o que está envolvido é uma *asserção* acerca da relação entre uma *coisa* – o filósofo *Terence Parsons* – e um *conceito* de maneira direta, em predicados acompanhados por *o*, *um*, *algum*, *qualquer*, *todo* e *todos*, o que está envolvido na *asserção* não são propriamente as expressões que eles formam, mas sim, de maneira indireta, a *coisa* ou a combinação de várias *coisas* que elas denotam²⁷⁷, sendo, as próprias expressões cognatas, intermediárias na relação de *asserção*. Russell nomeou tais expressões cognatas como “expressões denotativas” e as definiu como o que é constituído por um *conceito-de-classe* precedido pelas palavras *o*, *um*, *algum*, *qualquer*,

²⁷¹ Cf. RUSSELL, 2010, p. 29.

²⁷² O que, como veremos, é feito no “On Denoting” por meio da distinção entre conhecimento por familiaridade (*knowledge by acquaintance*) e conhecimento por descrição (*knowledge by description*).

²⁷³ Nessa passagem Russell destacou o verbo denotar ao invés de destacar termos. Aparentemente foi um equívoco.

²⁷⁴ “due to a logical relation between some concepts and some terms, in virtue of which such concepts inherently and logically *denote* such terms”.

²⁷⁵ No original “man”, mas traduzo com o artigo definido para destacar a ideia de unicidade.

²⁷⁶ “man, a man, some man, any man, every man, all men” Cf. *ibidem*, p. 46.

²⁷⁷ Cf. *ibidem*, p. 54.

todo ou *todos* – ou qualquer palavra sinônima²⁷⁸ –, e denominou a relação destes com as *coisas* denotadas como *conceitos denotativos* (*denoting concepts*).

Os *conceitos denotativos* são constituintes não-linguísticos das *proposições* e, quando relacionados a *conceitos-de-classe*, podem denotar *objetos* de maneira indefinida como nos seguintes casos²⁷⁹:

1. *Todo humano* denota *Anya Taylor-Joy e Terence Parsons e...* *Dan Brown*, em que todas as *coisas* que satisfazem a variável da função “x é humano” são tomadas coletivamente em conjunção e.g. “*Anya Taylor-Joy e Terence Parsons e... Dan Brown são humanos*”.
2. *Cada humano* denota *Anya Taylor-Joy e Terence Parsons e...* *Dan Brown*, em que todas as *coisas* que satisfazem a variável da função “x é humano” são tomadas distributivamente em conjunção. Isto é, “*Anya Taylor-Joy é humana e Terence Parsons é humano e... Dan Brown é humano*”
3. *Qualquer humano* denota *Anya Taylor-Joy ou Terence Parsons ou...* *Dan Brown*, em que a disjunção inclui que a noção de *um ou outro* (*either*), ou ambos (*both*) podem substituir a variável da função “x é humano”.
4. *Um humano* denota *Anya Taylor-Joy ou Terence Parsons ou...* *Dan Brown*, em que a disjunção inclui somente a noção *um ou outro* – ou seja, há apenas uma *coisa* que substitui de modo verdadeiro a variável –, mas é tomada de maneira indeterminada.
5. *Algum humano* denota *Anya Taylor-Joy ou Terence Parsons ou...* *Dan Brown*, em que a disjunção inclui somente a noção *um ou outro* – ou seja, há apenas uma *coisa* substitui de modo verdadeiro a variável –, e é tomada de maneira determinada.

Ou de maneira definida como no caso do uso do artigo definido *o* (*the*). Pois, segundo Russell, quando usado corretamente – passando a ideia de singularidade –, o artigo definido implica um *conceito-de-classe* que é exemplificado por somente uma *coisa*, derivando assim uma classe unitária²⁸⁰. Dessa maneira, uma expressão do tipo *o vencedor do prêmio nobel de literatura de 2016* é um *conceito denotativo* que denota a mesma *coisa* que o nome próprio “*Bob Dylan*”, embora somente a expressão denotativa tenha um significado.

A despeito da distinção truncada que Russell fez às noções de conjunção e de disjunção, o cerne da questão é que, em sua teoria semântica inicial, ele parece entender que *conceitos denotativos* – quando não são vazios – além de significativos

²⁷⁸ Cf. *ibidem*, p. 57.

²⁷⁹ Cf. *ibidem*, p. 60.

²⁸⁰ Cf. RUSSELL, 2010, p. 64.

realmente denotam, não sendo, portanto, nem uma *coisa* – em virtude, desta não ter um significado – nem simplesmente um *conceito* – pois, este não denota. Essa posição foi corroborada em “On Meaning and Denotation” quando Russell disse que “existem expressões que têm a ver somente com denotação, outras que têm a ver somente com significado, e ainda outros que têm a ver com ambos²⁸¹” (RUSSELL, 1994d, p. 317).

Russell observou ainda que a combinação de inúmeros *termos*, enquanto *sujeito lógico* de uma proposição, não é um *termo*, uma vez que este é relacionado à *unidade*. Diante desse imbróglio, Russell introduziu um novo conceito a sua teoria da denotação – o de *objeto* –, sobre o qual disse “usarei a palavra *objeto* em um sentido mais amplo do que *termo*, para abranger tanto o singular quanto o plural²⁸²” (RUSSELL, 2010, p. 56). Portanto, para Russell, *objeto* é ligado à denotação e, por subsumir combinações de *termos*, tem um sentido mais amplo do que *termo*, mas não é tão genérico quanto *ser*, visto que este último não é estritamente relacionado com a denotação, mas sim com o significado das palavras²⁸³. No entanto, essa solução, juntamente com a noção de *conceitos denotativos*, parece ser *ad hoc* e truncar a “gramática filosófica” pretendida por Russell, além de não dar conta de sentenças da linguagem natural que possuem como sujeito gramatical expressões denotativas que nada denotam. O que, com efeito, o fez reformular posteriormente a sua teoria da denotação.

4.2 On Denoting

O “On Denoting” é um dos textos mais célebres da filosofia analítica e um dos mais importantes estudos filosóficos do século XX²⁸⁴. Trata-se de um texto cuja teoria abordada pode ser considerada um “paradigma da filosofia”²⁸⁵. De fato, a proposta e as aplicações da teoria da denotação – sobretudo a teoria das descrições definidas – apresentadas neste texto foram originais e revolucionárias. O movimento argumentativo feito para expô-las foi basicamente dividido em 4 etapas: (1) apontar a questão sobre a qual a teoria se ergue – o problema da denotação; (2) criticar as teorias de Meinong e Frege – as quais, segundo Russell, tratam de maneira inadequada o problema colocado em jogo; (3) demonstrar por que a nova teoria apresentada é a mais adequada para lidar com a questão; e, por fim, (4) mostrar algumas de suas consequências filosóficas²⁸⁶.

Todos os pontos supracitados foram abordados de maneira explícita, uma vez

²⁸¹ “There are phrases which have to do with denotation only, others which have to do with meaning only, and yet others which have to do with both”

²⁸² “I shall use the word object in a wider sense than term, to cover both singular and plural”.

²⁸³ Para facilitar o entendimento do embate com Meinong, doravante utilizaremos a palavra *objeto* no lugar de *termo* ou *coisa*.

²⁸⁴ Cf. GRIFFIN; JACQUETTE, 2009, p. 1.

²⁸⁵ Cf. RAMSEY, 1990, p. 1.

²⁸⁶ Cf. RUSSELL, 1905a, p. 480.

que, além de enumerá-los, Russell quase sempre os sinalizou antes de iniciá-los ou retomá-los. No entanto, como foi notado por Geach²⁸⁷, e foi defendido por alguns especialistas na obra de Russell, como Griffin²⁸⁸, Kaplan²⁸⁹ e Urquhart²⁹⁰, há também, de uma maneira implícita, uma crítica de Russell a sua teoria inicial da denotação, contida no *Principles of Mathematics*. Kaplan, inclusive, destacou e grifou uma importante passagem do “On Denoting”²⁹¹ que corrobora essa tese:

Não se presume que *tudo, nada e alguma coisa* tenham qualquer significado isoladamente, mas um significado é atribuído a cada proposição [sentença] em que ocorrem. Este é o princípio da teoria da denotação que eu [agora] de-sejo defender: que as expressões denotativas nunca têm qualquer significado em si mesmas, mas que toda proposição em cuja expressão verbal ocorrem tem um significado. As dificuldades relativas à denotação são, creio eu, em sua totalidade o resultado de uma análise errada [como a fornecida em Capítulo V do PoM] de proposições cujas expressões verbais contêm expressões denotativas²⁹² (KAPLAN, 2005, p. 946).

Russell claramente abandonou a noção de conceito denotativo²⁹³ que outrora defendeu no *Principles*. Os motivos para tal abandono não são explicitados de maneira direta no texto, uma vez que Russell – com exceção de uma citação muito vaga na primeira nota de rodapé – nada expôs sobre sua teoria inicial da denotação. No entanto, através da análise do movimento argumentativo contido no “On Denoting”, bem como a investigação do acervo de textos contidos no *The Collected Papers of Bertrand Russell: Foundations of Logic 1903–05*, é possível apontar que o principal problema que, provavelmente, estimulou Russell a rejeitar os *conceitos denotativos* foi o fato de que o comprometimento com estes, enquanto intermediários de *coisas*, não englobaria inúmeras sentenças da linguagem natural, tendo em vista que numa perspectiva intuitiva, inúmeras sentenças contêm expressões denotativas que nada denotam.

O novo tratamento dado aos antigos conceitos denotativos, no entanto, não foi

²⁸⁷ Cf. GEACH, 1959, p. 72.

²⁸⁸ Cf. GRIFFIN, 2020, p. 6.

²⁸⁹ Cf. KAPLAN, 2005, p. 946.

²⁹⁰ Cf. URQUHART, 2009, p. 19.

²⁹¹ Cf. RUSSELL, 1905a, p. 480.

²⁹² “*Everything, nothing, and something*, are not assumed to have any meaning in isolation, but a meaning is assigned to every proposition [sentence] in which they occur. This is the principle of the theory of denoting I [now] wish to advocate: that denoting phrases never have any meaning in themselves, but that every proposition in whose verbal expression they occur has a meaning. The difficulties concerning denoting are, I believe, all the result of a wrong analysis [such as that given in Chapter V of PoM] of propositions whose verbal expressions contain denoting phrases”.

²⁹³ Inclusive, abandona a própria expressão “conceito denotativo”, uma vez que não a cita em momento algum, mesmo quando, no início do texto enumera “expressões denotativas (*denoting phrases*)” como: “um homem”, “algum homem”, “qualquer homem”, “cada homem”, “todos os homens”, “o atual rei da Inglaterra”, “o atual Rei da França”, “o centro de massa do sistema solar no primeiro instante do século vinte”, “a revolução da terra em torno do sol” e “a revolução do sol ao redor da terra”. (RUSSELL, 1905b, p. 479).

homogêneo, pois para aqueles que descrevem algo de maneira indefinida, Russell fez uma abordagem com o uso do quantificador universal associado a funções proposicionais²⁹⁴ – quase como uma função de ordem superior sobre funções de primeira ordem –, similar a teoria de Frege em *Grundgesetze der Arithmetik*²⁹⁵; já às expressões denotativas que descrevem de maneira definida, Russell tomou caminho distinto ao de Frege e formulou uma paráfrase lógica mais complexa que expõe a diferença entre os nomes próprios e as descrições definidas²⁹⁶ em relação à denotação²⁹⁷.

4.2.1 Descrições indefinidas

Russell ergueu sua nova teoria sobre um contexto epistemológico em que há dois tipos distintos de conhecimento: o conhecimento por familiaridade e o conhecimento por descrição. No primeiro há um contato direto com aquilo que é conhecido, englobando, assim, *objetos* apreendidos por meio dos sentidos, pois estes podem ser familiarizadas com a percepção²⁹⁸, e, também, *objetos* abstratos como números e constantes lógicas, pois estes são familiarizados com o pensamento; já no segundo, os *objetos* são conhecidos apenas de uma maneira indireta, pois pode ocorrer o fato de se estar familiarizado com o significado de todas as palavras de uma expressão denotativa, todavia, não estar familiarizado com o que ela visa denotar, ou ainda, que o *objeto* da denotação seja inacessível à percepção, como no caso de “o centro de massa do sistema solar no começo do século XX” (RUSSELL, 1905a, p. 483). Ou seja, há o que só pode ser acessível através do conhecimento por descrição.

Sob a perspectiva do pano de fundo epistemológico das descrições, a adoção da quantificação similar a de Frege supriu, de um maneira geral, questões que envolviam expressões denotativas que descrevem de maneira indefinida. Porque, na nova teoria, expressões denotativas deixaram de ter sentido por si próprias, e, assim, o que anteriormente era a conjunção de todos os *objetos* que exemplificavam uma determinada propriedade, no “On Denoting”, se tomada de maneira isolada, passou a ser um símbolo vazio que só tem sentido no contexto de uma proposição que, além de quantificada, possui um conectivo lógico²⁹⁹. Em outras palavras, uma expressão denotativa como “todo humano”, interpretada de maneira isolada, não significaria mais

²⁹⁴ O que, de certo modo, já pode ser visto no tratamento que Russell dá ao quadrado das oposições aristotélico em “The Existential Import of Propositions”. Cf. RUSSELL, 1994b, p. 488.

²⁹⁵ Cf. KAPLAN, 2005, p. 946.

²⁹⁶ Esse ponto, inclusive, como é muito bem destacado por Urquhart é, sobretudo, voltado para a solução de paradoxos envolvendo predicacões de termos singulares que nada denotam. Russell dedicou grande esforço para resolver questões de predicacão envolvendo um personagem que, mais a frente, será um dos tópicos de nossa análise “o atual Rei da França” (RUSSELL, 1994a, p. xxxiii).

²⁹⁷ O que certamente é o ponto mais original e revolucionário do “On Denoting”, e, também, o ponto da discórdia que dá origem ao Meinong mitológico.

²⁹⁸ Referente aos sentidos.

²⁹⁹ Veremos, mais abaixo, como isso foi feito.

uma conjunção que engloba *Anya Taylor-Joy*, *Terence Parsons* e todos os outros *objetos* que exemplificam o *conceito-de-classe humano*.

Dessa maneira, qualquer expressão denotativa indefinida – até mesmo as vazias – no escopo de proposições, pode ser rearranjada numa paráfrase distinta, mas logicamente equivalente³⁰⁰, o que tornou a teoria de Russell mais fiel à gramática da linguagem natural. Para assegurar essa similaridade, Russell adotou as seguintes noções fundamentais para sua nova teoria:

1. variáveis individuais: x, y, z ;
2. funções proposicionais: $C(x), B(x), A(x)$;
3. a constante lógica: ser sempre verdadeiro³⁰¹;
4. negação: \sim ;
5. implicação: \rightarrow ;

Para definir, contextualmente *tudo*, *nada* e *algo*³⁰² dentro das funções proposicionais, Russell as apresentou da seguinte maneira³⁰³:

1. $C(\textit{tudo})$ equivalendo a ' $C(x)$ é sempre verdadeira
2. $C(\textit{nada})$ equivalendo a ' $\sim C(x)$ é sempre verdadeira
3. $C(\textit{algo})$ equivalendo a *não é o caso que* ' $\sim C(x)$ é sempre verdadeira

O que em termos lógicos atuais pode ser escrito como:

(1a) $\forall x Cx$

(2a) $\forall x \sim Cx$

(3a) $\sim \forall x \sim Cx$

E por fim, Russell exibiu as noções primitivas *todo*, *nenhum* e *algum*, a partir de enunciados categóricos:

1. "C(todo homem)" equivalendo a " 'se x é humano, então $C(x)$ é verdadeiro' é sempre verdadeiro".
2. "C(nenhum homem)" equivalendo a " 'se x é humano, então $C(x)$ é falso' é sempre verdadeiro".
3. "C(algum homem)" equivalendo a "é falso que ' $C(x)$ e x é humano' é sempre falso"³⁰⁴.

³⁰⁰ Cf. KAPLAN, 2005, p. 947.

³⁰¹ Que, como veremos, equivale ao quantificador universal.

³⁰² Respectivamente *everything*, *nothing* e *something*.

³⁰³ Cf. RUSSELL, 1905a, p. 480.

³⁰⁴ Em termos lógicos, respectivamente: $\forall x(Hx \rightarrow Cx)$; $\forall x(Hx \rightarrow \sim Cx)$; $\sim \forall x(Hx \rightarrow \sim Cx)$.

4.2.2 Descrições definidas

Após a exibição de sua nova abordagem sobre descrições indefinidas, Russell apresentou o pomo da discórdia com Meinong e Frege – o qual considerou concernente com as expressões denotativas de maior complexidade³⁰⁵ e, também, sua maior contribuição para a lógica³⁰⁶: a teoria das descrições definidas. Russell colocou em jogo as expressões denotativas iniciadas por artigo definido, pois o uso deste, quando estritamente adotado, envolve a unicidade³⁰⁷ da descrição e a existência do *objeto*. Embora Russell tenha adotado a noção de quantificação similar à fregeana para abordar as descrições indefinidas, para tratar de descrições definidas ele rejeitou a solução fregeana acerca de termos singulares, pois – assim como no *Principles*, e contra Frege – ele não admite que (1) descrições definidas sejam termos singulares e que (2) descrições definidas ou nomes que nada denotam possam constituir sentenças cujo valor de verdade é indeterminado³⁰⁸.

Para superar esses dois aspectos que considerou equívocos na teoria fregeana, Russell demonstrou que as descrições definidas no escopo de uma *proposição* possuem, de maneira implícita, uma forma lógica que é distinta da forma gramatical sob a qual são exibidos. Tomando como ponto de partida o exemplo “o pai de Carlos II foi executado” para fazer uso da noção fundamental $C(x)$, Russell expôs a proposição “ C (o pai de Carlos II)”³⁰⁹, na qual o artigo definido indica que há um, e apenas um, indivíduo envolvido. No entanto, manter a expressão denotativa, da maneira como está expressa em sua forma gramatical, não torna possível se comprometer de maneira objetiva com proposições do tipo “ C (o maior número par)”, por não ter um *objeto* que possa ocupar o lugar da variável; ou “ C (o professor de lógica)”, por não existir apenas um *objeto* que substitui a variável. Em virtude disso, é feita a eliminação do artigo definido, para dar lugar a um arranjo lógico que elimina o compromisso com a expressão denotativa transformando-a numa descrição acerca de uma incógnita. Assim, “o pai de Carlos II” é decomposta em “ x gerou³¹⁰ Carlos II”, uma função proposicional que pode ser aplicada a somente um indivíduo. Assim, Russell chegou, em última instância, à seguinte paráfrase:

“ x gerou Carlos II e x é único e $C(x)$ ’ é alguma vez verdadeira”³¹¹,

que, em termos lógicos, é contemporaneamente representada por:

$$\exists x[(Px \& \forall y(Py \rightarrow y = x)) \& Cx]^{312}$$

³⁰⁵ Cf. *ibidem*, p. 481.

³⁰⁶ Cf. RUSSELL, 1959, p. 85.

³⁰⁷ Cf. RUSSELL, 1905a, p. 481.

³⁰⁸ Essas são as posições de Frege em “Sobre o Sentido e a Referência” Cf. FREGE, 2009b, 146-9, 156.

³⁰⁹ Na qual C expressa “foi executado”, e x está por “o pai de Carlos II”.

³¹⁰ Russell usa o verbo “begat” que, em inglês, só se aplica ao gênero masculino.

³¹¹ Cf. RUSSELL, 1905a, p. 482.

³¹² O quantificador existencial \exists ligado à variável x e propriedade P em $\exists xPx$ expressa uma cláusula

Desse modo, Russell pôde comprometer-se com expressões denotativas que nada denotam, pois passou a comprometer-se com o *objeto* que pode, ou não, satisfazer a variável sob as condições de que este deve existir, ser único e exemplificar a propriedade C à qual está vinculado.

4.2.3 Os 3 puzzles sobre descrições definidas

Para expor ainda mais o alcance de sua teoria, Russell apresentou 3 *puzzles* sobre descrições definidas, cuja capacidade de resolução considerou como essencial para legitimar uma teoria da denotação como suficientemente adequada, e ressaltou que por meio dela todos os *puzzles* são superados de maneira mais apropriada do que em qualquer outra teoria da denotação³¹³. Essa constatação da parte de Russell envolveu, sobretudo, a sua verve ao campo da lógica, uma vez que os 3 *puzzles* tem enfoque em princípios lógicos, e a resolução por meio de sua teoria não os viola³¹⁴.

No primeiro *puzzle*, Russell colocou em questão o princípio de identidade e substitutividade, utilizando a sentença “George IV queria saber se Scott era o autor de *Waverley*”. Russell destacou que se o nome próprio “Scott” for interpretado como sinônimo da descrição definida “o autor de *Waverley*”, o que ocorre, em última instância, é que o enunciado “George IV queria saber se Scott era o autor de *Waverley*” seria idêntico ao enunciado “George IV queria saber se Scott era Scott”, o que não parece ser o caso do interesse de George IV, que, na verdade, parece estar interessado em algo que não está presente no truísmo do princípio de identidade³¹⁵, mas sim, no lugar disso, parece nutrir o desejo de saber se a propriedade *autor de Waverley* é, de fato, exemplificada por *Scott*; se há um único *objeto* que tem a propriedade *autor de Waverley*; e se esse *objeto* é denotado pelo nome “Scott”. Disso, por meio de sua paráfrase lógica, se seguiriam duas possibilidades de abordagem³¹⁶:

1. “George IV queria saber se existe um x que escreveu *Waverley* e ninguém mais escreveu *Waverley* e x é Scott”
2. “existe um x tal que x escreveu *Waverley* e ninguém mais escreveu *Waverley* e George IV queria saber se x é Scott”

Respectivamente:

(1a) George IV queria saber se $\exists x[(Ax \& \forall y(Ay \rightarrow y = x)) \& x = a]$ ³¹⁷

de existência de que pelo menos um *objeto* instancia tal propriedade; P significa “gerou Carlos II”; $\forall y(Py \rightarrow y = x)$ significa que “há, no máximo, um P”; e C significa “foi executado”; Doravante utilizaremos essa fórmula sempre que tratarmos das aplicações da teoria das descrições definidas de Russell.

³¹³ Cf. RUSSELL, 1905a, p. 484-5; No caso, mais apropriada do que as teorias de Frege e de Meinong.

³¹⁴ Cf. SMITH, 1985, p. 316.

³¹⁵ Cf. RUSSELL, 1905a, p. 485.

³¹⁶ Cf. Ibidem, p. 489.

³¹⁷ Em que A significa *autor de Waverley* e a está por *Scott*.

(2a) $\exists x[(Px \& \forall y(Py \rightarrow y = x)) \& \text{George IV quer saber se } x = a]$

Russell destacou que esses dois casos desdobram-se das possibilidades de ocorrências de escopo da descrição³¹⁸. Em (1) a ocorrência é secundária e a abrangência do escopo da descrição é curta, estando assim subsumida em um ato intencional de George IV; já em (2) a ocorrência é primária e a abrangência do escopo da descrição é longa, havendo, portanto, de maneira explícita, a prévia suposição de que existe algo que é autor de *Waverley* e é único. Ou como apontou Kaplan:

[No] escopo secundário falta o conhecimento, e até mesmo o mero fato de que há exatamente um autor de *Waverley*, e no escopo primário é feita a consulta 'por familiaridade'³¹⁹ (KAPLAN, 2005, p. 984).

O que, conseqüentemente, acarreta que, sob a perspectiva russelliana, caso não exista algo que seja único e exemplifique a propriedade *autor de Waverley*, a segunda paráfrase deve é falsa, enquanto a primeira não necessariamente o será, por se tratar, em última instância, da avaliação de uma atitude proposicional (ou ato intencional) de George IV. O que há em comum em ambas as *proposições* é que “o autor de *Waverley*” não é um constituinte genuíno de nenhuma delas, mas sim uma expressão sob a qual esta velada um *objeto* – o escritor *Walter Scott* – que exemplifica unicamente a propriedade *autor de Waverley*. Desse modo, o nome próprio “Walter Scott” não é sinônimo da descrição, pois sob este está velada apenas a denotação do *objeto* – *Walter Scott*. Assim, Russell acreditou que a lei da substitutividade não poderia ser genuinamente aplicada, em tais casos, sem o uso de sua teoria³²⁰, pois esta seria capaz de revelar a diferença entre nomes próprios e descrições definidas.

Já no segundo *puzzle*, Russell colocou em questão a lei do terceiro excluído. Para isso, ele expôs a sentença “o atual Rei da França é careca”, e constatou que como não há um *objeto* que exemplifica a propriedade *atual Rei da França* na *classe* dos *carecas*, essa sentença representa uma proposição falsa. Assim, seguindo a lei do terceiro excluído, a sua sentença contraditória – “o atual Rei da França não é careca” – deveria expressar uma proposição verdadeira. Todavia, também não há nenhum *objeto* que exemplifique *atual Rei da França* e pertença a *classe* dos *não-carecas*, ocorrendo, portanto, uma aparente violação da lei do terceiro excluído, pois ambas as sentenças representam proposições falsas. Uma situação que pode ser ilustrada da seguinte forma:

1. “O atual Rei da França é careca”;
2. “O atual Rei da França não é careca”;

³¹⁸ Cf. RUSSELL, 1905a, p. 489.

³¹⁹ “Secondary scope misses the knowledge, and even the mere fact that there is exactly one author of *Waverley*, and primary scope makes the query ‘by acquaintance’”.

³²⁰ Cf. *ibidem*, p. 489.

que podem ser substituídas por:

$$(1a) \exists x[(Rx \& \forall y(Ry \rightarrow y = x)) \& Cx]^{321};$$

$$(2a) \exists x[(Rx \& \forall y(Ry \rightarrow y = x)) \& \sim Cx].$$

É possível notar que, da forma como estão colocadas, ambas as paráfrases não resolvem o problema do terceiro excluído, pois elas – por não cumprirem a cláusula de existência – são igualmente falsas. No entanto, Russell destacou que, de fato, da maneira como estão colocadas acima, as paráfrases não poderiam superar o *puzzle*, pois não são contraditórias, mas sim, contrárias. A resolução só poderia ocorrer se seguida a distinção entre as ocorrências do escopo da negação. Russell apontou que, no caso das proposições contrárias, o escopo da negação é curto, abrangendo apenas uma das cláusulas da paráfrase – a exemplificação da propriedade C –, denominando-a como ocorrência primária; e que somente o que ele nomeou como ocorrência secundária³²², isto é, a negação que abrange toda a paráfrase, poderia revelar a forma lógica da proposição contraditória. Assim, se segue que a contraditória de:

1. O atual Rei da França é careca,

é, na verdade:

3. Não é o caso que o atual Rei da França é careca,

representadas, em termos lógicos, respectivamente por:

$$(1a) \exists x[(Rx \& \forall y(Ry \rightarrow y = x)) \& Cx];$$

$$(3a) \sim \exists x[(Rx \& \forall y(Ry \rightarrow y = x)) \& Cx].$$

Desse modo, uma proposição que nega a existência de algo que supostamente exemplifica a propriedade *atual Rei da França* é verdadeira, seja quais forem as propriedades ou negações de propriedades lhe são relacionadas, tendo em vista que não existe um atual monarca na França. Assim, a lei do terceiro excluído não é violada, pois a afirmação e a negação da cláusula de existência de um termo singular que nada denota não podem ter o mesmo valor veritativo ao mesmo tempo sob uma mesma circunstância e nem possuírem um valor de verdade distinto de verdadeiro ou falso.

Já o terceiro *puzzle* diz respeito, basicamente, a lei da não contradição, mas por meio do problema da negação existencial. Para exibí-lo Russell basicamente colocou em jogo a expressão “a diferença entre A e B não subsiste” e questionou a possibilidade de uma “não-entidade” – no caso “a diferença entre A e B” – ser o sujeito de uma proposição³²³. Um ponto importante para entender, de fato, o que Russell estaria

³²¹ Em que R significa *atual Rei da França* e C significa *careca*.

³²² Cf. RUSSELL, 1905a, p. 490.

³²³ Cf. Ibidem, p. 485.

querendo tratar nesse *puzzle* é notar que ele vai além da noção de denotação e retoma a noção do seu *status ontológico* mais genérico – que outrora expôs no *Principle: o ser*. Isso porque, como afirmou, o trata como sinônimo de subsistência³²⁴. Com isso, Russell destacou que “a diferença entre A e B” possui um significado e, portanto, subsiste³²⁵. Em outras palavras, para Russell, uma sentença como “a diferença de A e B não subsiste” – ou que envolva a negação de subsistência de qualquer tipo de *relação aRb* na forma de um verbo nominal – é sem sentido, pois, em última instância, nega o *ser* (e não a denotação) de algo³²⁶. Já, no que diz respeito à denotação, é necessário notar que Russell está colocando em jogo a noção de nome verbal, mas não trata esse ponto de uma maneira conclusiva uma vez que não aplica o arranjo lógico, tal como faz nos outros 2 *puzzles*. Esse ponto específico do “On Denoting” é muito negligenciado por comentadores³²⁷. Mas como ressaltou Makin, o último *puzzle* é deixado, por Russell, como não resolvido³²⁸, uma vez que não é claro se Russell pensa que nomes verbais que representam *estados de coisas* – ou seja, advém de relações verdadeiras – denotam e, por isso não necessitam da aplicação da paráfrase lógica; ou se a eles podem ser aplicados a paráfrase no contexto de sentenças como “a diferença de A e B é asserível” – tal como aborda sentenças que envolvem nomes verbais no *Principles*. Russell deixou esse ponto ainda mais confuso quando afirmou que “a revolução da Terra ao redor do Sol” denota uma entidade, mas “a revolução do Sol ao redor da Terra” não denota³²⁹.

Com a resolução desses 3 *puzzles*, Russell apontou que a possibilidade de distinção entre nome próprio e descrição definida e a capacidade de contornar problemas com relação a sentenças cuja negação causam ambiguidade na linguagem gramatical, trazem importantes consequências nas mais diversas áreas como a matemática, a lógica, a epistemologia e até mesmo a teologia. Dentre elas há uma solução para o problema das proposições sobre não-existentes, na qual Russell diz:

Todo o reino de não-entidades, tais como ‘o quadrado redondo’, ‘o primo par diferente de 2’, ‘Apolo’, ‘Hamlet’, etc., agora pode ser tratado de forma satisfatória. Todas essas são expressões denotativas que não denotam coisa alguma. Uma proposição sobre Apolo significa o que temos substituindo por o que o dicionário clássico nos diz que se entende por Apolo, digamos, ‘o

³²⁴ Cf. RUSSELL, 1905a, p. 485 [nota de rodapé].

³²⁵ Essa questão é nitidamente retomada do “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, e será tratada, com maior escrutínio, mais a frente, tanto na próxima seção acerca das críticas de Russell a Meinong, como nas Réplicas a essas críticas; Cf. RUSSELL, 1994c, p. 452-3.

³²⁶ Portanto, Russell no “On Denoting” ainda é um realista que acredita no *status ontológico* de *relações e conceitos-de-classe*.

³²⁷ Para se ter uma ideia a análise desse terceiro *puzzle* não é feita, em momento algum, em todas as mais de 500 páginas do *The Cambridge Companion to Bertrand Russell* e é citada muito vagamente apenas uma vez no *Russell Vs. Meinong: the Legacy of “On Denoting”*. Ver: Griffin (2003); Griffin & Jacquette (2009).

³²⁸ Cf. MAKIN, 2009, p. 82.

³²⁹ Cf. Ibidem, p. 490-1.

deus-sol³³⁰ (RUSSELL, 1905b, p. 491).

Um ponto importante nessa passagem – e que só é dito exatamente quando são apontadas as consequências filosóficas da teoria – é que os nomes de entidades mitológicas ou fictícias são, para Russell, descrições definidas disfarçadas, e por isso podem ser analisados dentro do campo da lógica e de sua nova teoria das descrições.

4.3 O nascimento do mito

No escopo da resolução dos *puzzles*, além de demonstrar o que considerava vantajoso em sua teoria, Russell teceu algumas críticas à Teoria dos Objetos. Pois, segundo ele, por admitir que toda e qualquer expressão denotativa é um constituinte genuíno de proposições, a teoria de Meinong parece recair sobre inevitáveis dificuldades³³¹ ligadas principalmente às leis da lógica – campo em que o autor do “On Denoting” acreditou ter justificado a superioridade de sua teoria das descrições definidas. Sobretudo, no caso de Meinong, as críticas centrais de Russell foram relacionadas à violação da lei da não contradição³³², o que, para ele, implicava que a Teoria dos Objetos deveria ser rejeitada³³³. Sobre isso, Russell disse:

Assim, ou devemos fornecer uma denotação nos casos em que esta é, à primeira vista, ausente, ou devemos abandonar a visão de que a denotação é o que está em causa nas proposições que contêm expressões denotativas. Este último é o caminho que eu advogado. O primeiro caminho pode ser tomado como feito por Meinong, admitindo objetos que não subsistem, e negando que eles obedecem à lei da contradição; isto, contudo, deve ser evitado, se possível³³⁴ (RUSSELL, 1905a, p. 484).

Nessa passagem, Russell afirmou que há somente dois caminhos para lidar com termos singulares que nada denotam: o seu, que como vimos, nega que expressões denotativas sejam constituintes genuínos de *proposições*, e que, no lugar disso, afirma que descrições definidas, quando presentes numa *proposição*, devem representar uma

³³⁰ “The whole realm of non-entities, such as ‘the round square’, ‘the even prime other than 2’, ‘Apollo’, ‘Hamlet’, etc., can now be satisfactorily dealt with. All these are denoting phrases which do not denote anything. A proposition about Apollo means what we get by substituting what the classical dictionary tells us is meant by Apollo, say ‘the sun-god’”.

³³¹ Cf. RUSSELL, 1905a, p. 482.

³³² Cf. SUTER, 1967, p. 512

³³³ Cf. RUSSELL, 1905a, p. 491.

³³⁴ “Thus we must either provide a denotation in cases in which it is at first sight absent, or we must abandon the view that the denotation is what is concerned in propositions which contain denoting phrases. The latter is the course that I advocate. The former course may be taken, as by Meinong, by admitting objects which do not subsist, and denying that they obey the law of contradiction; this, however, is to be avoided if possible”.

propriedade que um único *objeto* instancia – e caso este não exista, a *proposição* é falsa; ou o caminho escolhido por Meinong que, segundo Russell, fornece denotações para expressões denotativas que nada denotam. Assim, o que Russell defendeu foi que para Meinong expressões do tipo “o maior número primo”, “o quadrado redondo” e “o atual Rei da França” denotam e não denotam, pois não necessitam obedecer ao princípio da não-contradição, em virtude de não subsistirem. Contudo, a noção de subsistência que foi atribuída a Meinong, nessa passagem, não parece ser a mesma que Russell utiliza, uma vez que, na concepção deste último, seria impossível negar a subsistência – enquanto sinônimo de *ser* – de algo³³⁵.

Como Russell não elucidou no “On Denoting” o que poderia ser entendido como um objeto que não subsiste na teoria de Meinong (pelo menos dentro de sua própria interpretação), uma passagem de seu “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, de 1904, pode ser esclarecedora:

Pois é claro que a lógica deve se preocupar tanto com proposições falsas quanto com verdadeiras; mas proposições falsas, de acordo com Meinong, são os não subsistentes, Objetivos meramente pseudo-existentes de juízos errôneos, e exceto através de julgamentos errôneos, eles não têm nenhuma conexão com a existência ou com subsistência³³⁶ (RUSSELL, 1994c, p. 460).

Segundo Russell, haveria, portanto, na Teoria dos Objetos *proposições* falsas e estas são os tais objetos não-subsistentes. Isso, certamente, é algo que entra em choque direto com sua própria teoria, uma vez que *proposições* falsas também devem ser admitidas como tendo *ser*, do mesmo modo que as *proposições* verdadeiras. Segundo Russell, na teoria de Meinong, proposições como “Anya Taylor-Joy é sereia” e “Terence Parsons é quimera” tem o seu *ser* erroneamente negado – uma vez que possuem *objetos* (*Anya Taylor-Joy* e *Terence Parsons*) e *conceitos* significativos (*é sereia* e *é centauro*) –, em virtude de sua falsidade, e, assim, são objetivos³³⁷ que meramente pseudo-existem.

A negação de subsistência foi, sobretudo, a nuance da teoria de Meinong que mais provocou perplexidade em Russell³³⁸, mesmo anteriormente à publicação do “On Denoting”. Inclusive, em sua resenha sobre a Teoria dos Objetos que antecede em apenas poucos meses a publicação do “On Denoting” – “Review of A. Meinong, *Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Psychologie*”, de 1905 –, Russell afirmou que

³³⁵ Cf. RUSSELL, 1905a, p. 485.

³³⁶ For it is plain that logic must concern itself as much with false propositions as with true ones; but false propositions, according to Meinong are the non-subsisting, merely pseudo-existing Objectives of erroneous judgments, and except through erroneous judgments they have no connexion either with existence or with subsistence.

³³⁷ No sentido de objetos que são representados por juízos e suposições em Meinong.

³³⁸ Em sua primeira carta escrita para Meinong, em 1904, Russell fez o seguinte relato: “Sempre acreditei até agora que todo objeto deve *ser* [itálico adicionado por mim] em algum sentido, e acho difícil reconhecer objetos não-existentes (I have always believed until now that every object must be in some sense, and I find it difficult to recognize nonexistent objects)” (SMITH, 1985, p. 347).

“A teoria de Meinong pode ser modificada, (1) negando seus objetos não-subsistentes, (2) negando que eles não subsistem³³⁹” (RUSSELL, 1905b, p. 598) e que esses dois pontos são respectivamente associados a descrições definidas vazias como “o quadrado redondo”; e a proposições falsas como “Anya Taylor-Joy é sereia”.

Sob essa perspectiva, outra crítica feita a Meinong no “On Denoting” é a que se segue:

Mas como pode uma não-entidade ser o sujeito de uma proposição? “Penso, logo existo” não é mais evidente do que “Eu sou o sujeito de uma proposição, logo existo”, desde que “eu sou” é considerado afirmar subsistência ou *ser*, não existência. Portanto, ao que parece, deve ser sempre auto-contraditório negar o *ser* de qualquer coisa; mas vimos, em conexão com Meinong, que admitir *ser* também às vezes leva à contradição. Assim, se A e B não diferem, supor ou que há, ou que não há, um objeto como “a diferença entre A e B” parece igualmente impossível³⁴⁰ (RUSSELL, 1905a, p. 485).

Mais uma vez, Russell ressaltou a impossibilidade de negar o *ser* de algo que constitui uma *proposição*. Mas, nesse caso, o que está em jogo não são objetos como “o quadrado-redondo” ou proposições falsas como “Terence Parsons é centauro”, mas sim *relações*, que são particularmente importantes, pois Russell também acredita que Meinong as aborda de maneira incorreta, uma vez que, ao analisar especificamente esse tópico no “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, constatou que uma relação do tipo “*a* é pai de *b*”, dentro da Teoria dos Objetos, “deve ser a relação particularizada relacionando *a* e *b*, não a relação abstrata de *parternidade*, cujo *ser* é suposto ser afirmado³⁴¹” (RUSSELL, 1994c, p. 453), o que é incongruente à sua própria visão. E, também, relatou que ao abordar relações como particularizadas e mesmo assim tratar como possível a negação do *ser* dessas, Meinong se contradiz, pois previamente já teria assumido a subsistência da relação.

Há ainda uma outra variação da violação do princípio de não contradição, apontada por Russell, que concerne à questão da predicação de objetos. Sobre isso Russell diz:

mas a principal objeção é que tais objetos, reconhecidamente, podem infringir

³³⁹ “Meinong’s theory may be modified, (1) by denying his non-subsistent objects, (2) by denying that they do not subsist”.

³⁴⁰ “But how can a non-entity be the subject of a proposition? “I think, therefore I am” is no more evident than “I am the subject of a proposition, therefore I am”, provided that “I am” is taken to assert subsistence or being, not existence. Hence, it would appear, it must always be self-contradictory to deny the being of anything; but we have seen, in connection with Meinong, that to admit being also sometimes leads to contradiction. Thus if A and B do not differ, to suppose either that there is, or that there is not, such an object as “the difference between A and B” seems equally impossible”.

³⁴¹ “it must be the relation particularized as relating *a* and *b*, not the abstract relation of parternity, whose being is supposed to be affirmed”.

a lei da contradição. Afirma-se, por exemplo, que o existente³⁴² atual Rei da França existe, e também não existe; que o quadrado redondo é redondo e também não redondo; etc. Mas isso é intolerável³⁴³ (RUSSELL, 1905a, p. 483).

Russell destacou 2 tipos distintos de violações ao princípio da não contradição que, em sua visão, ocorrem na teoria de Meinong. Um primeiro em que se atribui existência – na forma do predicado “existente” – ao que não existe, como “o existente atual Rei da França”, e, assim, é possível afirmar que “o atual Rei da França existe e não existe”; e um segundo em que se atribuem propriedades mutuamente excludentes a um mesmo objeto, como é o caso em “o quadrado redondo”, que possui a predicado “redondo”, mas por também possuir o predicado “quadrado” é também ao mesmo tempo “não redondo”.

A última crítica a Meinong presente no “On Denoting” aborda a noção de verdade acerca de objetos não-existentes e está presente na seguinte passagem:

Uma proposição sobre Apollo significa o que obtemos substituindo o que o clássico dicionário nos diz que se entende por Apolo, digamos “o deus-sol”. Todas as proposições em que Apollo ocorre devem ser interpretados pelas regras acima para denotar frases. Se “Apollo” tem uma ocorrência primária, a proposição que contém a ocorrência é falso; se a ocorrência for secundária, a proposição pode ser verdadeira. Então, novamente “o quadrado redondo é redondo” significa “há uma e somente uma entidade x que é redonda e quadrada, e essa entidade é redonda”, o que é uma proposição falsa, não, como Meinong mantém, uma [proposição] verdadeira³⁴⁴ (RUSSELL, 1905a, p. 491).

Russell recuperou dois pontos das consequências filosóficas de sua teoria das descrições – o tratamento de nomes fictícios como descrições definidas disfarçadas e a distinção entre as ocorrências primária e secundária da descrição – para ressaltar que toda e qualquer proposição contendo termos singulares que nada denotam, na ocorrência primária, são falsas, em virtude de não suprirem a cláusula de existência de sua paráfrase lógica. Mas que, diferentemente do que é exposto por meio de sua teoria das descrições definidas, Meinong admitiria que uma proposição do tipo “o quadrado redondo é redondo” é verdadeira, mesmo não existindo algo que pudesse ocupar o

³⁴² Russell está utilizando aqui a palavra “existente” como uma propriedade aplicada a um suposto indivíduo, e não como quantificação.

³⁴³ “but the chief objection is that such objects, admittedly, are apt to infringe the law of contradiction. It is contended, for example, that the existent present King of France exists, and also does not exist; that the round square is round, and also not round; etc. But this is intolerable”.

³⁴⁴ “A proposition about Apollo means what we get by substituting what the classical dictionary tells us is meant by Apollo, say “the sun-god”. All propositions in which Apollo occurs are to be interpreted by the above rules for denoting phrases. If “Apollo” has a primary occurrence, the proposition containing the occurrence is false; if the occurrence is secondary, the proposition may be true. So again “the round square is round” means “there is one and only one entity x which is round and square, and that entity is round”, which is a false proposition, not, as Meinong maintains, a true one”.

lugar da variável em “uma e somente uma entidade x que é redonda e quadrada, e essa entidade é redonda”.

Com esse conjunto de críticas, Russell criou uma imagem consistente de que Meinong, ao tentar lidar com o problema semântico que envolve negações existenciais ou tem como referência objetos que não existem, postulou uma teoria que, em última instância, viola leis da lógica, e, por isso deveria ser abandonada. Embora, em trabalhos anteriores, Russell tenha analisado o trabalho de Meinong de maneira mais pormenorizada, em virtude de seu entendimento que, ainda que de maneiras distintas, seu objetivo acerca de questões semânticas era o mesmo que o de Meinong, a partir de suas descobertas no “On Denoting”, Russell passou a lidar de maneira mais superficial com a Teoria dos Objetos, uma vez que esta era, sem dúvidas, incompatível com a sua nova abordagem.

4.4 Desmistificando Meinong

As diferenças entre Meinong e Russell recaem, em última instância, numa diferença de paradigmas envolvendo a questão sobre o que pode estar genuinamente velado sobre o pronome anafórico “isto”³⁴⁵. Noções distintas sobre o que é um objeto que pode ser uma referência genuinamente predicada em sentenças e, também, a própria noção do que sentenças representam. De modo que, em suma, para Russell a noção de não-subsistentes – seja em relação a objetos ou objetivos meinonguianos – é inconcebível.

Sobre objetos complexos não-subsistentes – como “o quadrado redondo” – Russell afirmou a ocorrência de um problema de violação de princípios lógicos em virtude de, ao mesmo tempo, denotarem e não denotarem. No entanto, além de não ser uma interpretação correta do que Meinong defendeu, visto que, na Teoria dos Objetos, há objetos meramente semânticos e intensionais que nada denotam, parece uma acusação absurda, pois como notou Ronald Suter:

Agora, isso soa como um absurdo, pelo menos se o uso de aspas em torno dessas expressões significar que as próprias expressões estão sendo referidas. Como pode uma frase como “o atual rei da França” ou “o quadrado redondo” ser “apto a infringir a lei da contradição”? Em sua própria visão professada, a lei da contradição se aplica apenas a proposições e sentenças³⁴⁶(SUTER, 1967,

³⁴⁵ Cf. BENCIVENGA, 1985, p. 482-483.

³⁴⁶ “Now, this sounds like nonsense, at least if the use of quotes around these expressions is taken to mean that the expressions themselves are being referred to. How can a phrase such as “the present King of France” or “the round square” be “apt to infringe the law of contradiction”? On his own professed view the law of contradiction applies only to propositions and sentences”.

p. 512).

Objetos complexos, sejam eles subsistentes, existentes ou não-subsistentes não estão aptos a violar leis lógicas. Mas essa é, com efeito, uma acusação isolada no “On Denoting”. Certamente, o principal embate de visões se concentrou na distinção entre objetivos e *proposições*, em que há uma diferença de paradigmas que foi bem destacada por Simons:

Para Russell, uma proposição é um todo do qual seus sujeitos são partes e, como todos os complexos, suas partes devem existir se ela existe. Essa concepção de proposições o força a rejeitar não-entidades. A relação sujeito/objetivo de Meinong corresponde muito mais de perto à relação ‘sobre’ de Russell³⁴⁷ (SIMONS, 1992, p. 184).

Como em Russell havia uma relação mereológica entre a *proposição* e seus constituintes, para ele era inconcebível algo como objetivos que não subsistem, uma vez que todas as partes de uma *proposição* devem possuir um *status* ôntico, pois, por serem significativas, no mínimo, subsistem. Russell acreditou que objetivos e proposições são sinônimos. Por outro lado, para Meinong, objetivos não-factuais acerca de não-subsistentes, subsistentes ou existentes não subsistem. Não havendo, portanto, o mesmo tipo de relação mereológica, mas sim uma relação das expressões com a ocorrência ou ausência de um fato. De modo que “Terence Parsons é deus homérico” e “Bob Dylan é centauro” são *proposições* que subsistem na teoria das descrições definidas, mas são objetivos que não subsistem na Teoria dos Objetos.

Há certamente uma espécie de platonismo em Russell por aceitar que *centauros* e *deuses homéricos* enquanto significativos subsistem como *universais*, embora não instanciem nenhum *objeto*³⁴⁸. Enquanto para Meinong, além de “centauros” e “deuses homéricos” representarem classes de instâncias particulares do tipo {deus homérico₁, ..., deus homérico_n}, {centauro₁, ..., centauro_n}, embora sejam significativos, de forma alguma subsistem, apesar de poderem fazer parte de objetivos subsistentes, caso estes sejam factuais – e.g. “Terence Parsons não é deus homérico” e “Bob Dylan não é centauro”.

Assim, na Teoria dos Objetos, truísmos como “o quadrado redondo é redondo”, podem ser assumidos como subsistentes, ainda que o constituinte que está como sujeito não subsista e não há problema em ter propriedades contraditórias, pois objetivos não são uma relação mereológica entre o todo e seus constituintes, mas uma relação entre o todo e a realidade. E diferentemente do que Russell afirmou, o quadrado-redondo

³⁴⁷ “For Russell a proposition is a whole of which its subjects are parts, and like all complexes its parts must exist if it does. This conception of propositions forces him to reject nonentities. Meinong’s subject / objective relation corresponds much more closely to Russell’s ‘about’ relation”.

³⁴⁸ Cf. SIMONS, 1992, p. 184

não subsiste; o que subsiste é apenas o truísmo ao qual está vinculado. De modo que, embora tenha considerado equívoco – certamente em consequência de sua própria noção paradigmática de *objeto* – Russell acertou ao afirmar que Meinong entende o truísmo citado como verdadeiro, ainda que não exista “uma e somente uma entidade *x* que é redonda e quadrada, e essa entidade é redonda”.

A acusação russelliana sobre os objetivos contraditórios possui um segundo nível em que Russell envolve um *status* ôntico associado a um complexo. Uma resposta adequada para essa questão poderia ser a afirmação que o uso do *status* ôntico envolve um *objetivo-de-ser*³⁴⁹, uma vez que o princípio da indiferença assegura a neutralidade do objeto puro. No entanto, como bem observou Grossmann³⁵⁰, há um choque entre os princípios que relacionam a neutralidade intensional do objeto – indiferença e independência – e o princípio da irrestrita liberdade de suposição. Isto, porque, enquanto este último assegura que qualquer propriedade pode ser assumida – e Meinong, até o seu manifesto de 1904, não explicitou se *status* ônticos poderiam ou não ser assumíveis no *ser-assim* de um objeto. Essa é uma falha significativa na Teoria dos Objetos de 1904 e foi uma das principais motivações de mudanças posteriores nas concepções semânticas da teoria. Essas mudanças serão objeto de investigação de nosso próximo capítulo.

³⁴⁹ Cf. SMITH, 1985, p. 322.

³⁵⁰ Cf. GROSSMANN, 2001, p. 494-5.

5 MUDANÇAS NOTÁVEIS NA TEORIA DOS OBJETOS

A Teoria do Objeto, tal como apresentada em 1904, foi modificada por Meinong em diversos pontos nas mais de 700 páginas de seu livro *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit: Beiträge zur Gegenstandstheorie und Erkenntnistheorie*, de 1915. Dentro das lacunas acerca de questões semânticas e ontológicas que vimos anteriormente, há 3 modificações fundamentais que podem, além de resolver o imbróglio da objeção feita por Russell, consolidar melhores definições a alguns elementos da teoria. São elas: a distinção entre objetos completos e incompletos – que dá uma melhor explicação para a distinção das subcategorias de objetos irrealis (subsistentes e não-subsistentes); a noção de objeto auxiliar – que além de inserir a noção de universais à Teoria dos Objetos, adiciona um objeto semântico que assume o papel de significado, o que aprimora a distinção entre sentido e referência; e a noção de propriedades de dois tipos – que contorna o problema dos choques entre os princípios da teoria, pois desvincula de modo objetivo palavras que representam *status* ônticos da categoria de propriedades assumíveis por suposição e constituintes do *ser-assim* do objeto.

5.1 Uma primeira tentativa de resolução

A primeira resposta de Meinong à crítica de Russell acerca do “o existente atual rei da França que existe e não existe” tornou a questão ainda mais problemática. Em resposta diretamente direcionada a Russell, Meinong fez a distinção entre “existente” e existir. Segundo ele, ainda que se assuma que algum objeto não-existente tenha a propriedade *existente* e, desse modo, poder referir-se a ele associando o predicado “existente”³⁵¹, isso não lhe implica um *status* ôntico. A resposta de Meinong é confusa e vaga, pois segundo ele o *status* ôntico existir (*Existiert*) difere do participípio “existente” (*Existierend sein*), ao passo que o primeiro implica atualidade e o segundo pode ser usado como um predicado da mesma maneira que “alto”, “vermelho” ou “feio”.

Ao que parece, essa resposta truncada e pouco elucidativa é o germe de um postulado equivocado que Meinong defendeu posteriormente no *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit: Beiträge zur Gegenstandstheorie und Erkenntnistheorie*: O momento modal (*das Modalmoment*).³⁵² Em suma, a ideia central é que o predicado “existente” é apenas uma contraparte *diluída* (*depotenziert*)³⁵³ do que é o *status* ôntico existir, e esse

³⁵¹ Cf. MEINONG, 1906b, p. 16-17.

³⁵² É praticamente unânime entre os especialistas no trabalho de Meinong que por ser um postulado inconsistente – como veremos na presente sub-seção – deve ser obliterado em teorias semânticas ou ontológicas que se visam se basear na Teoria dos Objetos; Cf. PARSONS, 1980, p. 44, Cf. ROUTLEY; ROUTLEY, 2019, p. 355, Cf. JACQUETTE, 1996b, p. 86-7.

³⁵³ Findlay traduziu o termo como “Watered-down”. Sigo a tradução dele; Cf. FINDLAY, 1963, p. 103.

último deve ser considerado como *concentrado*³⁵⁴, pois possui um *momento modal*³⁵⁵ – que Meinong classifica como algo que implica factualidade ou, no mínimo, a possibilidade de factualidade a um objeto. Findlay ilustrou essa justificação em termos matemáticos e apontou um problema que a torna inviável:

Suponha que eu assumo que o objetivo $2+2 = 5$ tem factualidade mais o momento modal, então é claro que estou assumindo algo mais do que $2+2=5$ tem factualidade diluída. Devemos sustentar que o próprio momento modal é capaz de ser diluído, que ele também tem uma contraparte fantasmagórica que requer um segundo momento modal para emprestar-lhe plena realidade? É claro que esse caminho leva à regressão infinita; deveríamos ter uma série infinita de momentos modais sem força, cada um apelando para outro momento igualmente fraco³⁵⁶ (FINDLAY, 1963, p. 106-7).

Se há a possibilidade de objetos possuírem propriedades como *status* ônticos *diluídos*, em virtude da ausência de um *momento modal*, o que impediria de assumir que um objeto, além do *status* ôntico *diluído*, também tenha um *momento modal* como propriedade *diluída* em seu *ser-assim*? Como Meinong não apresentou ressalvas para tal questão, Findlay, de maneira perspicaz, sugeriu que se o *momento modal* pudesse ser assumido como constituinte *diluído* do *ser-assim* de um objeto, implicar-se-ia que este é uma contraparte de um outro *momento modal*, que por sua vez poderia ser igualmente assumido como contraparte de um outro *momento modal* e *ad infinitum*. O *momento modal*, portanto, não é uma solução adequada para a crítica russelliana.

Ademais, a tentativa de resolver a questão em termos desse novo aparato traz ainda outros problemas de ordem lógica e epistemológica para Meinong, sobretudo, numa contradição interna que pode ser encontrada dentro das mais de 700 páginas de seu *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, uma vez que em certo ponto Meinong afirma que o juízo “o existente A existe (das existierende A existiert)” não é analítico³⁵⁷, o que condiz com sua atribuição da distinção em termos de factualidade entre “existente” e existir; no entanto, em momento posterior, afirma que este mesmo juízo é sim analítico³⁵⁸.

O momento modal, portanto, parece ser uma tentativa de refutação à possibilidade de suposição de *status* ônticos, sem mexer de modo abrupto nas estruturas

³⁵⁴ “Full-Strenght”; cf. idem.

³⁵⁵ Cf. MEINONG, 1915, p. 266.

³⁵⁶ “Suppose I assume that the objective $2+2=5$ has factuality plus the modal moment, then it is clear that I am assuming something more than that $2+2=5$ has watered-down factuality. Shall we hold that the modal moment is itself capable of being watered down, that it too has a ghostly counterpart which requires a second modal moment to lend it full reality? It is clear that this path leads to the infinite regress; we should have an infinite series of strengthless modal moments, each appealing to another moment which was equally feeble”.

³⁵⁷ Ibidem, p. 281.

³⁵⁸ Cf. Ibidem, p. 718.; Cf. JORGENSEN, 2002, p. 96.

da Teoria dos Objetos formuladas ao longo de décadas, e, mais ainda, uma das mais notáveis demonstrações da “fascinação do minuto” do pensamento de Meinong³⁵⁹.

Antes de adentrar na solução que poderia ser trabalhada de modo mais pertinente, falaremos na próxima seção sobre fundamentos não só importantes para o seu entendimento, mas também para mudanças altamente significativas à Teoria dos Objetos como um todo.

5.2 Objetos completos e objetos incompletos

Na construção de uma maneira adequada para superar os problemas semânticos contidos na Teoria dos Objetos, Meinong fez uma importante distinção entre dois tipos de objetos que constituem a sua teoria: objetos completos (*vollständige Gegenstände*) e objetos incompletos (*unvollständige Gegenstände*). Segundo Meinong, todos os objetos possuem um número determinado de propriedades que caracterizam o seu *ser-assim* dentro de uma faixa de significância determinada por um *o-que-é* (*Wassein*) e *como-é* (*Wiesein*)³⁶⁰, que subsumem propriedades que são pertinentes para cada tipo de objeto, e.g. *par*, *primo*, *ímpar* e *sucessor de 1* são propriedades pertinentes no *ser-assim* de números; *escritor*, *ginasta* ou *filósofo* são propriedades pertinentes no *ser-assim* de humanos. De modo que, em objetos completos, todas as propriedades pertinentes ou bem os pertencem ou não os pertencem; mas em objetos incompletos, ocorre indeterminação da posse de algum tipo de propriedade pertinente. Dessa forma somente objetos que têm algum modo *ser* pertencem ao primeiro tipo³⁶¹ e somente estes respeitam a lei lógica do terceiro excluído.

O argumento de Meinong para justificar a determinação ou indeterminação de conjunto de propriedades se dá em termos de dois tipos de negações distintas que podem ser feita acerca do objeto, uma vez que há um *não-ser-de-um-ser-assim* (*nitchsein eines soseins*) e um *não-ser-assim* (*nitchsosein*)³⁶². Essas negações são tradicionalmente interpretadas respectivamente como: negação ampla – que é sentencial e externa ao *ser-assim*; e negação estrita – que é predicativa e interna. Meinong as exemplifica aplicando-as numa sentença do tipo “*a é B*”³⁶³, de modo que as negações ampla e estrita seguem respectivamente dos seguintes modos:

³⁵⁹ Veremos mais a frente que dentro da mesma obra há uma outra possibilidade de solução para o problema da suposição de *status* ônticos: a distinção entre tipos de propriedades. Vale lembrar que esse problema é, de fato, legítimo, ao passo que dentro das formulações expostas no manifesto de 1904 havia uma contradição interna entre os postulados da Teoria dos Objetos que, apesar de restringir questões ônticas a *objetivos-de-ser*, não excluía a possibilidade suposições de predicacões ônticas, devido a irrestrita liberdade de suposição.

³⁶⁰ Cf. MEINONG, 1915, p. 169.

³⁶¹ Ibidem, p. 169.

³⁶² Ibidem, p. 173.

³⁶³ Cf. Ibidem, p. 173.

1. Não é o caso que a é B
2. a é *não- B*

Como bem notou Routley, em 1, é apontada a ausência de uma propriedade³⁶⁴; mas em 2, *não- B* deve ser entendido como uma propriedade por ela mesma, que subsume tudo o que é contrário a B ³⁶⁵. O que, de fato, é uma interpretação que se coaduna com a visão de Meinong, uma vez que este afirmou que algo como *não- B* é uma propriedade negativa que um objeto a pode possuir, mas que não implica necessariamente que a não possui a propriedade B ³⁶⁶.

Tomando, assim, essa distinção como um ponto importante, Meinong afirmou que as leis da não contradição e do terceiro excluído são leis que regem a negação externa, mas não são regras à negação interna³⁶⁷, pois nas negações externas os princípios de não-contradição e terceiro excluído são expressos respectivamente como:

1. $\sim (Ba \& \sim Ba)$;
2. $(Ba \vee \sim Ba)$;

e, nas negações internas, não ocorrem violações genuínas das leis supracitadas, pois elas deveriam ser expressas como:

- (1a). $\sim (Ba \& \text{não} - Ba)$;
- (2a). $(Ba \vee \text{não} - Ba)$;

Com a negação interna, via de regra, as leis da lógica não podem ser genuinamente violadas, e é por meio dela que pode ser feita a distinção genuína entre objetos determinados e indeterminados. Isso, pois, somente em objetos indeterminados há a possibilidade de uma negação do tipo $\sim(Ba \vee \text{não-}Ba)$ ser verdadeira. Meinong afirmou que objetos em que ocorre a indeterminação de alguma propriedade pertinente devem ser considerados não-subsistentes³⁶⁸. Meinong ilustrou o que tinha em mente com tal distinção expondo que num termo como “triângulo” é essencial em seu significado as instâncias *3 lados* e *3 ângulos*³⁶⁹, independentemente da igualdade ou diferença de seus lados ou ângulos ou sua cor. Portanto, há indeterminações em relação as instâncias *equilátero* ou *não-equilátero*; *isósceles* ou *não-isósceles*; *escaleno* ou *não-escaleno*; *verde* ou

³⁶⁴ Cf. ROUTLEY, 2018, p. 116.

³⁶⁵ Cf. Ibidem, p. 119.

³⁶⁶ Cf. MEINONG, 1915, p. 173.

³⁶⁷ Ibidem, p. 275.

³⁶⁸ Ibidem, p. 178.

³⁶⁹ Veremos a seguir que, desse modo, além de introduzir a noção de universais em sua teoria, Meinong conseguiu fazer uma distinção refinada entre sentido e referência.

não-verde; etc³⁷⁰. O que também pode ser bem ilustrado em objetos fictícios, uma vez que estes possuem um número limitado de instâncias que foram apreendidas por seus autores. Isto é, no *Sherlock Holmes* de Conan Doyle, não é determinado se ele possui dois rins, visto que acerca da propriedade *ter dois rins* não é possível determinar verdade ou falsidade, pois, sobre *Holmes*, tal propriedade nunca foi citada por Doyle.

Meinong não deixou de ressaltar que, sob uma perspectiva epistêmica, todas as propriedades de objetos determinados não podem ser apreendidas pelo intelecto humano, pois são extraordinariamente grandes, mas essas propriedades são constituintes do *ser-assim* do objeto independentemente de serem apreendidas³⁷¹. O fato de um sujeito não ter o conhecimento que um determinado cão tem a propriedade *hidrofóbico* não exclui a necessidade de esta propriedade estar ou não estar contida no *ser-assim* de tal cão, de modo que, em termos de possibilidade, sua pertinência possa ser julgada como verdadeira ou falsa.

Como bem notou Lindenfeld, sob uma perspectiva epistêmica, as propriedades que são constituintes do *ser-assim* do objeto não são apenas extraordinariamente grandes, mas sim virtualmente infinitas, uma vez que há inesgotáveis inquéritos que podem ser feitos acerca de um objeto completo, pois podem ser feitos julgamentos e suposições sobre infinitas propriedades negativas³⁷²:

Como o número de objetos de referência é infinito, um objeto completo tem um número infinito de determinações. É claro que o número de positivos seria finito, mas o número de negativos não seria. Se estamos procurando completar um objeto, então, nunca podemos ter certeza de que esgotamos todas as suas propriedades positivas, pois nunca podemos levar em conta todas as suas propriedades negativas³⁷³ (LINDENFELD, 1980, p. 162).

As noções de determinação e indeterminação tornaram a distinção entre subsistentes e não-subsistente melhor demarcada, uma vez que o critério adotado passou a ser a completude do *ser-assim*. Esse critério foi de suma importância pois fundamentou as outras 2 importantes mudanças na semântica da teoria dos objetos: a distinção entre propriedades e uma distinção refinada entre sentido e referência.

³⁷⁰ Meinong já havia notado e citado a noção de indeterminação de propriedades em “Abstrahieren und Vergleichen”, de 1900 – ao afirmar que *o quadrado redondo é indeterminado em relação a sua cor e a montanha de ouro é indeterminada em relação ao seu tamanho* (MEINONG, 1914a, 469-70) –, no entanto, só a formalizou com a inserção do conceito de objetos incompletos.

³⁷¹ Cf. MEINONG, 1915, p. 169.

³⁷² Por exemplo, no *ser-assim* do *Monte Everest* há as propriedades *não-maior que 1.000.000 Km*, *não-maior que 1.000.001 Km*, *não-maior que 1.000.002 Km*, *não-maior que 1.000.002+n Km*...

³⁷³ “Since the number of objects of reference is infinite, a complete object has an infinite number of determinations. The number of positive ones would of course be finite, but the number of negative ones would not be. If we are seeking to complete an object, then, we may never be sure that we have exhausted all of its positive properties, since we can never take account of all its negative ones”.

5.3 Propriedades constitutivas e propriedades consecutivas

As noções de completude e incompletude do objeto possibilitaram um caminho para uma resolução considerada por alguns especialistas no trabalho de Meinong como a mais adequada – principalmente em relação ao momento modal – para o problema da predicção de objetos com atribuições que significam *status* ônticos como “existente”³⁷⁴, pois Meinong diferiu tais predicados de atribuições como “alto” e “vermelho” em termos de distinção de dois tipos de propriedades: constitutivas e consecutivas³⁷⁵. Sobre isso ele disse em *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit: Beiträge zur Gegenstandstheorie und Erkenntnistheorie*:

Vê-se disto que a propriedade ‘simples’ evidentemente não obedece às regras que são decisivas para a constitutiva e consecutiva de um objeto. E. Mally, por essa razão, distinguiu propriedades desse caráter especial como “extra-formais” das propriedades “formais” comuns; no entanto, em vista da denotação tradicional da palavra ‘formal’, essas designações dificilmente têm a força apropriada. Portanto, proponho para o conjunto das propriedades constitutivas e consecutivas a denominação ‘nuclear’ [‘konstitutorische’], e para o restante a denominação ‘propriedade extranuclear’ [‘ausserkonstitutorische Bestimmungen’]³⁷⁶ (JACQUETTE, 1996b apud MEINONG, 1915, p. 176-7)

A despeito da idiosincrasia da escolha dos termos nessa passagem, Meinong apontou que há uma diferença de comportamento entre dois tipos de propriedades, em que um dos tipos, as constitutivas, parece obedecer as regras de aplicação ao *ser-assim* de objetos, sendo assim parte integrante desse. Enquanto o outro tipo de propriedades – as consecutivas –, se segue da constituição do *ser-assim* de um objeto, mas não pertence a este, tendo, portanto, uma natureza distinta das propriedades constitutivas. Routley esclareceu essa distinção nos seguintes termos:

A diferença indicada, entre propriedades que podem fazer parte da natureza de um objeto e aquelas que não podem ser (mas que são, por exemplo, fundadas

³⁷⁴ Essa posição pode ser verificada em Parsons (1980), Routley & Routley (2019), Jacquette (1996b), Findlay (1963).

³⁷⁵ Essa distinção, no entanto, não é trabalhada de forma pormenorizada por Meinong. Ela é, na verdade, interpretada, lapidada e coadunada a um viés lógico-semântico por filósofos meinonguianos como Terence Parsons, Dale Jacquette e Richard Routley. No *Über Möglichkeit*, apesar de apresentar a distinção, Meinong ainda defendia o postulado do *momento modal*. O que, como veremos, parece ser incompatível com a distinção de propriedades.

³⁷⁶ “One sees from this that the property ‘simple’ evidently does not obey the rules which are decisive for the constitutiva and consecutiva of an object. E. Mally for this reason has distinguished properties of this special character as ‘extra-formal’ from the ordinary ‘formal’ properties; however, in view of the traditional denotation of the word ‘formal’, these designations hardly have the appropriate force. Therefore I propose for the whole of the constitutive and consecutive properties the appellation ‘nuclear’ [‘konstitutorische’], and for the remainder the appellation ‘extranuclear property’ [‘ausserkonstitutorische Bestimmungen’]”

na natureza do objeto), está consolidada na distinção de Mally e Meinong entre propriedades nucleares e extranucleares³⁷⁷. Propriedades extranucleares, tais como existência, determinação e simplicidade, não são, falando francamente, presumíveis: o Postulado de Caracterização³⁷⁸ não se aplica sem restrições importantes onde propriedades extranucleares figuram³⁷⁹ (ROUTLEY; ROUTLEY, 2019, p. 174).

O que Meinong fez, portanto, foi limitar a irrestrita liberdade de suposição e o princípio de independência a instâncias particulares e passou a adotar a noção de propriedades que se aplicam numa ordem superior ao conjunto de instâncias. Propriedades que não podem ser supostas, mas seguem da natureza do *ser-assim* do objeto. Isto é, de um *ser-assim* completo que não viola o princípio do terceiro excluído, e possui instâncias de tempo e espaço, se seguem as propriedades consecutivas *determinação e existência*; de um *ser-assim* limitado e que viola alguma lei lógica se seguem *impossibilidade, incompletude e não-existência*. A liberdade de suposição ficou restringida às intenções adequadas ao *ser-assim* do objeto, pois como apontou Meinong:

Em relação a toda propriedade genuína ou, por assim dizer, ordinária do *ser-assim*, de acordo com o princípio da irrestrita liberdade de suposição, está em meu poder selecionar um objeto, por meio de intenção adequada, que realmente tenha a propriedade correspondente³⁸⁰ (MEINONG, 1915, p. 282).

Dessa maneira, enquanto propriedades constitutivas são livremente assumíveis como constituintes do *ser-assim* de um objeto e ontologicamente neutras, propriedades consecutivas são implicações imediatas da constituição do *ser-assim* de um objeto – algo como uma propriedade de ordem superior – e podem imputar um *status* ôntico, todavia, diferentemente das propriedades constitutivas, não são assumíveis por suposição³⁸¹. Em virtude disso, como bem ressaltou Karel Lambert, a formalização do princípio de independência se tornou mais rigorosa e adquiriu uma forma lógica do tipo:

Existem propriedades nucleares P1, P2. . . de modo que o conjunto de P1, P2.

³⁷⁷ Sinônimas de propriedades constitutivas e consecutivas.

³⁷⁸ O Postulado de Caracterização é, na teoria teoria noneísta (derivada da Teoria dos Objetos) de Routley, equivalente a junção dos princípios de independência e a irrestrita liberdade de suposição, sendo esta última já limitada a propriedades constitutivas.

³⁷⁹ “The difference indicated, between properties which can be part of the nature of an object and those which cannot be (but which are, for instance, founded on the nature of the object), is consolidated in Mally’s and Meinong’s distinction between nuclear and extranuclear properties. Extranuclear properties, such as existence, determinateness and simplicity, are not, to put it bluntly, assumptible: the Characterisation Postulate does not apply without important restriction where extranuclear properties figure”.

³⁸⁰ “Hinsichtlich jeder eigentlichen oder sozusagen gewöhnlichen Soseinsbestimmung liegt es nach dem Prinzip von der Annahmefreiheit in meiner Macht, durch angemessenes Meinen einen Gegenstand herauszugreifen, dem die betreffende Bestimmung tatsächlich zukommt”.

³⁸¹ Cf. JACQUETTE, 2015b, p. 84.

. . anexa a s;

Então, s tem *ser* - é inválido³⁸²(LAMBERT, 1983, p. 28).

E que, anteriormente à adoção de propriedades consecutivas, era aplicada da seguinte maneira:

A versão frouxa, por sua vez, diz que o princípio: “Existe uma propriedade P tal que P é possuído por s;

Portanto, s tem *ser* - é inválido³⁸³(LAMBERT, 1983, p. 29).

A divisão em dois tipos de propriedades permitiu, assim, que a constituição do *ser-assim* de um objeto conservasse uma identidade que independe de seu *ser* ou *não-ser*³⁸⁴ – ou até mesmo da suposição destes – e assegurou que propriedades assumíveis não deveriam seguir necessariamente o princípio do terceiro excluído. De modo que a posse de propriedades constitutivas poderia ser indeterminada, como nos casos já citados em que $\sim (Ba \vee \text{não} - Ba)$ é verdadeira, uma característica essencial de objetos que não subsistem. Algo que pode ser ilustrado do seguinte modo:

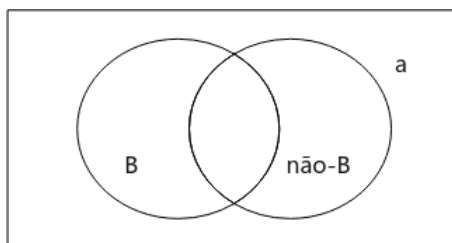


Figura 5.1 – Exemplo de indeterminação de propriedade constitutiva.

Já acerca da determinação, 3 tipos de afirmação da falsidade de $\sim(Ba \vee \text{não}-Ba)$ são possíveis:

1. uma em que somente *não* – *Ba* é falsa:

³⁸² “There are nuclear properties P1, P2 . . . such that the set of P1, P2 . . . attaches to s;
So, s has being - is invalid”

³⁸³ “The loose version, in turn, says that the principle: “There is a property P such that P is possessed by
s;

So, s has being - is invalid”.

³⁸⁴ Cf. JACQUETTE, 2015b, p. 86.

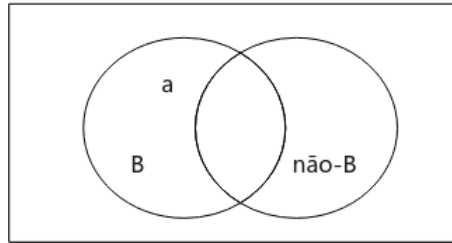


Figura 5.2 – Exemplo do 1º modo de determinação de propriedades constitutivas.

2. uma em que somente Ba é falsa:

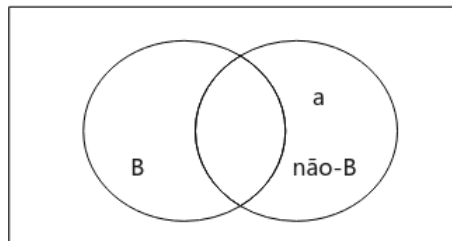


Figura 5.3 – Exemplo do 2º modo de determinação de propriedades constitutivas.

3. e uma em que ambas são falsas:

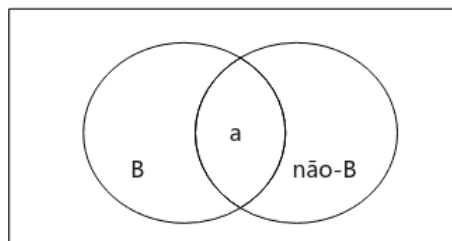


Figura 5.4 – Exemplo do 3º modo de determinação de propriedades constitutivas.

As 3 possibilidades de determinação de propriedades, juntamente com a possibilidade de indeterminação, imputam que a atribuição da bivalência de valores de verdade não é suficiente para satisfazer os juízos acerca do *ser-assim* de um objeto³⁸⁵.

Dos modos de determinação ou indeterminação do *ser-assim* de um objeto se seguem as propriedades consecutivas – aquelas que, como dito anteriormente, não são livremente intentadas. Meinong afirmou que elas são exteriores ao *ser-assim* do objeto, no entanto não determinou um critério preciso de distinção. No lugar disso, o que fez foi usar exemplificações e afirmar que para uma propriedade ser considerada consecutiva, um exame apurado deve ser feito³⁸⁶. De fato, há inúmeras propriedades que podem se seguir do *ser-assim* de um objeto, essa dificuldade de adoção foi bem notada por Terence Parsons, que disse:

Nossa situação histórica produz um tipo muito grosseiro de procedimento de decisão para dizer se um predicado é nuclear ou extranuclear. É o seguinte: se todos concordam que o predicado representa uma propriedade comum dos indivíduos, então é um predicado nuclear e representa uma propriedade nuclear. Por outro lado, se todos concordam que não representa uma propriedade comum de indivíduos (por qualquer motivo), ou se há uma história de controvérsia sobre se representa uma propriedade de indivíduos, então é um predicado extranuclear, e não representa uma propriedade nuclear. Naturalmente, este "processo de decisão" é muito imperfeito. Provavelmente, sua principal virtude é nos dar casos suficientemente claros de predicados nucleares e extranucleares para que possamos desenvolver uma intuição para a distinção, de modo que possamos classificar facilmente novos casos³⁸⁷ (PARSONS, 1980, p. 24).

Diante desse problema metodológico, Parsons subdividiu (e, assim como Meinong, exemplificou) predicados que representam as propriedades consecutivas em 4 tipos³⁸⁸:

1. Ontológico: “existe”, “é mitológica”, “é fictícia”

³⁸⁵ Autores como Dale Jacquette e Richard Routley apresentaram sistemas lógicos polivalentes acerca de propriedades constitutivas. No entanto, apesar de ambos assumiram o valor *indeterminado* para casos como o da figura 5.1, Jacquette atribuiu os valores *verdadeiro* ou *falso* para casos como os das figuras 5.2, 5.3 e 5.4 – ou seja, uma lógica trivalente (JACQUETTE, 1996b, p. 102-3) – e Routley acrescentou ainda o valor *ambos* (ROUTLEY, 2018, p. 23), para casos como o da figura 5.4.

³⁸⁶ Cf. MEINONG, 1915, p. 176.

³⁸⁷ “Our historical situation yields a very rough kind of decision procedure for telling whether a predicate is nuclear or extranuclear. It is this: if everyone agrees that the predicate stands for an ordinary property of individuals, then it is a nuclear predicate and it stands for a nuclear property. On the other hand, if everyone agrees that it doesn't stand for an ordinary property of individuals (for whatever reason), or if there is a history of controversy about whether it stands for a property of individuals, then it is an extranuclear predicate, and it does not stand for a nuclear property. Of course, this "decision procedure" is a very imperfect one. Probably its main virtue is to give us enough clear cases of nuclear and extranuclear predicates for us to develop an intuition for the distinction, so that we can readily classify new cases”.

³⁸⁸ Cf. PARSONS, 1980, p. 23.

2. Modal: “é possível”, “é impossível”
3. Intencional: “é pensado por Fulano”, “é cultuado por Fulano”
4. Técnico: “é completa”

Sua divisão parece, de fato, elencar propriedades de ordem superior, contudo, além de não ser um particionamento considerado unânime³⁸⁹, parece bastante inadequada – pelo menos dentro de uma abordagem “ao pé da letra” da Teoria dos Objetos –, à medida que inclui predicados como “é mitológico” e “é fictício”, dentro de uma abordagem ontológica. No entanto, tendo em vista que Parsons parece bastante correto com respeito à dificuldade da determinação de um critério que subsuma toda e qualquer propriedade consecutiva e considerando o enfoque lógico, semântico e ontológico do presente trabalho, penso que para nossas atuais pretensões a propriedade consecutiva relacionada ao predicado “existe” é a mais importante de todas, pois possibilita, no mínimo, a exposição de que na Teoria dos Objetos há uma semântica de amplo domínio em que é possível referir e predicar não só o que possui extensão, mas também o que não denota como “a montanha de ouro”, “Sherlock Holmes” – e até mesmo expressões que representam objetos com propriedades mutuamente excludentes como “o quadrado redondo” –, uma vez que suas propriedades constitutivas são assumíveis, mas sem lhes imputar qualquer tipo de *status* ontológico, o que é uma função da propriedade consecutiva relacionada ao *ser* (espaçotemporal ou abstrato) – que tradicionalmente é sintaticamente representada por filósofos meinonguianos como $E!x$ ³⁹⁰ –, e, conseqüentemente, permite que, em sistemas lógicos baseados na Teoria dos Objetos, o quantificador existencial seja interpretado como neutro e que a atribuição de existência (ou não-existência) seja função de uma propriedade consecutiva. Assim, o extensionalismo baseado na denotação pode ser substituído por um outro extensionalismo baseado numa propriedade consecutiva sintaticamente simbolizada de maneira distinta às propriedades constitutivas³⁹¹.

Uma definição lógica que exhibe quais são os objetos subsumidos pela propriedade consecutiva que imputa *ser* foi apresentada por Dale Jacquette no seu *Meinongian Semantics*, de 1996. Ela é como se segue: $\forall x[E!x \equiv \forall P((Px \vee \text{não} - Px) \& \sim (Px \& \text{não} - Px))]$. Ao que parece, vai ao encontro de maneira fiel ao que foi escrito por Meinong, uma vez que a cláusula $((Px \vee \text{não} - Px)$ exclui a possibilidade da indeterminação de qualquer propriedade do que *é*, e a cláusula $\sim (Px \& \text{não} - Px)$ assegura que o que *é* não viola o princípio da não contradição, o que, com efeito, foi claramente verbalizado por Meinong desde seu *Über die Stellung der Gegenstandstheorie im System der Wissenschaften*, de

³⁸⁹ Cf. JACQUETTE, 2015b, p. 93.

³⁹⁰ Cf. PARSONS, 1980, p. 69, Cf. ROUTLEY; ROUTLEY, 2019, p. 236, Cf. JACQUETTE, 1996b, p. 97.

³⁹¹ De modo que é possível “cortar a barba de Platão” e simbolizar sentenças de negação existencial do tipo “algo não existe” como $\exists x \sim E!x$.

1906³⁹². Note que o rompimento de qualquer uma das cláusulas implica a impossibilidade de um objeto pertencer a uma ontologia e que não há brechas à possibilidade de pertinência de um objeto a $E!x$ e a sua negação $\text{não} - E!x$ ao mesmo tempo. Assim, a bivalência da lógica clássica é mantida no que diz respeito ao *ser*, de modo que os valores de verdade que podem ser aplicados a *objetivos-de-ser* e *objetivos-de-não-ser* são apenas 2, enquanto que em *objetivos-de-ser-assim* os valores de verdade não estão restritos à bivalência.

Desse modo, ao contrário das acusações de que Meinong não distinguiu *ser* e *não-ser*³⁹³, somente uma parcela da totalidade de objetos contidos no *Auserssein* são os objetos pertencentes à ontologia, assegurando assim um critério de compromisso ontológico em que somente os objetos sobre os quais é verdadeiro dizer que são valores de variáveis da propriedade consecutiva $E!x$ têm *ser*. Algo que pode ser ilustrado como:



Figura 5.5 – Critério de compromisso ontológico na Teoria dos Objetos.

Terence Parsons, de modo perspicaz em seu artigo “Referring to Nonexistent Objects”³⁹⁴, traçou um esquema que cataloga a totalidade dos objetos que possuem propriedades consecutivas e, ao mesmo tempo fez a distinção com os que não as possui. Tomando sua exposição como base é possível exibir a exclusão da associação

³⁹² Cf. MEINONG, 1906a, p. 16.

³⁹³ O que, como foi visto, é abordado com viés lógico-semântico por Russell, mas que a partir das críticas do filósofo britânico, ecoou sob um viés ontológico que, além da “Selva de Meinong” apontada por Kneale, pode ser visto no “Sobre o que Há” de Quine, artigo no qual chama a Teoria dos Objetos de uma espécie de cortiço ontológico que deve receber uma limpeza (QUINE, 2011, p. 15).

³⁹⁴ Cf. PARSONS, , p. 98-9.

de objetos não-existentes em uma ontologia, os restringindo a questões linguísticas e intensionais, à medida que objetos que tem *ser* – e, por conseguinte, constituem uma ontologia – comungam de uma propriedade de segunda ordem $E!$:

$$E! = \{o_1, o_2, o_3, \dots, o_n\}$$

E podem ser representados do seguinte modo:

$$o_1 = \{P_1, \dots, P_n \mid \forall P((Px \vee \text{n\~{a}o} - Px) \sim (Px \& \text{n\~{a}o} - Px))\}$$

$$o_2 = \{P_2, \dots, P_{n+m} \mid \forall P((Px \vee \text{n\~{a}o} - Px) \sim (Px \& \text{n\~{a}o} - Px))\}$$

$$o_3 = \{P_3, \dots, P_{n+l} \mid \forall P((Px \vee \text{n\~{a}o} - Px) \sim (Px \& \text{n\~{a}o} - Px))\}$$

.

.

.

$$o_n = \{P_{n+s}, \dots, P_{n+d} \mid \forall P((Px \vee \text{n\~{a}o} - Px) \sim (Px \& \text{n\~{a}o} - Px))\}$$

Enquanto os objetos que não existem – e, portanto, são um conjunto de propriedades constitutivas das quais não se segue a propriedade consecutiva $E!$ e, assim, estão fora de um domínio ontológico – podem ser ilustrados da seguinte maneira:

$$o_{n+1} = \{\text{quadrado}_1, \text{redondo}_1\}$$

$$o_{n+2} = \{\text{detetive}_1, \text{pugilista}_1, \text{mestre dos disfarces}_1, \dots, \text{fumante}_1\}$$

Há outras variações e interpretações acerca da semântica e sistemas lógicos distintos do que faz a distinção entre propriedades constitutivas e propriedades consecutivas³⁹⁵. No presente trabalho, a escolha do sistema de distinção de propriedades foi feita em virtude de, além de parecer a mais fiel ao que foi exposto historicamente por Meinong, me parece ser a opção mais frutífera com respeito aos campos da lógica e semântica. Mas, a parte às diferenças entre sistemas lógicos e semânticos baseados na Teoria dos Objetos, o que parece ser um ponto em comum entre todas as teorias é que objetos não-existentes são sempre tratados como objetos semânticos e não lhes são imputados quaisquer tipos de *status* ôntico, diferentemente do que é majoritariamente exposto sobre Meinong na tradição analítica.

³⁹⁵ Ver, por exemplo: Zalta (1988) e Berto (2013); O primeiro trabalha com um sistema lógico de dois tipos de predicção, já o segundo trabalha com um sistema modal.

5.4 Objetos Auxiliares

A partir das noções de completude e da distinção entre propriedades, outra importante mudança é adicionada à Teoria dos Objetos: a concepção de objetos meramente semânticos e que fazem a função de sentido das expressões linguísticas, ou seja, uma distinção entre sentido e referência: os objetos auxiliares (*Hilfsgegenständen*). Segundo Meinong, os objetos auxiliares são o que as palavras significam³⁹⁶, e os objetos que eles nomeiam são objetos alvos (*Zielgegenständen*)³⁹⁷, as referências do que é dito. Desse modo, a referência contida na expressão “o quadrado redondo é redondo” é um objeto que está abrigado no *Ausserssein* – o quadrado redondo – mas o sentido do sujeito gramatical “o quadrado redondo” é o significado contido essencialmente na conjunção do que significam as palavras “quadrado” e “redondo”.

Os significados passaram, portanto, a ser compreendidos por Meinong como um objeto distinto do objeto enquanto tal. Objetos auxiliares são constituídos por instâncias que são indispensáveis no conceito de objetos particulares. Isto é, num termo como “triângulo” é essencial ao seu significado as instâncias *3 lados* e *3 ângulos*, independentemente da igualdade ou diferença de seus lados ou ângulos. O objeto auxiliar “triângulo”, enquanto significado, é formado por instâncias que são indispensáveis em triângulos particulares, mas são indeterminados em relação as instâncias *equilátero*, *isósceles* ou *escaleno*. Desse modo, os significados são, em última instância, objetos que, além de semânticos, são indeterminados em relação a alguma propriedade³⁹⁸ e, por isso, não-existentes. No entanto, a relação entre o objeto alvo e o objeto auxiliar não é mereológica, pois como destacou Meinong:

Agora, se descrevermos as relações parte-todo, podemos caracterizar a relação dos objetos incompletos com os completos, não apenas em termos do que não é, mas também em termos do que é; estabelecendo assim, em particular, a validade do que muitas vezes foi conjecturado. Sem dúvida, ‘a bola’, por exemplo, só tem um significado exato se esta ou aquela bola em particular existir; e desta forma a sentença “a bola existe nesta ou naquela bola em particular” certamente faz sentido como um tropo ou analogia. Arrisco-me a dizer o mesmo, por meio de uma terminologia especial, que ‘a bola’ está implexa na bola de bilhar do meu amigo, e provavelmente também a chamar

³⁹⁶ Cf. MEINONG, 1915, p.196.

³⁹⁷ Cf. Ibidem, p. 197.

³⁹⁸ Cf. Ibidem, p. 185.

esta última bola de um "implexo" na primeira³⁹⁹ (MEINONG, 1915, p.211).

A relação de pertinência é entre o objeto particular e suas próprias instâncias, mas o significado é tomado apenas numa relação de analogia à qual Meinong definiu como estar *implexo*⁴⁰⁰. De modo que o significado dos termos só fazem sentido, em virtude de haver particulares que comungam de certas características essenciais. Desse modo, Meinong conseguiu subsumir em sua Teoria dos Objetos a noção de universais como objetos incompletos⁴⁰¹.

No entanto, o significado do objeto alvo pode ser tomado de maneira mais restrita⁴⁰², uma vez que em casos como "o compositor", "o compositor alemão" e "o compositor alemão da Sinfonia n.º. 9", o significado do primeiro termo está *implexo* em um número maior de objetos que o segundo, e o significado do último aparentemente⁴⁰³ está *implexo* em um, e somente um, objeto existente particular. E assim, diversos objetos auxiliares podem ser utilizados – de maneiras mais ou menos precisas – como significados de um objeto alvo⁴⁰⁴.

A noção de objetos incompletos associada ao conceito de objeto auxiliar provocaram mudanças estruturais importantes na semântica meinonguiana, uma vez que o objeto alvo, enquanto *númeno*, e, portanto inapreensível em sua totalidade continua a ser a referência do dizer, mas o sentido para o qual este último aponta é um objeto incompleto que está numa relação de analogia com a referência. Ainda, do mesmo modo como em 1904, o conteúdo do ato mental ainda é imanente ao sujeito, mas, apesar de intencionar o objeto transcendente, sua representação é de um objeto incompleto em relação de analogia com o objeto alvo. De maneira que a semântica meinonguiana apresentada em 1915 pode ser representada como segue:

³⁹⁹ Nun darf uns aber das Verhältnis des unvollständigen Gegenstandes zum vollständigen nicht nur hinsichtlich dessen interessieren, was es nicht ist, sondern auch hinsichtlich dessen, was es ist, zumal dabei zur Geltung kommen kann, was mutmaßlich oft genug eigentlich gemeint worden ist, wenn man zur Beschreibung der Sachlage die Relation des Teiles zum Ganzen heranzog. Ohne Zweifel bedeutet es nämlich doch etwas für "die Kugel", when "eine Kugel", genauer also, wenn diese oder jene bestimmte Kugel existiert, und als Tropus oder Analogie ist der Wendung "die Kugel existiert in dieser oder jene bestimmten Kugel" sicher ein guter Sinn beizulegen. Ich versuche der Gefahr, Ähnliches für gleich zu nehmen, durch besondere Benennung vorzubeugen, indem ich von "der Kugel" sage, sie sei in der Billiardkugel meines Freundes "Implektiert", und wohl auch diese letztere Kugel als einen "Implekten" der ersteren bezeichn.

⁴⁰⁰ Esse termo parece se tratar de um neologismo feito por Meinong a partir da palavras latina *implexus*. Manteremos a tradução deste termo como *implexo*, tendo como sentido uma relação na qual o significado de um termo que representa um objeto específico está analogamente "emaranhado" no significado de um termo mais genérico que subsume as instâncias essenciais de mais do que um objeto específico.

⁴⁰¹ Cf. MEINONG, 1915, p. 179.

⁴⁰² Cf. Ibidem, p. 214.

⁴⁰³ É importante fazer essa ressalva, pois como bem notou Findlay, qualquer significado que, a princípio, é considerado *implexo* num único objeto que existe, pode estar *implexo* numa infinidade de objetos não-existentes; Cf. FINDLAY, 1963, p. 211-2.

⁴⁰⁴ Cf. MEINONG, 1915, p.197-8.

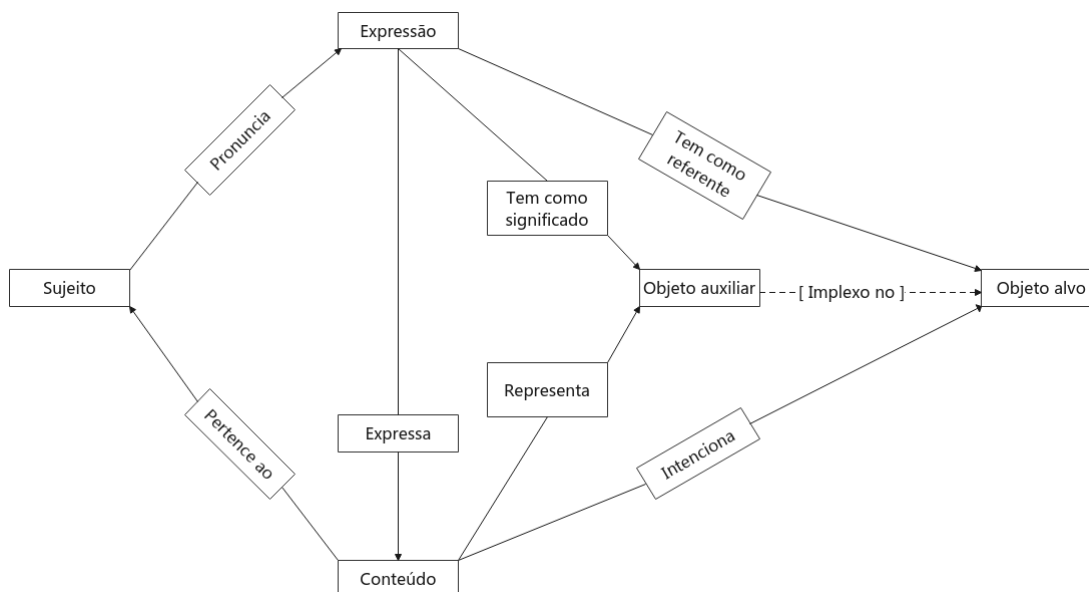


Figura 5.6 – Semântica da Teoria dos Objetos em 1915.

Assim expressões como “o detetive parceiro de Watson”, “o intérprete de Gandalf” e “o compositor alemão da nona sinfonia” são significados *implexos* que advêm de representações incompletas do *ser-assim* de suas referências, que por sua vez são objetos alvos inapreensíveis em sua totalidade.

5.5 A Teoria dos Objetos em 1915

A Teoria dos objetos tal como defendida por Meinong em seu livro de 1915 apresenta nuances diferentes e muito importantes em relação aos matizes expostos no manifesto de 1904. No entanto, o *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit: Beiträge zur Gegenstandstheorie und Erkenntnistheorie* parece ser ainda um livro muito inexplorado – inclusive por quem estuda Meinong –, de modo que, além de não ter nenhuma tradução para outra língua, há relativamente pouco material secundário que o aborde. Pelo que foi exposto no presente trabalho, acredito que a Teoria dos Objeto de 1915 pode ser dividida como segue:

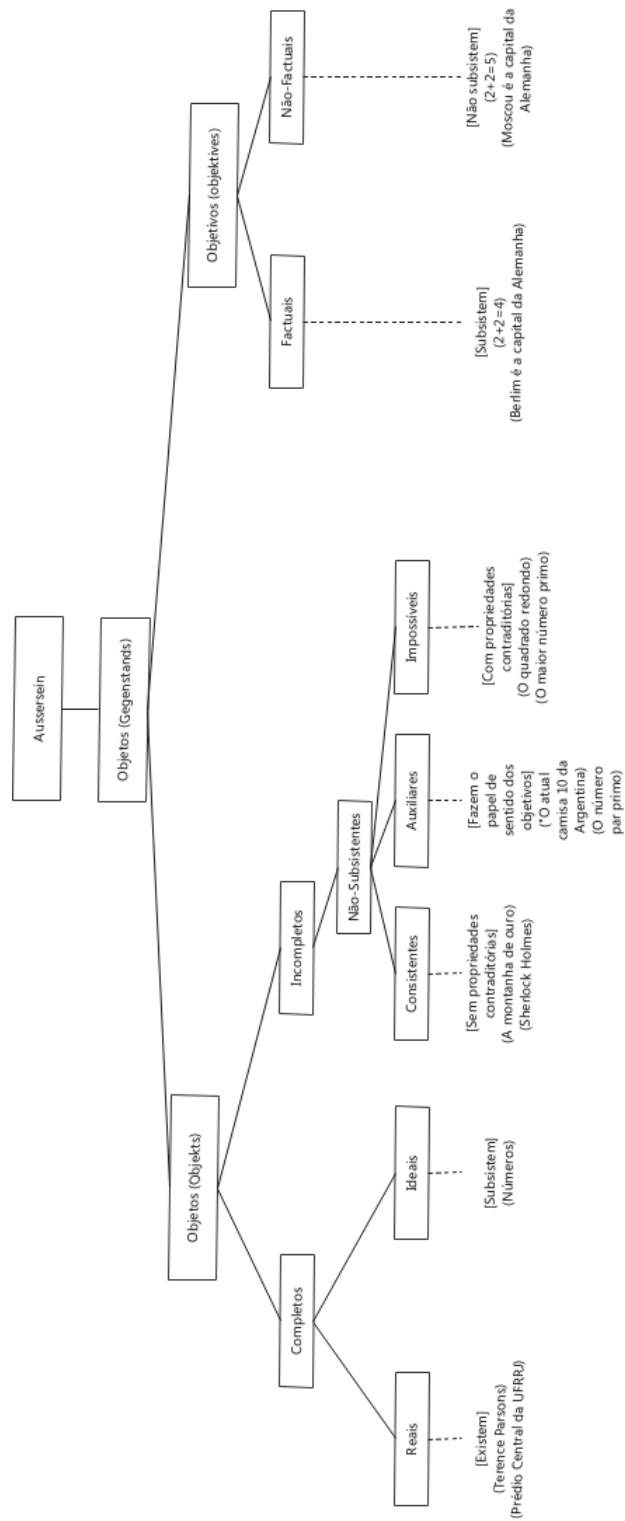


Figura 5.7 – Árvore de Porfírio da Teoria dos Objetos em 1915.

6 CONCLUSÃO

Ao longo do presente trabalho, procurei investigar alguns dos matizes da Teoria dos Objetos que podem fundamentar uma abordagem lógico-semântica intensional, analisando-os sob um pano de fundo teórico e histórico. Dentro desse objetivo, levantei um problema central acerca da incongruência entre a semântica consolidada na filosofia da linguagem e o discurso ordinário, e expus possíveis soluções por meio dos postulados meinonguianos em dois períodos distintos que considere possuírem diferenças significativas: um cujo texto base foi o “Über Gegenstandstheorie”, de 1904, e outro cuja leitura principal foi o livro, até hoje pouco explorado, *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit: Beiträge zur Gegenstandstheorie und Erkenntnistheorie*, de 1915. Defendi que uma forte motivação para tais mudanças na Teoria dos Objetos, nesse intervalo de pouco mais que uma década, foram as críticas feitas por Russell no artigo “On Denoting”, de 1905, tendo em vista que, embora o filósofo britânico estivesse buscando uma solução para um mesmo problema central investigado por Meinong, suas resoluções eram incompatíveis com as respostas oferecidas pelo filósofo austríaco.

Em síntese, a exposição desses pontos centrais teve início no capítulo 2, no qual fiz uma breve apresentação do problema essencial que, de certo modo, norteou a presente dissertação: o paradoxo do *não-ser*. Defendi que, sob uma perspectiva semântica, há na tradição filosófica uma posição *standard* na qual se oblitera o *não-ser* da condição de objeto genuíno do discurso, sob a justificação de que nenhum enunciado sobre o que não existe é verdadeiro. Uma consequência direta de uma *Suposição Ontológica* que define que somente o que existe pode possuir propriedades, ligando, assim, o dizer, inflexivelmente, a uma semântica extensional. O que, contudo, sob uma perspectiva do discurso ordinário, defendi parecer ser contra-intuitivo, uma vez que, nas mais variadas atividades humanas, a maior parte do dizer e do pensar são proeminentemente constituídos de objetos intensionais. Diante disso, conclui que para a semântica filosófica abranger de maneira mais precisa a linguagem natural, há a necessidade do uso de teorias de verve intensional.

No capítulo 3, analisei as nuances da Teoria dos Objetos que serviram como base para o manifesto “Über Gegentandstheorie”, de 1904, em que numa defesa do *não-ser* como objeto genuíno do conhecimento e do discurso, Meinong, sob motivação epistemológica baseada na intencionalidade do ato mental, forneceu fundamentos para uma teoria semântica intensional em que o conceito de objeto é genérico e baseado na posse de um conjunto de instâncias particulares – unidas por algum tipo de relação – independentemente da posse de um *status* ontológico, um *ser-assim* que independe do *ser*. Para tal, delineei os conceitos de realidade e irrealidade na teoria meinonguiana,

de modo que expus a associação do primeiro a um modo de *ser* que é dependente de atualidade espaçotemporal e foi chamado por Meinong de existência; e o segundo, a uma subdivisão (um tanto quanto imprecisa) que, além de compreender um modo de *ser* nomeado como subsistência – que contempla objetos que não podem ser atuais, mas possuem uma espécie de factualidade –, abarca o *não-ser* – constituído por objetos meramente intentados e chamados por Meinong como não-subsistentes. Além disso, procurei expor que em virtude de sua busca por postular uma ciência que tem o *não-ser* como um objeto genuíno de conhecimento, Meinong teve que escapar das pechas de psicologista ou idealista. O que fez ao defender que todo objeto enquanto tal está abrigado num domínio semântico isento de qualquer *status* ôntico – o *Aussersein* –, que todo objeto é transcendente ao ato mental de um sujeito – que por sua vez, tem acesso apenas as suas possíveis representações pictóricas – um conteúdo imanente ao ato; e que qualquer objeto pode ser assumido por meio de uma irrestrita liberdade de suposição, em virtude de já estar, pelo menos a nível de possibilidade, anteriormente *dado*. Ou em outras palavras, qualquer representação de conjunção arbitrária de instâncias assumida por um sujeito é a representação de um objeto que já estava previamente abrigado no *Aussersein*.

Ainda no capítulo 3, também exibi que Meinong apresentou, além de objetos que são conjuntos de propriedades, objetos semânticos chamados de objetivos, que são representados pelos juízos e pelas suposições e cuja forma é similar a das *proposições*, de modo que, embora não possam ser contemplados pelo modo de *ser* chamado existência, podem subsistir, caso sejam factuais, ou podem ser não-subsistentes, caso não sejam factuais. A partir disso analisei, os critérios de apreensão e de verdade acerca do objeto enquanto tal, uma vez que Meinong ressaltou que todos esses itens dependem, em última instância, da atividade do sujeito cognoscente por meio de juízos ou suposições, pois as representações pictóricas por si só não resultam na apreensão de um objeto, e é somente por meio de uma análise introspectiva que afirma ou nega algo sobre a representação que, de fato, há uma tomada de consciência acerca de um determinado objeto. À vista disso, Meinong destacou que os juízos acerca do que existe advêm de uma relação causal do que passivamente é captado pelos sentidos, e os juízos sobre o que não existe advêm da avaliação de representações de instâncias em conjunção e assumidas *a priori*. Além disso, a apreensão genuína de um objeto depende das evidências que corroboram com a verdade do juízo, que podem ser evidências de certeza, quando justificam uma afirmação ou negação de modo analítico, ou presumíveis, quando justificam de maneira sintética.

Constatei também que, para incluir de maneira mais precisa o *não-ser* numa teoria semântica, Meinong apresentou 3 tipos distintos de objetivos: *objetivos-de-ser-assim*, *objetivos-de-ser* e *objetivos-de-não-ser*. Em que o primeiro lida com a afirmação ou negação de instâncias no *ser-assim* de um objeto independentemente de seu *ser*; o

segundo aborda a afirmação do *ser* de algo; e o terceiro a negação do *ser* de um objeto. E que este último é de suma importância, pois, com ele, Meinong inseriu ausências e fatos negativos na totalidade do que pode ser conhecido acerca do realidade e, assim, conseguiu estabelecer que o critério de subsistência ou não-subsistência de um objetivo não advém de uma relação mereológica do objetivo com seus constituintes, mas sim de uma relação entre o objetivo e a realidade. Desse modo, a negação existencial do que não existe como, por exemplo, numa sentença “Pégaso não existe” representa um *objetivo-de-não-ser* que subsiste, pois é congruente com um fato acerca da realidade; enquanto a negação existencial de algo que existe, como numa sentença do tipo “Anya Taylor-Joy não existe” representa um *objetivo-de-não-ser* que não subsiste, pois é incongruente com a realidade. Tendo tudo isso como base, defendi que há, ainda que de maneira implícita, uma distinção entre sentido e referência na Teoria dos Objetos, em que os inúmeros conteúdos acerca de um objeto transcendente podem ser expressados na função de diferentes sentidos acerca de um mesmo referente.

No entanto, apesar de todos os critérios adotados e trabalhados por Meinong, no capítulo 4, expus que a imagem acerca do filósofo austríaco que foi amplamente consolidada dentro da tradição analítica do Século XX, foi a de uma figura caricata – e mitológica – que postulou uma teoria que implicava em violações de princípios lógicos, na não distinção entre o *ser* e o *não-ser* e na multiplicação de entidades que constituem uma ontologia, de modo que a Teoria dos Objetos deveria ser considerada “morta e enterrada”. Defendi que essas distorções acerca da teoria de Meinong, em certa medida, foram consequências das críticas feitas por Russell no “On Denoting”. Para isso, exibi que o problema semântico envolvendo o *não-ser* também foi um objeto central dos estudos de Russell por um período que antecedeu a publicação de seu mais célebre artigo, de maneira que o fez adotar inúmeras mudanças com respeito à noção de denotação. Avaliei que a originalidade da solução apresentada ao problema do *não-ser*, por meio da teoria das descrições definidas, e que os argumentos bem construídos contra a teoria meinonguiana tiveram grande impacto em avaliações posteriores dos trabalhos de Meinong. Contudo, defendi que grande parte das críticas de Russell são más interpretações do que foi exposto por Meinong e que talvez tenham origem numa incompatibilidade paradigmática entre as teorias dos dois filósofos, no mínimo, no que concerne à noção de *ser*, uma vez que a concepção de não-subsistência de objetos e objetivos não é adequada à teoria das descrições, pois além de ter obliterado o *não-ser* da possibilidade de ser representado como um referente genuíno do dizer, Russell abordou a noção de *proposição* sob uma perspectiva mereológica, na qual não é possível negar o seu *ser*, seja ela falsa ou verdadeira, devido a sua significância. Desse modo, sentenças como “Anya Taylor-Joy é sereia” e “Pernambuco é a capital do Brasil” representam *proposições* falsas, mas que possuem um *status* ôntico.

Todavia, ainda no capítulo 4, destaquei que especificamente a crítica de Russell

que concerne a possibilidade de predicções que envolvem *status* ontológicos como “existente” não só foi válida, como também foi primordial para mudanças significativas na teoria de meinongiana, pois, ao passo que a afirmação de existência de um objeto foi, por um lado, dita ser da competência de um *objetivo-de-ser*, não havia nenhuma cláusula na Teoria dos Objetos que restringisse a admissão, por meio da irrestrita liberdade de suposição, de uma instância que pudesse ser representada por uma palavra que significa um *status* ôntico. Ou seja, havia, de fato, uma incoerência entre dois postulados propostos por Meinong.

Apontado tal problema, no capítulo 5, destaquei algumas mudanças fundamentais nos postulados da Teoria dos Objetos, presentes principalmente no livro *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit* e avaliei algumas interpretações e soluções de filósofos que aproximaram o trabalho de Meinong ao campo da lógica. Destaquei que como uma primeira tentativa de resolução à questão levantada por Russell acerca do predicado “existente”, Meinong apresentou um postulado inconsistente, o *momento modal*. No entanto, o filósofo austríaco apresentou também especificamente 3 pontos que, além de mudarem significativamente alguns aspectos da Teoria dos Objetos, considereei capazes de fundamentar não só uma resposta suficientemente aceitável no que concerne a predicção com termos como “existente”, mas também propiciaram importantes elementos para uma semântica intensional. São eles: a distinção entre objetos completos e objetos incompletos; a distinção entre dois tipos de propriedades; e a noção de objeto auxiliar.

Por meio da noção de completude, Meinong conseguiu, por exemplo, demarcar de uma melhor maneira a diferença entre objetos subsistentes e objetos não-subsistentes, uma vez que restringiu o *ser* a objetos cujas instâncias do *ser-assim* são completamente determinadas dentro de uma faixa de significância, ou, em outras palavras, cujas propriedades pertinentes não violam os princípios lógicos do terceiro excluído e da não contradição. E, num sentido contrário, o *não-ser* foi atribuído a objetos que possuem um *ser-assim* incompleto – ou seja, um conjunto de propriedades no qual há a ausência de pelo menos uma que é pertinente – ou instâncias mutuamente excludentes. E ainda, como resultado disso inseriu, na Teoria dos Objetos, a noção de universais e a concepção de significado para expressões gramaticais, ambas como objetos incompletos que comungam de características essenciais de determinados termos. Mais do que isso, formulou, dessa vez explicitamente, uma distinção entre sentido e referência, na qual o sentido das expressões são os significados das palavras – o que denominou como objetos auxiliares – que estão numa relação de analogia com a referência, um objeto transcendente ao qual passou a chamar de objeto alvo.

Ademais, na distinção feita entre tipos de propriedades, Meinong delimitou as instâncias particulares constituintes do *ser-assim* completo ou incompleto de um objeto ao que chamou de propriedades constitutivas, e inseriu propriedades de ordem su-

perior, que se seguem do conjunto de propriedades constitutivas – chamadas por ele de propriedades consecutivas. Sobre, essas últimas, apesar de elencar alguns exemplos – incluindo a representada pelo predicado “existente” – não forneceu um critério suficientemente adequado para distinguí-la da primeira. Um problema que defendi estar em aberto, uma vez que nem mesmo os filósofos que sistematizaram a Teoria dos Objetos em sistemas lógicos e abraçaram a distinção entre propriedades formularam critérios satisfatoriamente elucidativos. Em virtude disso, no presente trabalho, limitei à categoria de propriedade consecutiva apenas a propriedade *te ser* – compreendendo o que é representado pelo predicado “existente” –, a representei sintaticamente por *E!* e defini só ser aplicável a objetos cujas propriedades internas não violam os princípios do terceiro excluído e da não contradição. Já no que concerne às propriedades constitutivas delimito as instâncias que não implicam um importe ontológico. Destarte, além da possibilidade de uma resposta mais adequada ao problema sugerido por Russell, pois, ao passo que o ato de supor estaria restrito a propriedades constitutivas do *ser-assim* de um objeto, o uso do predicado “existente” seria em relação a uma propriedade consecutiva, e, assim, poderia ser julgada como falsa em sentenças que a atribuem a objetos dos quais a constituição do *ser-assim* não a implica. Também analisei que por meio da distinção entre propriedades é possível formular um critério de compromisso ontológico em que o *ser* é vinculado a uma variável que acompanha a propriedade consecutiva *E!*.

Por fim, com base no que foi exposto na presente dissertação, acredito que uma teoria semântica baseada nos postulados de Meinong seja uma opção viável no que concerne à referência e predicação de objetos meramente intensionais, uma vez que, em comparação a teorias com enfoque extensional, rompe de maneira menos abrupta com a linguagem natural, pois subsume um número maior de constituintes⁴⁰⁵. Creio também que embora Meinong tenha sido pouco elucidativo acerca de alguns dos conceitos de sua Teoria dos objetos, está longe de ser a imagem caricata com a qual foi associado pela tradição analítica.

⁴⁰⁵ Por outro lado, no que concerne à simplicidade, pode ser considerada um pouco mais truncada, tendo em vista que possui um maior número de postulados e uma sintaxe mais extensa.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTAZZI, L.; JACQUETTE, D.; POLI, R. Meinong in His and Our Times. In: _____. *The School of Alexius Meinong*. Londres / Nova Iorque: Routledge, 2001. p. 3–48.
- AYER, A. J. *Russell*. Londres: The Woburn Press, 1974.
- AZZOUNI, J. *Talking About Nothing: Numbers, Hallucinations, and Fictions*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- BARBER, K. F. Meinong's Hume Studies, Part I: Meinong's Nominalism. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 30, p. 550–567, 1970.
- BEANEY, M. Russell and Frege. In: _____. *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*. Nicholas Griffin. Cambridge / Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003. p. 128–170.
- BENCIVENGA, E. Meinong: A Critique From the Left. *Grazer Philosophische Studien*, v. 25, p. 461–483, 1985.
- BERGMANN, G. *Realism. A Critique of Brentano and Meinong*. Madison: University of Wisconsin Press, 1967.
- BERTO, F. *Existence as a Real Property: The Ontology of Meinongianism*. Reino Unido: Springer, 2013.
- BOURGEOIS, W. V. Beyond Russell and Meinong. *Canadian Journal of Philosophy*, v. 11, p. 653–666, 1981.
- BRENTANO, F. *Psychology from an Empirical Standpoint*. Tradução de Antos C.Rancurello, D.B.Terrell e Linda L.McAlister. Londres / Nova Iorque: Routledge, 1995.
- CHISHOLM, R. M. *Realism: the Background of Phenomenology*. Califórnia: Ridgeview Publishing Company, 1960.
- CHISHOLM, R. M. Homeless Objects. *Revue Internationale de Philosophie*, v. 27, n. 104/105, p. 207–223, 1973.
- DEWALQUE, A. A Critique of Meinongian Assumptions. In: _____. *Psychological Themes in the School of Alexius Meinong*. Berlim / Boston: Walter de Gruyter, 2020. p. 85–108.
- DÖLLING, E. Alexius Meinong's Life and Work. In: _____. *The School of Alexius Meinong*. Londres / Nova Iorque: Routledge, 2001. p. 49–76.
- FINDLAY, J. N. *Meinong's Theory of Objects and Values*. 2. ed. Grã-Bretanha: Oxford University Press, 1963.
- FREGE, G. Sobre o Sentido e a Referência (1892). In: _____. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. 2. ed. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: EDUSP, 2009b. p. 129–158.

- GEACH, P. T. Russell on Meaning and Denoting. *Analysis*, v. 19, p. 69–72, 1959.
- GRIFFIN, N. Russell's "Horrible Travesty" of Meinong. *Russell: The Journal of the Bertrand Russell Archives*, n. 25-28, p. 39–51, 1977.
- GRIFFIN, N. *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*. Nicholas griffin. Cambridge / Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.
- GRIFFIN, N. Russell's Use Theory of Meaning. *Journal for the History of Analytical Philosophy*, v. 8, n. 3, p. 1–18, 2020.
- GRIFFIN, N.; JACQUETTE, D. *Russell Vs. Meinong : the Legacy of "On Denoting"*. Londres / Nova Iorque: Routledge, 2009.
- GROSSMANN, R. Non-Existent Objects: Recent Work on Brentano and Meinong. *American Philosophical Quarterly*, v. 6, p. 17–32, 1969.
- GROSSMANN, R. *Meinong*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1974.
- GROSSMANN, R. Meinong's Main Mistake. In: _____. *The School of Alexius Meinong*. Londres / Nova Iorque: Routledge, 2001. p. 477–488.
- HAACK, S. *Filosofia das Lógicas*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- HINTIKKA, J. Meinong in a Long Perspective. *Grazer Philosophische Studien*, v. 50, p. 29–45, 1995.
- IERNA, C. Thinking the Impossible: The Gestalt of a Round Square. In: _____. *Psychological Themes in the School of Alexius Meinong*. Berlim / Boston: Walter de Gruyter, 2020. p. 47–60.
- JACQUETTE, D. Alexius Meinong (1853-1920). In: _____. *The School of Franz Brentano*. Boston: Springer, 1996. p. 131–159.
- JACQUETTE, D. *Meinongian Logic. The Semantics of Existence and Nonexistence*. Berlim: Walter de Gruyter, 1996.
- JACQUETTE, D. Außersein of the Pure Object. In: _____. *Alexius Meinong, The Shepherd of Non-Being (Synthese Library, Volume 360)*. Cham: Springer, 2015. p. 59–82.
- JACQUETTE, D. Constitutive (Nuclear) and Extraconstitutive (Extranuclear) Properties. In: _____. *Alexius Meinong, The Shepherd of Non-Being (Synthese Library, Volume 360)*. [S.l.]: Springer, 2015. p. 83–110.
- JACQUETTE, D. Meditations on Meinong's Golden Mountain. In: _____. *Alexius Meinong, The Shepherd of Non-Being (Synthese Library, Volume 360)*. Cham: Springer, 2015. p. 111–144.
- JACQUETTE, D. Meinong on the Phenomenology of Assumption. In: _____. *Alexius Meinong, The Shepherd of Non-Being (Synthese Library, Volume 360)*. Cham: Springer, 2015. p. 41–58.
- JAROSZYŃSKI, P. *Metaphysics or Ontology?* Tradução de Hugh McDonald. Leiden / Boston: Brill and Rodopi, 2018.

- JORGENSEN, A. K. Meinong's Much Maligned Modal Moment. *Grazer Philosophische Studien*, v. 64, p. 95–118, 2002.
- KALSI, M. L. S. On Meinong's Pseudo-Objects. *The Southwestern Journal of Philosophy*, v. 11, p. 115–123, 1980.
- KALSI, M.-L. S. *Meinong's Theory of Knowledge*. Dordrecht: Martinus Nijhoff., 1987.
- KAPLAN, D. Reading 'On Denoting' on its Centenary. *Mind*, v. 114, n. 456, p. 933–1003, 2005.
- KNEALE, W. *Probably and Induction*. Oxford: Clarendon Press, 1949.
- KUSCH, M. *Psychologism: A Case Study in the Sociology of Philosophical Knowledge*. Nova Iorque: Routledge, 2005.
- LAMBERT, K. *Meinong and the Principle of Independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LINDENFELD, D. F. *The Transformation of Positivism: Alexius Meinong and European Thought, 1880-1920*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- LINSKY, B.; ZALTA, E. N. In Defense of the Simplest Quantified Modal Logic. *Philosophical Perspectives*, v. 8, p. 431–58, 1994.
- MAKIN, G. 'On Denoting': Appearance and Reality. Routledge, Londres / Nova Iorque, p. 78–100, 2009.
- MEINONG, A. Über die Erfahrungsgrundlagen unseres Wissens. In: _____. *Abhandlungen zur Didaktik und Philosophie der Naturwissenschaft*. Berlin: Springer, 1906. I, n. 6, p. 1–113.
- MEINONG, A. *Über die Stellung der Gegenstandstheorie im System der Wissenschaften*. Leipzig: Verlag von Johann Ambrosius Barth, 1906.
- MEINONG, A. Abstrahieren und Vergleichen. In: _____. *Alexius Meinong's Gesammelte Abhandlungen I*. Leipzig: Verlag von Johann Ambrosius Barth, 1914. p. 443–494.
- MEINONG, A. Zur Psychologie der Komplexionen und Relationen. In: _____. *Alexius Meinong's Gesammelte Abhandlungen I*. Leipzig: Verlag von Johann Ambrosius Barth, 1914. p. 279–304.
- MEINONG, A. Über Urteilsgefühle: was sie sind und was sie nicht sind. In: _____. *Alexius Meinong's Gesammelte Abhandlungen I*. Leipzig: Verlag von Johann Ambrosius Barth, 1914. p. 577–614.
- MEINONG, A. *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit Beiträge zur Gegenstandstheorie und Erkenntnistheorie*. Leipzig: Verlag von Johann Ambrosius Barth, 1915.
- MEINONG, A. The Theory of Objects. In: _____. *Realism: the Background of Phenomenology*. Tradução de Roderick M. Chisholm. Califórnia: Ridgeview Publishing Company, 1960. p. 78–115.

- MEINONG, A. Hume Studies I. On the History and Criticism of Modern Nominalism. In: _____. *Meinong's Hume Studies: Translations and Comments*. Tradução de Kenneth Frank Barber. Iowa: Universidade de Iowa, 1966. p. 98–193.
- MEINONG, A. On Objects of Higher Order and Their Relationship to Internal Perception. In: _____. *Alexius Meinong On Objects Of Higher Order And Husserl's Phenomenology*. Tradução de Marie-Luise Schubert Kalsi. Hage/Boston/Londres: Martinus Nijhoff, 1978. p. 137–200.
- MEINONG, A. *On Assumptions*. Tradução de James Heanue. Berkeley: University of California Press, 1983.
- MEINONG, A. Presentación Personal. In: _____. *Teoria del Objeto y Presentación Personal*. Tradução de Carola Pivetta. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008. p. 117–194(Kindle).
- MILL, J. S. *A System of Logic, Ratiocinative and Inductive: Being a Connected View of the Principles of Evidence, and the Methods of Scientific Investigation*. 8. ed. Nova Iorque: Harper & Brothers Publishers, 2009 (ebook).
- PARMÊNIDES; SANTOS, J. T. *Da Natureza*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- PARSONS, T. Referring to Nonexistent Objects. *Theory and Decision*, v. 11, p. 95–110.
- PARSONS, T. *Nonexistent Objects*. New Haven: Yale University Press, 1980.
- PARSONS, T. Are There Nonexistent Objects? *American Philosophical Quarterly*, v. 19, p. 365–371, 1982.
- PEARS, D. *Bertrand Russell and the British Tradition in Philosophy*. Londres: Collins, 1967.
- PERSZYK, K. J. *Nonexistent Objects: Meinong and Contemporary Philosophy*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- PRIEST, G. *Towards Non-Being. The Logic and Metaphysics of Intentionality*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- QUINE, W. V. O. Sobre o Que Há. In: _____. *De um Ponto de Vista Lógico: Nove Ensaios Lógico-Filosóficos*. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 11–36.
- QUINE, W. V. O. *Word and Object*. Cambridge/Massachusetts/Londres: The MIT Press, 2013.
- RAMSEY, F. P. Philosophy. In: _____. *Philosophical Papers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 1–7.
- RAPAPORT, W. J. To Be and Not To Be. *Noûs*, v. 19, p. 255–271, 1985.
- ROLLINGER, R. D. Meinong On Perception: Two Questions Concerning Propositional Seeing. *Grazer Philosophische Studien*, v. 50, p. 445–455, 1995.
- ROLLINGER, R. D. Meinong and Husserl On Assumptions. *Axiomathes*, v. 7, p. 89–102, 1996.

- ROLLINGER, R. D. *Husserl's Position in the School of Brentano*. Freiburg: Springer, 1999.
- ROUTLEY, R. *Exploring Meinong's Jungle and Beyond*. Cham: Springer, 2018. v. 1.
- ROUTLEY, R.; ROUTLEY, V. Rehabilitating Meinong's Theory of Objects. *Revue Internationale de Philosophie*, v. 27, n. 105, p. 224–254, 1973.
- ROUTLEY, R.; ROUTLEY, V. *Noneist Explorations I*. Dominic hyde. Cham: Springer, 2019. v. 2.
- RUSSELL, B. On Denoting. *Mind*, v. 14, p. 479–93, 1905a.
- RUSSELL, B. Review of A. Meinong, *Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Psychologie*. *Mind*, v. 14, p. 530–538, 1905b.
- RUSSELL, B. *My Philosophical Development*. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1959.
- RUSSELL, B. *Introdução à Filosofia da Matemática*. 4. ed. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- RUSSELL, B. *The Collected Papers of Bertrand Russell: Foundations of Logic 1903–05*. Londres: Routledge, 1994.
- RUSSELL, B. The Existential Import of Propositions. In: _____. *The Collected Papers of Bertrand Russell: Foundations of Logic 1903–05*. Londres: Routledge, 1994. p. 486–9.
- RUSSELL, B. Meinong's Theory of Complexes and Assumptions. In: _____. *The Collected Papers of Bertrand Russell: Foundations of Logic 1903–05*. Londres: Routledge, 1994. p. 431–474.
- RUSSELL, B. On Meaning and Denotation. In: _____. *The Collected Papers of Bertrand Russell: Foundations of Logic 1903–05*. Londres: Routledge, 1994. p. 314–358.
- RUSSELL, B. On Meaning and Denotation of Phrases. In: _____. *The Collected Papers of Bertrand Russell: Foundations of Logic 1903–05*. Londres: Routledge, 1994. p. 283–296.
- RUSSELL, B. *Principles of Mathematics*. 1. ed. Abingdon: Routledge, 2010.
- RYLE, G. Intentionality-Theory and the Nature of Thinking. *Revue Internationale de Philosophie*, v. 27, p. 255–65, 1973.
- SALMON, N. *Metaphysics, Mathematics, and Meaning: Philosophical Papers, Volume I*. Oxford / Inglaterra: Oxford University Press, 2005.
- SIERSZULSKA, A. *Meinong On Meaning and Truth*. Frankfurt: Ontos Verlag, 2005.
- SIMONS, P. On What There Isn't: the Meinong – Russell Dispute. In: _____. *Philosophy and Logic in Central Europe from Bolzano to Tarski*. Dordrecht: Kluwer, 1992. p. 159–191.
- SIMONS, P. Meinong's Theory of Sense and Reference. *Haller*, p. 171–86, 1995.
- SIMONS, P. Meinong and Mind. In: _____. *Philosophy of Mind in the Nineteenth Century. The History of the Philosophy of Mind*. Londres: Routledge, 2018. v. 5, p. 186–197.

SMITH, J. F. The Russell-Meinong Debate. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 45, p. 305–50, 1985.

SUTER, R. Russell's "Refutation" of Meinong in "On Denoting". *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 27, n. 4, p. 512–516, 1967.

TEGTMEIER, E. Meinong's Complexes. *The Monist*, v. 83, n. 1, p. 89–100, 2000.

TWARDOWSKI, K. *On The Content and Object of Presentation. A Psychological Investigation*. Tradução de Reinhardt Grossmann. The Hague: Martinus Nijhoff, 1977.

URQUHART, A. Logic and Denotation. In: _____. *Russell Vs. Meinong : the Legacy of "On Denoting"*. Londres / Nova Iorque: Routledge, 2009. p. 10–25.

ZALTA, E. N. *Intensional Logic and Metaphysics of Intentionality*. Cambridge/Massachusetts/Londres: The MIT Press, 1988.

ZIMMER, A. Christian von Ehrenfels (1859-1932). In: _____. *The School of Alexius Meinong*. Londres / Nova Iorque: Routledge, 2001. p. 135–143.